UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

UMA CONTRIBUIÇÃO À ESTRUTURAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS COOPERATIVAS –
APLICAÇÃO EM UMA COOPERATIVA DE TRABALHO

César Schmidt Gonçalves

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Barbieri

SÃO PAULO

2003

Prof. Dr. Adolpho José Melfi
Reitor da Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Tereza Leme Fleury
Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

CÉSAR SCHMIDT GONÇALVES

**UMA CONTRIBUIÇÃO À ESTRUTURAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS COOPERATIVAS –
APLICAÇÃO EM UMA COOPERATIVA DE TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Barbieri

SÃO PAULO

2003

Dissertação defendida e aprovada no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, pela seguinte banca examinadora:

Presidente

Professor Dr. Geraldo Barbieri

Membros

Professor Dr. Valmor Slomski

Professor Dr. Valdir Michels

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Publicações e Divulgação do SBD/FEA/USP

Gonçalves, César Schmidt

Uma contribuição à estruturação dos procedimentos e demonstrações contábeis das cooperativas : aplicação em uma cooperativa de trabalho / César Schmidt Gonçalves. -- São Paulo : FEA / USP, 2003.

179 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2003
Bibliografia.

1. Contabilidade 2. Cooperativas 3. Balanço contábil I.
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP
II. Título.

CDD – 657

*Dedico este trabalho à Maria Aparecida,
minha esposa; Any Elisa, Talita e
Gustavo, meus filhos, e Lourenço e
Neuza, meus pais.*

A realização deste estudo não seria possível sem a colaboração de um grande número de pessoas, as quais gostaria de expressar meus agradecimentos:

A Deus, que me deu o dom da vida e a constante luz no meu caminho, proporcionando-me coragem e determinação para enfrentar mais este desafio.

Aos meus pais Lourenço e Neuza que, além de pais, verdadeiros amigos sempre presentes, encorajaram-me diante das incertezas da vida.

À minha esposa Maria Aparecida e filhos Any Elisa, Talita e Gustavo, apenas dedicar-lhes este trabalho seria pouco, perto da longa caminhada em que me acompanharam. A convivência em família tem me conduzido à convicção de que esta é a base de todas as realizações. O carinho, apoio e compreensão que sempre tive, sobretudo durante a realização deste curso, foram decisivos nesta caminhada.

Ao meu orientador Dr. Geraldo Barbieri, pelo apoio e disposição quando necessitei, tanto na elaboração do projeto, como nas orientações para realização deste trabalho.

Ao professor Dr. Valdir Michels, pela constante disposição em colaborar, ouvindo-me e dando valiosas sugestões, desde o princípio deste estudo.

Ao professor Dr. Valmor Slomski, pelas valiosas contribuições quando do exame de qualificação.

Aos colegas e amigos do programa de Mestrado da FEA/USP, pelo excelente relacionamento, em especial ao colega e irmão Josemar Ribeiro de Oliveira, pelo apoio e companheirismo nos momentos de dificuldades.

Aos Colegas do Departamento de Ciências Contábeis da UFMT, Campus de Rondonópolis-MT, pela liberação para realização deste curso, em especial ao Professor Msc. Aloísio Rodrigues da Silva que, como chefe do Departamento, na

época de meu afastamento para o mestrado, nunca mediu esforços para isso, sempre pude contar com seu apoio.

À UNIRONDON, pelo espaço cedido quando da realização dos estudos, em especial a professora Msc. Luzia Guimarães, pelo seu apoio e a funcionária Lair, que sempre esteve de braços abertos, proporcionando tratamento de filho.

Aos professores do programa de mestrado em Contabilidade e Controladoria da FEA/USP, pelo conhecimento transmitido, em especial ao professor Dr. Diogo Toledo do Nascimento, coordenador do programa, pelo apoio e pela receptividade que recebemos na USP.

Aos funcionários da FEA/USP, em especial às secretárias Maria Lúcia (Malú) e Maria da Graça (Graça), pelo carinho com que me acolheram, quando de minha estada na USP em São Paulo.

À COOMSER – Cooperativa Mista de Bens e Serviços de Rondonópolis, em especial a sua presidente Sra. Leni Cafure Matos, que não mediu esforços para liberação da documentação da cooperativa para realização deste trabalho.

Aos cunhados João e Elenice, que me conduziram e acolheram com muito carinho em São Paulo nas várias vezes em que tive de estar na FEA/USP.

E finalmente a Patrícia, profissional competente que realizou a correção ortográfica e metodológica deste trabalho.

*“Você ouviu dizer que a vida é escuridão,
e no seu esgotamento você ecoa o que foi dito pelos exauridos.
Mas eu digo que a vida é certamente escuridão
exceto quando existe um impulso,
E todo impulso é cego exceto quando há conhecimento,
E todo conhecimento é em vão exceto quando há trabalho,
E todo trabalho é vazio exceto quando há amor;
E quando você trabalha com amor, você se liga consigo mesmo,
com o outro,
e com Deus.”*

Gibran Khalil Gibran, 1923, “The Prophet”.

RESUMO

Este trabalho, cujo tema é “Uma contribuição à estruturação dos procedimentos e demonstrações contábeis das cooperativas – Aplicação em uma cooperativa de trabalho”, apresenta uma proposta de modificação na estrutura tanto dos procedimentos como das demonstrações contábeis das sociedades cooperativas. Partiu-se do problema que este tipo de sociedade vem enfrentando, ou seja, cálculo de impostos e contribuições com base na receita bruta, receita esta que não pertence à cooperativa, além da apresentação das informações contábeis dessas entidades, que por se tratar de sociedade “*sui generis*”, em função de seu aspecto doutrinário, não vem recebendo tratamento contábil de forma adequada. Iniciou-se a pesquisa com uma síntese da origem e da evolução do cooperativismo no mundo, seus precursores, a formação e evolução do pensamento cooperativista, de sua doutrina, dos seus princípios e normas, proporcionando assim o entendimento do funcionamento deste tipo de sociedade, seus aspectos doutrinários próprios, que a diferenciam do restante das sociedades, além de se conseguir identificar as transações que ocorrem entre elas e seus cooperados, assim como as transações de cada um separadamente, inclusive com a possibilidade de registrá-las. Posteriormente é realizado um estudo do sistema contábil para que, embasado nesta teoria, se consiga discutir e conceituar as receitas, despesas e custos das cooperativas e dos cooperados, bem como, ao mesmo tempo, definir quais os procedimentos contábeis corretos para estas operações. Com isso, buscou-se referencial teórico para sustentar as propostas de modificação tanto nos procedimentos como, por consequência, nas demonstrações contábeis das sociedades cooperativas, que foram realizadas de forma a mostrar as receitas, as despesas e os custos destas e de seus cooperados separadamente, fazendo com que a demonstração de resultado se apresente com o resultado da cooperativa e o patrimônio dela se apresente com sua forma própria, seguindo-se os aspectos doutrinários deste tipo de sociedade. Por fim, as propostas de modificações estudadas teoricamente são testadas e comparadas por meio de sua aplicação em demonstrações contábeis de uma cooperativa do ramo de trabalho.

ABSTRACT

This research has as theme “A contribution for the structuring of the proceedings and cooperatives accounting demonstrations - applied to a working cooperative” and it shows a proposal of the structure changing not only the proceedings but also the accounting demonstrations of the cooperative society starting from the problem which this kind of society has been going through, that is, the taxation and contribution based on gross revenue, which doesn’t belong to the cooperative, besides the accounting presentation of themselves, that deal with the society “sui generis” related to its indocrinate aspect, it hasn’t been getting an accounting treatment appropriately. The research began with the origin synthesis and the cooperativism in the world and its forerunners, the formation and evolution of cooperative thought, its doctrine, its principles and rules, making possible the understanding of the function of this kind of society, its own doctrine aspects which makes the difference from the rest of the societies, besides getting to identify the transactions which occurs among them and their member of a cooperative, as well as the transaction of each one separately, including the possibilities of registering them. Afterwards it is achieved a study of the accounting system so that based on this theory we can think it over and name this revenues, expenses and costs of the cooperatives and their members, not to mention, at the same time define which are the correct accounting proceedings for these operations. With this, people searched for theoretical referencial to back up the proposal of the changings in the proceedings as well as, by consequences, in the accounting demonstrations of the cooperative societies, which were achieved in a way to show their revenues and costs and also their members separately, making the demonstration of the results show along with the cooperative one and their corporate assets shows with its own way following the doctrine aspects of this kind of society. Finally, the proposal for the changing theoretically studied, is tried and compared by means of its application in accounting demonstrations of a cooperative type of work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Transação de Profissionais Autônomos com um Tomador de Serviços sem a existência da Cooperativa de Trabalho	43
FIGURA 2: Funcionamento do Ato Cooperativo em uma Cooperativa de Trabalho ..	44
FIGURA 3: Princípios Fundamentais de Contabilidade	52
GRÁFICO 1: Taxa Média de Desemprego Aberto – meses de outubro, de 1994 a 2002	3
GRÁFICO 2: Relacionamento entre número de Cooperativas e Taxa de Desemprego..	4
GRÁFICO 3: Evolução Quantitativa das Cooperativas por década de fundação no Brasil.....	29
GRÁFICO 4: Evolução do número de Cooperativas dos principais ramos registradas na OCB desde 1990	29
GRÁFICO 5: Gráfico da Quantidade de Cooperativas por Ramo de Atividade	32
GRÁFICO 6: Gráfico da Quantidade de Cooperados por Ramo de Atividade	32
QUADRO 1: Comparação entre Sociedade Cooperativa e Sociedade Mercantil	21
QUADRO 2: Quantidade de Cooperativas / Cooperados / Empregados de Cooperativas por Ramo de Atividade em 1998.	30
QUADRO 3: Quantidade de Cooperativas / Cooperados / Empregados de Cooperativas por Ramo de Atividade em 2001 e a variação em relação ao ano de 1998.	31
QUADRO 4: Estrutura do Balanço Patrimonial.....	66
QUADRO 5: Avaliação dos Ativos e Registro dos Passivos	67
QUADRO 6: Estrutura da Demonstração das Sobras e Perdas	68
QUADRO 7: Estrutura da Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido - DMPL	71
QUADRO 8: Estrutura da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos- DOAR.....	72
QUADRO 9: Estrutura do Plano de Contas para uma Cooperativa de Trabalho	78
QUADRO 10: Proposta para Estrutura do Balanço Patrimonial de Cooperativa	99
QUADRO 11: Proposta para a Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício para Sociedade Cooperativa	103
QUADRO 12: Proposta para Estrutura da Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido – DMPL para Sociedade Cooperativa	104
QUADRO 13: Proposta para Estrutura da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR para Sociedade Cooperativa.....	105
QUADRO 14: Proposta para Estrutura da Demonstração das Aplicações Sociais e a Movimentação da RATES Realizada – DASMRR para Sociedade Cooperativa	107
QUADRO 15: Proposta de Estrutura do Plano de Constas para uma Cooperativa de Trabalho	109
QUADRO 16: Balanço Patrimonial da Cooperativa de Trabalho antes das Propostas.....	118
QUADRO 17: Demonstração das Sobras e Perdas da Cooperativa de Trabalho antes das Propostas	119

QUADRO 18: Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos da Cooperativa de Trabalho antes das Propostas	120
QUADRO 19: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL da Cooperativa de Trabalho antes das Propostas	121
QUADRO 20: Balanço Patrimonial da Cooperativa de Trabalho após aplicação das propostas de alteração deste Trabalho	122
QUADRO 21: Demonstração do Resultado do Exercício da Cooperativa de Trabalho após aplicação das propostas de alteração deste trabalho	127
QUADRO 22: Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos da Cooperativa de Trabalho após aplicação das propostas de alteração deste trabalho	128
QUADRO 23: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Cooperativa de Trabalho após aplicação das Propostas de alterações deste Trabalho	130
QUADRO 24: Demonstração das Aplicações Sociais e a Movimentação da RATES Realizada da Cooperativa de Trabalho após aplicação das propostas de alteração deste trabalho	131

LISTA DE ABREVIATURAS

AAA = *American Accounting Association*

ACI = Aliança Cooperativista Internacional

AICPA = *American Institute of Certified Public Accountants*

BNCC = Banco Nacional de Crédito Cooperativo

CFC = Conselho Federal de Contabilidade

CLT = Consolidação das Leis Trabalhistas

CVM = Comissão de Valores Mobiliários

DL = Decreto-Lei

DLPA = Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

DMPL = Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

DOAR = Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos

DRE = Demonstração do Resultado do Exercício

DSP = Demonstração das Sobras e Perdas

FATES = Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social

FIPECAFI = Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRACON = Instituto Brasileiro de Contadores

IDECOOP = Instituto de Desenvolvimento das Cooperativas

INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS = Instituto Nacional do Seguro Social

IPECAFI = Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

ISQN = Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

NBC – T = Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica

OCB = Organização das Cooperativas do Brasil

OCEMAT = Organização das Cooperativas do Estado de Mato Grosso

OCEMG = Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais

OCESC = Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina

OCESP = Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo

OIT = Organização Internacional do Trabalho

PIB = Produto Interno Bruto

PLANCOOP = Plano de Padronização Contábil para as Cooperativas Brasileiras

RATES = Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social

SEESCOOP = Serviço Nacional de Aprendizado do Cooperativismo

S/A = Sociedade Anônima

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivo.....	2
1.2 Justificativa	3
1.3 Questão de pesquisa.....	5
1.4 Metodologia do estudo.....	5
2 A SOCIEDADE COOPERATIVA.....	7
2.1 Cooperativismo.....	7
2.1.1 Conceitos e definições de cooperação, cooperativa e cooperativismo	7
2.1.2 Desenvolvimento histórico do cooperativismo.....	10
2.1.3 Doutrina cooperativista	14
2.1.3.1 Princípios cooperativistas	15
2.1.4 Classificação das Cooperativas no Brasil	22
2.1.4.1 De Consumo.....	22
2.1.4.2 Agropecuária	23
2.1.4.3 De Crédito	23
2.1.4.4 De Saúde	25
2.1.4.5 De Eletrificação Rural e Telecomunicações	25
2.1.4.6 Educacional.....	26
2.1.4.7 Habitacional	26
2.1.4.8 De Produção.....	27
2.1.4.9 Mineral.....	27
2.1.4.10 Especial.....	28
2.1.4.11 De Trabalho.....	28
2.1.5 A evolução quantitativa do cooperativismo no Brasil	28
2.1.6 Estrutura organizacional das cooperativas.....	33
2.1.7 A Legislação da Cooperativa no Brasil	33
2.2 A Cooperativa de Trabalho	35
2.2.1 Características	36
2.2.2 Objetivos	37
2.2.3 Funcionamento.....	37
2.2.4 O ato cooperativo e o ato não cooperativo.....	41
3 A CONTABILIDADE.....	47
3.1 Retrospecto histórico.....	47
3.2 Conceito e objetivo	48
3.3 A Teoria da Contabilidade	50
3.3.1 Princípios Fundamentais de Contabilidade.....	50
3.3.1.1 Postulados ambientais da contabilidade	53
3.3.1.1.1 Postulado da Entidade Contábil	53
3.3.1.1.2 Postulado da Continuidade	55
3.3.1.2 Princípios Contábeis propriamente ditos	55
3.3.1.2.1 Realização da Receita	55
3.3.1.2.2 O reconhecimento das despesas e seu confronto com as receitas.....	57
3.4 A Contabilidade em uma Cooperativa.....	58
3.4.1 Função e Objetivo.....	58
3.4.2 Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	59

3.4.3 Estrutura das Demonstrações Contábeis	65
3.4.3.1 Balanço patrimonial	65
3.4.3.2 Demonstração das sobras e perdas.....	67
3.4.3.3 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	70
3.4.3.4 Demonstr�o das Origens e Aplicações dos Recursos.....	71
3.4.3.5 Notas explicativas	73
3.4.4 Plano de Contas	76
4 PROPOSTA CONCEITUAL DE ALTERAÇÃO DE ALGUNS PROCEDIMENTOS E ESTRUTURAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS	84
4.1 Propostas de Alteração de alguns Procedimentos Contábeis em Cooperativas.....	85
4.1.1 Receitas de atos cooperativos e Receitas de atos não cooperativos de uma cooperativa de trabalho	87
4.1.2 Custos e Despesas de uma Cooperativa	93
4.2 Propostas para Modificação da Estrutura das Demonstrações Financeiras	97
4.2.1 Balanço Patrimonial.....	98
4.2.1.1 Alterações propostas para o Ativo Permanente	99
4.2.1.2 Alterações propostas para o Patrimônio Líquido	100
4.2.1.3 Alterações propostas para o Passivo Circulante	101
4.2.2 Demonstr�o do Resultado do Exercício	102
4.2.3 Demonstr�o da Mutação do Patrimônio Líquido	104
4.2.4 Demonstr�o das Origens e Aplicações de Recursos	105
4.2.5 Demonstr�o das Aplicações Sociais e Movimentação da RATES Realizada - DASMRR.....	106
4.3 Modelo Proposto de Plano de Contas para Cooperativas	109
5 APLICAÇÃO DAS PROPOSTAS	117
5.1 Cooperativa de Trabalho a ser estudada	117
5.2 As Demonstrações Contábeis de conformidade com a Legislação em vigor	118
5.2.1 O Balanço Patrimonial – BP	118
5.2.2 A Demonstr�o das Sobras e Perdas – DSP.....	119
5.2.3 A Demonstr�o das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR	120
5.2.4 A Demonstr�o das Muta���es do Patrim�nio Líquido – DMPL.....	121
5.3 As Demonstra���es Contábeis Propostas neste Trabalho	121
5.3.1 O Balanço Patrimonial – BP	122
5.3.2 A Demonstr�o do Resultado do Exercício - DRE	127
5.3.3 A Demonstr�o das Origens e Aplica���es dos Recursos – DOAR	128
5.3.4 A Demonstr�o das Muta���es do Patrim�nio Líquido – DMPL.....	129
5.3.5 A Demonstr�o das Aplica���es Sociais e a Movimentação da RATES Realizada - DASMRR.....	130
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
7 BIBLIOGRAFIA	135
ANEXO A Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971	140
ANEXO B Resolução do CFC n� 920, de 19 de dezembro de 2001 – NBC-T-10.8.....	164
ANEXO C NBC T 3– Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis	169

ANEXO D	NBCT4–Da Avaliação Patrimonial.....	175
ANEXO E	NBC T 6– Da Divulgação das Demonstrações Contábeis	178

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo é uma forma de associação de longa história, mas que continua dividindo opiniões e gerando polêmica. Certas correntes políticas vêem nele a saída para o futuro nas relações e organizações de produção. Outras mantêm desconfiança no seu propósito e nas suas possibilidades. As cooperativas já tiveram grande repercussão no passado, passando depois por um processo de esquecimento. Nos últimos anos, voltaram a ser enfatizadas, consequência de seu crescimento e diversificação.

Atualmente existe uma grande variedade de cooperativas, dentre elas as que mais vêm se destacando, pela quantidade de novas cooperativas, são as de trabalho, isto porque vivem atualmente seu momento político e econômico de maior importância. A alternativa apresentada por esse tipo de cooperativa, no contexto de realização de atividades laborais organizadas, dentre muitos aspectos, é a de viabilizar a geração e distribuição de renda através da promoção social.

Tendo-a descrito como um dos propósitos do cooperativismo, e inclusive apoiado pela Constituição Federal, que determina em seu artigo 174, parágrafo segundo: *“lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”*, elas estão com dificuldades em se manterem isentas das tributações de impostos e contribuições, ou seja, apesar de a Lei 5.764/71 não deixar dúvidas quanto à isenção de impostos aos atos cooperativos, a Receita Federal insiste na taxa com diversos impostos que têm, como base de cálculo, a Receita e o Lucro, assim também a Prefeitura Municipal com a cobrança do ISQN sobre a prestação de serviço.

Além disso, um grande problema a ser discutido diz respeito à contabilidade dessas entidades. Estariam essas sociedades recebendo tratamento contábil adequado, fornecendo assim as informações necessárias para tomada de decisões de seus administradores?

As cooperativas de trabalho, por exemplo, estão sendo taxadas em tributos cuja base de cálculo são as receitas de serviço prestado, sendo que tais serviços não são

prestados pela cooperativa e sim por seus cooperados, pois a própria doutrina cooperativista confirma que a função das cooperativas é prestar serviço ao cooperado e, neste caso, no sentido de colocá-lo no mercado produtivo.

A contabilidade destas cooperativas, que poderia estar demonstrando separadamente tais fatos, deixa a desejar, pois eles são registrados seguindo os fatos de empresas comerciais normais, ou seja, apresentam em suas demonstrações contábeis o valor desta prestação de serviço como receita da cooperativa. Quem está errado: o fisco ao penalizar a cooperativa através de uma contabilidade copiada quase em sua totalidade de uma sociedade comercial normal, ou a cooperativa em apresentar uma contabilidade semelhante a uma empresa comercial normal, induzindo o fisco inclusive a tratá-la como tal?

1.1 Objetivo

Este trabalho tem, como objetivo primário, discutir e conceituar as Receitas, os Custos e as Despesas das cooperativas, pois se trata de um tipo de sociedade *sui generis*, em função de diversos fatores, sendo que o tratamento contábil que vêm recebendo, quanto a estes itens, é o de uma empresa comercial normal.

E, ainda, este trabalho terá, como objetivos secundários, os seguintes:

- a) Apresentar proposta de distribuição correta da receita, ou seja, considerando-se o que diz a legislação que rege o cooperativismo, as normas que direcionam a contabilidade destas sociedades e, considerando também que a característica principal de uma cooperativa é a intermediação nas transações de seus cooperados, pretende-se determinar qual a efetiva receita da cooperativa e a dos cooperados.
- b) Determinar o valor dos custos e despesas que fazem parte da demonstração do resultado da cooperativa.
- c) Identificar o valor dos custos e despesas diretamente ligados aos cooperados.
- d) Propor modificações, tanto nos procedimentos contábeis geralmente utilizados, como na forma de apresentação das Demonstrações Contábeis.

- e) Aplicar, nas demonstrações contábeis de uma cooperativa, as propostas de modificação, tanto nos procedimentos como nas demonstrações contábeis.

1.2 Justificativa

O emprego é um dos grandes desafios da era globalizada. Ao mesmo tempo em que o mercado exige profissionais qualificados e criativos, o emprego formal vai cedendo lugar à prestação de serviço. É neste cenário que as cooperativas de trabalho vêm conquistando o seu espaço. Elas constituem moderno sistema de associação onde profissionais de diversas categorias reúnem-se com o objetivo de prestar serviços a terceiros. Estas cooperativas são recentes e têm registrado grande crescimento, principalmente em função do alto índice de desemprego.

E, em se tratando de desemprego no Brasil, este problema está cada vez mais preocupante, ou seja, os dados fornecidos quase que diariamente pelos meios de comunicação mostram um quadro desolador.

Segundo o IBGE (*on line* 2003), a evolução da taxa média de desemprego aberto, conforme o gráfico 1, em outubro de 2002, era de 7,4%, enquanto que a taxa de outubro de 2001 era de 6,6% e, em outubro de 1994, era de 4,5%.

GRÁFICO 1: Taxa Média de Desemprego Aberto – meses de outubro, de 1994 a 2002

FONTE: Banco de Dados – IBGE (*on line* 2003)

Analisando-se o gráfico 1, pode-se observar que os índices a cada ano estão progredindo e, se observado para o futuro, percebe-se que os prognósticos não são

otimistas - mesmo se houver um crescimento econômico do país como prevê o governo, o desemprego não será solucionado tão cedo.

Tudo isto leva a pensar nas cooperativas, principalmente as cooperativas de trabalho, não como única solução para o problema, mas como mais uma grande possibilidade de resolução deste quadro angustiante. Elas representam novas oportunidades e condições de trabalho em equipe, onde todos são sócios e, portanto, interessados no sucesso de seu empreendimento, sendo inclusive de grande valia as informações apresentadas pela OCB (*on line* 2003), como se pode observar no gráfico 2a seguir, em que se faz um relacionamento entre os números de cooperativas de trabalho e os índices de desemprego:

GRÁFICO 2: Relacionamento entre número de Cooperativas e Taxa de Desemprego

O que se verifica no gráfico 2 são as linhas de tendência de cada evento (número de cooperativas de trabalho e índice de desemprego) que parecem estar correlacionadas, ou seja, a partir de 1998 o crescimento do número de cooperativas de trabalho é galopante, enquanto que, também a partir desta época, verifica-se uma baixa no índice de desemprego, ou mais, percebe-se que, à medida em que se aumenta a quantidade de cooperativas de trabalho, existe uma tendência de diminuição do desemprego.

O reconhecimento da importância destas sociedades para a atual conjuntura, tendo em vista que o seu crescimento vem colaborando para a diminuição do

desemprego e aumento da renda do trabalhador do país, torna este trabalho relevante e justifica a presente pesquisa.

1.3 Questão de pesquisa

Com a realização deste trabalho, espera-se responder o seguinte questionamento: Qual o verdadeiro resultado de uma cooperativa de trabalho? Os Postulados, Princípios e Convenções Contábeis estão sendo utilizados de forma coerente na execução da contabilidade deste tipo de sociedade, levando-se em consideração as normas contábeis que norteiam sua contabilidade?

1.4 Metodologia do estudo

O presente trabalho tem como premissa que a informação contábil deve ser coerente com as características da entidade informada. A sociedade cooperativa é uma entidade *sui generis* quanto a seus objetivos. Independentemente da necessidade de busca pela eficácia econômica de seus associados, seu objetivo final é o social. O tratamento contábil diferenciado das outras sociedades está evidente neste tipo de sociedade, ao se verificar a criação da NBC-T-10.8, ou seja, uma norma específica para sociedades cooperativas. A única dúvida é se esta norma alterou os procedimentos contábeis de tais sociedades a ponto de realmente satisfazer suas necessidades de informação contábil.

Com a intenção de apresentar uma contribuição à solução do problema da pesquisa e atingir os objetivos do trabalho destacados anteriormente, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica cujo material pesquisado constitui-se de livros, artigos em revistas e periódicos, dissertações, teses, legislação, normas, internet e outros.

Para Martins (1994, p.28), o estudo bibliográfico é utilizado “[...] para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. Tem como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto.”

Além do estudo bibliográfico, procedeu-se também ao estudo documental que, para o mesmo autor (1994, p.28), “*tem por finalidade, reunir, classificar e distribuir os documentos de todo gênero dos diferentes domínios da atividade humana*”.

Neste estudo foram levantados os relatórios contábeis de uma cooperativa de trabalho estabelecida na cidade de Rondonópolis no estado de Mato Grosso, relativos a diversos períodos, além de documentos de constituição, atas e outros da cooperativa de trabalho em estudo.

Utilizou-se também o banco de dados da OCB - Organização das Cooperativas do Brasil, quando da apuração dos índices de crescimento de cooperativas, tanto em nível nacional como regional, dentre outros dados coletados.

Ainda para atingir os objetivos mencionados, optou-se finalmente pela aplicação das modificações propostas nas demonstrações contábeis de uma cooperativa de trabalho, cujas vantagens concentram-se, principalmente, na possibilidade de obtenção de maior profundidade do assunto estudado e, adicionalmente, permitem a comparação entre a teoria e a prática.

2 A SOCIEDADE COOPERATIVA

2.1 Cooperativismo

Para melhor entender a empresa cooperativa acredita-se ser útil uma abordagem sobre os conceitos e definições de Cooperação, Cooperativismo e Cooperativa, além de um breve histórico do cooperativismo mundial e no Brasil, bem como uma abordagem sobre a doutrina cooperativista.

2.1.1 Conceitos e definições de cooperação, cooperativa e cooperativismo

Segundo Pinho (1966, p.43), etimologicamente estes três termos derivam do verbo cooperar, de origem latina *cooperari* (*cum* e *operari*), que significa operar juntamente com alguém. Portanto, *cooperação* exprime a idéia de ação conjunta na busca de um objetivo comum; já em *cooperativismo* a idéia é de sistema, doutrina e situação; e a idéia em *cooperativa* é a de que coopera.

Analisada sob o ponto de vista sociológico, a mesma autora (1966, p.44) coloca que *"cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada de indivíduos, para alcançar o mesmo objetivo"*.

A cooperação representa um processo em si revolucionário, pois se traduz em desvinculação e amadurecimento do ser-assalariado para autônomo, e se constitui em resistência e alternativa à própria flexibilização da mão-de-obra, tendo em vista que, por ser um processo de desvinculação, leva os indivíduos a constituir processos reflexivos sobre sua própria realidade. Quando isso acontece o trabalhador está mudado, fazendo de sua voz não uma voz que só reflete para si, mas uma voz que reflete nos outros trabalhadores e por todos os trabalhadores. Tal como escreve Pereira (1993, p.6): *"A cooperação supõe necessariamente a liberdade de trabalhar em comunidade. Assim, a cooperação possui duas condições importantes e imprescindíveis: liberdade e comunidade; trabalho livre e grupal"*.

O sociólogo Lynn Smith (1960, p.58 *apud* PINHO, 1966, p.44) distingue dois tipos principais de cooperação: a não contratual e a contratual. A primeira abrange as formas de auxílio mútuo entre vizinhos, em busca de um determinado fim, sem que haja qualquer acordo anterior sobre a maneira como se prestará esse auxílio, as condições de sua retribuição etc.; já a cooperação contratual é a que atua de acordo com normas regulamentares previamente elaboradas pelos associados, tais como: fins da sociedade, modo de administração, escolha dos dirigentes e outros, e nesta destacam-se as cooperativas. Assim, a cooperação organizada segundo estatutos previamente estabelecidos dá origem à cooperativa.

Segundo Lambert (1959, p.235 *apud* PEREIRA, 1993, p.6),

Sociedade cooperativa é uma empresa, constituída e dirigida por uma associação de usuários, conforme a regra da democracia, e que visa diretamente a prestação de serviços de seus membros e, ao mesmo tempo, ao conjunto da comunidade.

A autora Pinho (1961, p.58) define cooperativa como:

Sociedade de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bem e serviço, como também realizar determinados programas educativos e sociais.

A OIT - Organização Internacional do Trabalho através da Recomendação nº 127 define cooperativa como:

A cooperativa é uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições eqüitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente. (FETRABALHO RJ, on line 2002)

Já a ACI - Aliança Cooperativista Internacional, em seu Congresso Centenário em Setembro de 1995 em Manchester, conforme Silva Filho (2002, p.51), definiu cooperativa como:

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida.

As cooperativas são disciplinadas através da Lei 5.764 de 16/12/71 que, em seu artigo 4º, assim as define: “... *são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados...*”

Mais recentemente, conforme *site* OCB/SESCOOP - Conselho Federal de Contabilidade (*on line* 2002), através da NBC-T-10.8, assim se definiu cooperativa:

Entidades Cooperativas são aquelas que exercem as atividades na forma de lei específica, por meio de atos cooperativos, que se traduzem na prestação de serviços diretos aos seus associados, sem objetivo de lucro, para obterem em comum melhores resultados para cada um deles em particular. Identificam-se de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas, ou por seus associados

Diante disso, pode-se definir cooperativa como um empreendimento de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma pessoa jurídica pertencente a todos e democraticamente administrada.

Como cooperativismo entende-se a doutrina na qual estas sociedades estão encaixadas, tendo esta o objetivo de correção do meio econômico e social através das cooperativas.

Sobre o mesmo assunto, Pereira (1993, p.8) escreve que o cooperativismo baseia-se no trabalho e não no lucro. É, em primeira instância, uma disposição de espírito. É uma filosofia do homem na sociedade em que vive, baseada na ajuda mútua e não na economia. Considera os valores e aspirações e não o capital individual acumulado. É uma forma plena de valores morais e sociais. Há, na cooperativa, a dupla qualidade dos associados que são, ao mesmo tempo, por um lado, empresários e, por outro lado, utilizadores e beneficiários desses mesmos serviços, de ordem pessoal, familiar ou profissional.

Já para OCESC (1996, p.34), cooperativismo é uma doutrina, um sistema, um movimento, ou simplesmente uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade.

2.1.2 Desenvolvimento histórico do cooperativismo

Segundo OCESC (1996, p.23), a cooperação sempre existiu nas sociedades humanas, desde as eras mais remotas, estando sempre associada às lutas pela sobrevivência, às crises econômicas, políticas e sociais, bem como às mudanças. Os melhores exemplos de cooperação aparecem quando se estuda a organização social dos antigos povos como babilônios, gregos, chineses, astecas, maias e incas.

Na mesma obra anteriormente citada, pode-se observar um exemplo clássico para ilustrar uma dessas formas de cooperação. Quatrocentos anos antes de Cristo, na China, os mercadores freqüentemente sofriam prejuízos ao naufragarem nas águas do rio Yang-Tsé. Em busca da solução para o problema, organizaram-se em grupos de 10, levando em cada barco uma caixa de mercadorias de cada um dos companheiros. Assim, quando ocorria um naufrágio, o prejuízo era dividido entre todos, evitando que o dono da embarcação e sua família sofressem privações durante muito tempo.

O cooperativismo moderno, ou seja, com condições econômicas e sociais mais propícias ao seu desenvolvimento, segundo Hnho (1966, p.18), surgiu junto com a Revolução Industrial, como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais que ela trouxe com suas mudanças e transformações, pois o industrialismo, na sua primeira etapa, fez com que os artesãos e trabalhadores migrassem para as grandes cidades, atraídos pelas fábricas em busca de melhores condições de vida. Essa migração fez com que houvesse excesso de mão-de-obra, resultando na exploração dos trabalhadores de forma abusiva e desumana, com jornada de trabalho de até 16 horas/dia, com salários insignificantes que não lhes garantiam a compra dos alimentos, obrigando mulheres e crianças a ingressar no mercado de trabalho em condições mais desumanas que a dos homens.

Tais injustiças econômicas e sociais provocaram reações de diversos pensadores socialistas que não aceitavam essas condições a que os trabalhadores eram submetidos, e começaram a divulgar idéias e experiências destinadas a modificar o comportamento da sociedade.

Essas preocupações com as questões sociais fizeram com que os "socialistas" estudassem as formas de organização das civilizações antigas até descobrirem a

cooperação como instrumento de organização social. Os socialistas que exerceram influências sobre o cooperativismo moderno foram *Owen, Fourier, Buchez, Blanc e Proudhon*, conforme Ricciardi (1990).

Robert Owen (1771-1858): *Owen*, natural do País de Gales, Inglaterra, de origem modesta, tornou-se proprietário de indústrias de fiação. Afirmava que o homem é o resultado de seu meio social; para modificá-lo, seria necessário modificar o meio social, mas de forma pacífica, gradual e moderada, a fim de que nenhuma parte do corpo político nem do indivíduo sofresse com a mudança. A modificação do caráter dos indivíduos, por sua vez, acarretaria mudanças no sistema social. Suas principais ações baseavam-se em: a) combater o lucro e a concorrência, por considerá-los os principais responsáveis pelos males e injustiças sociais; b) combater a divisão social entre operários e patrões, pois considerava que toda a produção devia ser dos trabalhadores; c) criar medidas previdenciárias e de assistência social aos funcionários de sua fábrica de fios de algodão em New Lanarck (Escócia).

François Marie Charles Fourier (1772-1837): Francês, autodidata e modesto funcionário. Enquanto Owen se destacou pela ação, Fourier foi unicamente um pensador. Procurou harmonizar os interesses dos trabalhadores, dos capitalistas e dos consumidores, pois acreditava que "*as desigualdades entre pobres e ricos fazem parte do plano de Deus e tudo o que provém de Deus é bem feito*", e que os problemas econômicos e sociais poderiam ser resolvidos por meio dos Falanstérios, onde os homens viveriam suas diferenças com justiça e harmonia. As idéias de Charles Fourier contribuíram muito para o movimento de cooperativas de produção e consumo. Outra característica importante é a ênfase que Fourier dá à livre associação e à coletivização dos bens de produção, com a manutenção da propriedade privada.

Phelippe Josephn Benjamins Buchez (1796-1865): Defendia a associação cooperativa dos operários por categoria profissional de forma pacífica e sem espoliações, para que eles se tornassem produtores livres e, com isso: a) tivessem poupanças em comum; b) obtivessem empréstimos em comum; e c) assegurassem salários iguais a todos. As principais características da associação cooperativa defendidas por Buchez eram: a) sustentação financeira sem o auxílio do Estado; b) a dupla função aos associados de empresários e empregados; c) retorno das sobras

(lucros) proporcionais ao trabalho; d) a indivisibilidade e inalienabilidade do capital social da cooperativa.

Louis Blanc (1812-1882): Francês, jornalista, orador e político, foi autor de uma obra intitulada “A organização do trabalho”. Defendia a associação de operários em fábricas sociais que, no primeiro momento, seriam organizadas e financiadas pelo Estado, pois defendia que o Estado era responsável pelos problemas econômicos e sociais. As fábricas sociais seriam organizadas por estatutos próprios, mas dentro do princípio da igualdade, segundo o qual as sobras líquidas seriam divididas em três partes, sendo uma para os operários, uma constituiria um fundo de assistência social e o restante para capitalização e fortalecimento financeiro do empreendimento. Pode-se dizer que Louis Blanc foi o precursor das cooperativas de trabalho e das de produção industrial.

Pierre Joseph Proudhon (1809 – 1865): Francês, contabilista, escritor, produziu valiosa obra sobre as questões sociais e econômicas. Em seu pensamento econômico preocupou-se especialmente com o problema do crédito. Considerava o rendimento financeiro (juros sobre os empréstimos) um dos principais vícios da economia. Por isso, preconizou o crédito gratuito. Defendia a aplicação do princípio da ajuda mútua (mutualidade) nas suas propostas de organização econômica da sociedade, buscando assim o equilíbrio das forças econômicas e a modificação profunda da ordem social. Foi o primeiro autor a utilizar a expressão crédito mútuo. Pôs em relevância o princípio da equidade, no sentido de se preservarem os direitos individuais em equilíbrio com as relações sociais.

Já o cooperativismo nos moldes atuais surgiu na Europa, entre 1750 e 1850, teve lugar na Inglaterra, França, e depois em toda a Europa, com a Revolução Industrial. Esta, mesmo causando um grande impulso à ciência e ao progresso de um modo geral, trouxe também para a sociedade alguns inconvenientes no plano social, provenientes da generalização do lucro.

Foi em reação a esta situação que, na Inglaterra, em 1843, surgiram as primeiras manifestações reais e positivas que deram origem ao movimento cooperativista que hoje existe.

O sucesso aconteceu em *Rochdale* (distrito de *Lancashire*, na Inglaterra), devido às iniciativas próprias de 28 tecelões, que se reuniram em assembléia em *Rochdale* -

Manchester, para encontrar uma maneira de melhorar sua precária situação econômica, uma vez que não conseguiam o aumento de salário, justo e desejado, junto à próspera indústria de flanela onde trabalhavam. Depois de discutirem muito, os tecelões resolveram criar seus próprios meios de ação pelo auxílio mútuo, ou seja, um meio de melhorar suas condições sociais e econômicas.

Durante um ano inteiro, submeteram-se a privações, economizando pequenas parcelas dos seus baixos salários. Com isto, em 21 de dezembro de 1844, havendo economizado uma libra esterlina cada um, formalizaram a sua sociedade, com o capital inicial de 28 libras, e inauguraram o seu famoso armazém de *Toad Lane*, o Beco do Sapo. Era organizado e regido por normas estatutárias que, segundo Pinho (1982), objetivavam: a) formação de capital para emancipação dos trabalhadores, mediante economias realizadas com a compra em comum de gêneros alimentícios; b) construção de casas para fornecer habitação a preço de custo; c) criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir direta e economicamente tudo o que fosse indispensável às necessidades dos trabalhadores, e assegurar trabalho aos operários desempregados ou que percebiam baixos salários; d) educação e luta contra o alcoolismo; e) comercialização (compra e venda) somente a dinheiro, para que os cooperados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias, e evitando o crédito, que considerava um "mal social"; f) cooperação integral.

Tendo o bem estar do homem como principal finalidade, não o lucro, os tecelões de Rochdale buscavam, naquele momento, uma alternativa econômica para atuarem no mercado frente ao capitalismo ganancioso que os submetia a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças e do desemprego crescente advindo da revolução industrial.

O sucesso da iniciativa dos tecelões através dos estatutos da sociedade dos Pioneiros de *Rochdale* com seus princípios, normas e estrutura organizacional, derivou de um conjunto de princípios que, de modo geral, fundamentam ainda hoje a doutrina do movimento cooperativista em todo o mundo.

No Brasil, segundo Michels (1995, p. 11), a maioria dos pesquisadores atribui o fim do uso da mão-de-obra escrava e a proclamação da república como marcos do início do movimento cooperativista, apesar de, já no século XV, terem sido encontradas formas de associativismo, nas quais não existiam propriedades privadas e o socialismo

era praticado. Remontando no tempo, encontra-se, em 1610, a fundação das primeiras entidades jesuíticas no Brasil, o início da construção de um estado cooperativo em bases integrais. Por mais de 150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, em que o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. A ação dos padres jesuítas se baseou na persuasão, movida pelo amor cristão e no princípio do auxílio mútuo (mutirão), prática encontrada entre os indígenas brasileiros e em quase todos os povos primitivos.

Porém, é em 1847 que se situa o início do movimento cooperativista no Brasil. Foi quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias reformadoras de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu na memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro.

Contudo, para se aprofundar no desenvolvimento histórico do cooperativismo no Brasil, é necessário fazê-lo por ramos, ou seja, tipos de cooperativas, já que cada um teve a sua própria história, com dificuldades e sucessos distintos, dependendo, quase sempre, das facilidades ou obstáculos oferecidos pelo Governo, assunto esse que será tratado ainda neste capítulo no item 2.2.

2.1.3 Doutrina cooperativista

O Movimento Cooperativista desenvolveu-se e oficializou-se como uma doutrina em 1886, com a fundação em *Nimes*, França, da Escola de *Nimes*, por *Edoward de Boyve*, *Auguste Fabre* e *Charles Gide*, professor de Economia Política da Universidade da França. Segundo Pinho (1977, p.101), o nome da escola foi dado pejorativamente pelo economista rival da Escola Liberal *Ernest Brelay* em 1888, e acabou sendo adotado. A escola teve seu início quando algumas pessoas começaram a se reunir para discutir os problemas sociais da época. Fundou-se então uma entidade doutrinária cujo objetivo era transmitir o cooperativismo.

Ainda para Pinho (1977, p.101), a Escola de *Nimes* teve como principal articulador Charles Gide que, já em 1885, difundia as idéias do cooperativismo. Pode-se

tomar como exemplo o II Congresso das Cooperativas de Consumo da França em 19/09/1886. Gide condenou o regime do assalariado em nome da justiça e da solidariedade humana, e traçou as linhas gerais do Cooperativismo. Seu discurso tornou-se uma espécie de programa oficial do movimento cooperativista francês.

Já Benato (2002, p.29) acrescenta que:

A base fundamental de Charles Gide, se consolida na união dos consumidores em cooperativas que acabariam por absorver todas as atividades econômicas em três etapas sucessivas:

- a) Constituição de cooperativas de consumo para venda de produtos alimentícios, vestimentas, artigos do lar, etc.*
- b) Do consumo passar-se-ia à fabricação de todas as mercadorias distribuídas pela cooperativa de consumo; e*
- c) Como etapa terceira, buscar-se-ia a exploração agrícola como instrumento de abastecimento às cooperativas de consumo.*

Desta maneira, o objetivo final do Movimento de Charles Gide configurava-se na substituição do Sistema Capitalista pelo Cooperativismo.

Segundo Laidlaw (1980, p.49), são poucos os que acreditam nesse tipo de sociedade em nível macro-econômico, levando o movimento a adaptar-se aos sistemas econômicos vigentes, apesar de se ter chegado a acreditar na coexistência entre o setor público, o setor privado e o setor cooperativo, com cada um atuando nas funções que lhes seriam mais indicadas.

Hoje, segundo o *site* da OCESP (*on line* 2003), o movimento cooperativista está espalhado em maior ou menor grau em todas as partes do planeta, fazendo parte das mais variadas culturas e sistemas econômicos, e a isso se deve sua diversificação. Pode-se encontrar diferenças consideráveis entre as cooperativas de diversos países, pois elas são o reflexo do meio cultural, econômico e político em que atuam.

2.1.3.1 Princípios cooperativistas

Para Bialoskorski Neto (*apud* ARRIGONI, 2000, p.73), cooperativas são consideradas empreendimentos diferentes dos das empresas que visam ao lucro:

Essa forma organizacional é baseada em princípios doutrinários (...) não

com o objetivo de geração de lucros, mas sim com o intuito de oferecer condições para que cada uma das unidades autônomas associadas (...) possam se estabelecer eficientemente nos mercados.

Portanto, a sociedade cooperativa será entendida como entidade a serviço dos associados: cada um deles opera de acordo com sua potencialidade individual.

A Doutrina Cooperativista é humanista, atribui ao homem importância fundamental, bem como a seus interesses e aspirações. No cooperativismo o homem é o centro de tudo. A doutrina prima pela liberdade, principalmente a econômica, mas não se abstém da liberdade social e democrática. A igualdade é princípio básico do cooperativismo, pois não existem distinções de nenhuma espécie. No cooperativismo todos devem ser solidários, portanto a solidariedade está incorporada à doutrina, bem como à racionalização de todas as ações do cooperado.

Desde o início do cooperativismo a troca de idéias entre as pessoas, para solucionarem problemas com uns, foi colocada como prática necessária e insubstituível.

Esse hábito democrático acompanha o crescimento do movimento cooperativista e tornou possível a permanente articulação de seus representantes, enfatizada em sucessivos congressos, desde o século passado.

Dessa forma ocorreu a fundação da ACI – Aliança Cooperativa Internacional, em 1895, por iniciativa de líderes cooperativistas ingleses, franceses e alemães, com o objetivo de criar um órgão representativo mundial que intensificasse o intercâmbio entre as cooperativas dos diversos países, no campo doutrinário, no educativo e no técnico.

Os princípios de Rochdale de 1844 só foram recomendados como critérios para filiação à ACI a partir do décimo Congresso da ACI em Basileia em 1921, com a seguinte redação: a) adesão livre (porta aberta); b) controle democrático; c) retorno dos dividendos sobre as compras; d) juros limitados ao capital; e) transações à vista; f) neutralidade política e religiosa; g) revolução social; h) comércio verdadeiro; i) comércio exclusivo com membros; j) adesão voluntária; k) espírito de serviços; e l) cooperação entre cooperativas.

No 13º Congresso da ACI de Viena (1930), iniciou-se a primeira revisão dos princípios de Rochdale, sob o enfoque de que a situação econômica da época já não era a mesma de 1844.

No 15º Congresso da ACI, realizado em Paris em 1937, foi aprovada a atualização dos princípios cooperativistas, divididos em duas categorias, da seguinte forma:

Princípios Essenciais como condição de adesão à ACI: 1) adesão aberta; 2) controle ou gestão democrática; 3) distribuição das sobras (ou excedentes) *pro-rata* das transações; e 4) juros limitados ao capital.

Métodos Essenciais de ação e organização: 5) neutralidade política e religiosa; 6) compras e vendas à vista; e 7) promoção da educação.

No 22º Congresso da ACI, em 1963 (*Bournemouth* - Inglaterra), os líderes cooperativistas começaram a questionar como se aplicariam os princípios cooperativistas à nova realidade político-econômica da época. Por isso foi instituída uma comissão especial para examinar a aplicabilidade dos princípios cooperativistas nas diversas partes do mundo e em diferentes sistemas econômicos.

No Congresso da ACI de 1966, em Viena, os princípios cooperativistas foram aprovados com a seguinte redação: 1) adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social); 2) gestão democrática; 3) distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados *pro-rata* das operações; 4) taxa limitada de juros ao capital social; 5) constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral; 6) ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional.

Iniciada no ano de 1988, a revisão mais recente terminou em setembro de 1995, no Congresso Centenário de ACI em Manchester. Essa revisão foi completamente diferente das primeiras, foi convocada para examinar as mais profundas questões de identidade cooperativa, pois o crescimento quantitativo e empresarial das cooperativas fez com que os valores básicos do cooperativismo fossem substituídos pela eficiência econômico-administrativa e pela necessidade de encontrar respostas eficazes ao crescente desafio de um mercado extremamente competitivo e monopolista devido à formação de grandes empresas multinacionais.

Foi então em 1995, na comemoração de um século de existência da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, no congresso comemorativo dessa data histórica que, mais uma vez, associados de todo o mundo debateram sobre importantes questões para

o fortalecimento da prática cooperativista, refletindo sobre os objetivos de suas organizações.

Durante o evento aprovaram conceitos e princípios não muito diferentes daqueles apresentados pelos pioneiros de Rochdale, mas que devem estar sempre em pauta para que, atualizados e aperfeiçoados, sejam a base das estratégias de desenvolvimento do sistema de cooperativas existente nos diversos países.

O conceito aprovado foi apresentado no item 2.1.1 deste trabalho, já os princípios cooperativos aprovados são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores à prática. São eles os atuais princípios cooperativistas:

Adesão voluntária e livre: As cooperativas são organizações abertas à participação de todos, independentemente de sexo, raça, classe social, opção política ou religiosa. Para participar, a pessoa deve conhecer e decidir se tem condições de cumprir os acordos estabelecidos pela maioria, ou seja, cumprir as normas estatutárias.

Gestão democrática: Os cooperados, reunidos em assembléia, discutem e votam os objetivos e metas do trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a sociedade. Cada associado representa um voto, não importando que alguns detenham mais cotas do que outros.

Participação econômica dos membros: Todos os cooperados contribuem de forma equitativa para a formação do capital da cooperativa, o qual é controlado democraticamente. Parte desse capital é propriedade comum das cooperativas. Usualmente os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre este capital, como condição de sociedade. Se bem gerida, a cooperativa obterá sobras que serão administradas pelos sócios, destinando-as aos seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, possibilitando a formação de reservas, parte dessas podendo ser indivisíveis, retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.

Autonomia e independência: O funcionamento da cooperativa é controlado por seus sócios, que são os donos do negócio. Qualquer acordo firmado com outras organizações e empresas deve garantir e manter essa condição.

Educação, formação e informação: É objetivo permanente da cooperativa

destinar ações e recursos para formar seus associados, capacitando-os para a prática cooperativista e para o uso de equipamentos e técnicas no processo produtivo e comercial. Ao mesmo tempo, buscam informar o público sobre as vantagens da cooperação organizada, estimulando o ensino de cooperativismo nas escolas de 1º e 2º graus.

Intercooperação: Para o fortalecimento do cooperativismo é importante que haja intercâmbio de informações, produtos e serviços, viabilizando o setor como atividade sócio-econômica. Por outro lado, organizadas em entidades representativas, formadas para contribuir no seu desenvolvimento, determinam avanços e conquistas para o movimento cooperativista nos níveis local e internacional.

Interesse pela comunidade: As cooperativas trabalham para o bem-estar de suas comunidades, através da execução de programas sócio-culturais, realizados em parceria com o governo e outras entidades civis.

O estatuto da Aliança Cooperativa Internacional – ACI caracteriza a sociedade cooperativa por sua dupla natureza:

- a) Social – enquanto é formada por pessoas que participam da sociedade;
- b) Econômica – enquanto busca resultados positivos, sob a ótica econômica.

Segundo Aldir et al. (1995 *apud* ARRIGONI, 2000, p.70), o artigo 8º deste mesmo estatuto considera como sociedade cooperativa:

... toda associação de pessoas ou de sociedades que tenham por objetivo a melhoria econômica e social de seus membros por meio da exploração de uma empresa baseado na ajuda mútua e nos princípios cooperativos.

Em se tratando no âmbito de legislação, as sociedades cooperativas no Brasil têm o seu regime jurídico traçado pela Lei n.º 5.764/71, que disciplinou de forma minuciosa a sua constituição e funcionamento.

Para bem entender, a Lei n.º 5.764/71 traz em seu artigo 3º a conceituação e caracterização de cooperado e no 4º, além da definição de cooperativa, os aspectos doutrinários desta sociedade, assim:

Artigo 3º - Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o

exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Artigo 4º - As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I – adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II – variabilidade do capital social representado pelas quotas partes;

III – limitação do número de quotas parte do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV – inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V – singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI – quorum para o funcionamento e deliberação da assembléia geral baseado no número de associados e não no capital;

VII – retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da assembléia geral;

VIII – indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX – neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X – prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI – área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestações de serviços.

Esses dispositivos legais, conforme Machado (1975, p. 17), completam-se, como não poderia deixar de ser, pois conceituam cooperativa e cooperado. Nesse contexto são essenciais os conceitos relativos à forma e natureza jurídica próprias, bem como à finalidade de prestação de serviços aos próprios associados. Não seria exagero, aliás, afirmar que as demais características das cooperativas, todas elas, destes decorrem.

A livre adesão, a singularidade do voto e a distribuição das sobras conforme as operações realizadas pelo cooperado, bem demonstram a cooperativa como pessoa jurídica com forma e natureza jurídica própria, distinta das sociedades civis e comerciais. De fato, nessas duas últimas, o voto e a distribuição dos lucros são feitos de forma proporcional ao capital investido e, em se tratando de sociedade de pessoas, somente com a concordância dos sócios pode haver o ingresso de outros.

Com a finalidade de demonstrar a diferença entre as sociedades cooperativas das sociedades mercantis, apresenta-se a seguir o quadro 1 comparando essas sociedades:

QUADRO 1: Comparação entre Sociedade Cooperativa e Sociedade Mercantil

SOCIEDADE COOPERATIVA	X	SOCIEDADE MERCANTIL
O principal é o homem		O principal é o capital
O cooperado é sempre dono e usuário da sociedade		Os sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores
Cada pessoa conta como um voto na assembléia		Cada ação ou quota conta um voto na assembléia
O controle é democrático		O controle é financeiro
É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente		É uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente
As quotas não podem ser transferidas a terceiros		As quotas podem ser transferidas a terceiros
Afasta o intermediário		São, muitas vezes, os próprios intermediários.
Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações		Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações
Aberta à participação de novos cooperados		Limita, por vezes, a quantidade de acionistas.
Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida		Contrata o trabalhador como força de trabalho
Defende preços justos		Defende o maior preço possível
Promove a integração entre as cooperativas		Promove a concorrência entre as sociedades
O compromisso é educativo, social e econômico.		O compromisso é econômico

FONTE: Rollemberg (1996, p. 11)

Em sua obra *Economia e Cooperativismo*, Pinho (1977) distingue a cooperativa das demais sociedades pelas seguintes características:

- a) por ser empresa sem fins lucrativos;
- b) por ser o cooperado o usuário e empresário da cooperativa;
- c) pela igualdade de direitos e de obrigações entre os cooperados, independentemente de sua participação no capital social.

A importância de mostrar as distinções acima citadas está no fato de que, embora Pinho em seu estudo já tenha caracterizado de uma forma inquestionável o que vem a ser uma cooperativa e as suas diferenças quanto às demais sociedades no ano de 1977, assistimos ainda no ano de 2003 discussões entre os empreendedores do cooperativismo e os órgãos fiscalizadores acerca da verdadeira definição e objetivos das cooperativas.

2.1.4 Classificação das Cooperativas no Brasil

A finalidade deste item é apresentar as características dos diversos tipos de cooperativas, bem como um pequeno histórico do seu surgimento no Brasil.

O que diferencia as sociedades cooperativas quando subdivididas em tipos de cooperativas ou segmentos cooperativistas é o seu objeto social, ou seja, campo de ação, tipo de atividade em que elas operam, conforme a necessidade dos cooperados a que atendem. Segundo a OCEMAT (1998, p.18), existem 11 tipos de cooperativas. São elas: de Consumo, Agropecuária, de Crédito, de Saúde, de Eletrificação Rural e Telecomunicações, Educacional, Habitacional, de Produção, Mineral, Especiais e a de Trabalho que, em particular, devido às aplicações das propostas de alteração deste trabalho, estará sendo mais abordada. O mesmo Manual traz um pequeno histórico de cada uma delas, conforme exposto a seguir.

2.1.4.1 De Consumo

As cooperativas de consumo subdividem-se em fechadas e abertas. Fechadas são as que admitem como cooperadas somente pessoas ligadas a uma mesma empresa, sindicato ou profissão, que, por sua vez, geralmente oferece as dependências, instalações e recursos humanos necessários para o funcionamento da cooperativa. Isso pode resultar em menor autonomia da cooperativa, pois muitas vezes essas entidades interferem na sua administração.

Abertas, ou populares, são as que admitem qualquer pessoa que queira a elas se associar. Como no cooperativismo internacional, também no Brasil as primeiras cooperativas foram as de consumo. O surgimento deste tipo de cooperativa no Brasil se deu por volta de 1887 com a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, na cidade de Campinas (SP). Dois anos depois, em Ouro Preto (MG), foi criada uma Sociedade Econômica Cooperativa. Já em 1891, na cidade de Limeira (SP) foi fundada a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. No Rio de Janeiro, então Distrito Federal, surgiu a Cooperativa Militar de Consumo no ano de

1894. No outro ano foi constituída a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco.

2.1.4.2 Agropecuária

A partir de 1907, em Minas Gerais, foram organizadas as primeiras cooperativas agropecuárias. João Pinheiro, Governador do Estado, lançou seu projeto cooperativista com o objetivo de eliminar os intermediários da produção agrícola, cuja comercialização era controlada por estrangeiros. O café era o carro-chefe das suas preocupações e criou-se uma seção exclusiva para o produto, com concessão de isenções fiscais e estímulos materiais. As cooperativas agropecuárias também foram surgindo no Sul do Brasil, principalmente nas comunidades de origem alemã e italiana, conhecedoras do sistema cooperativista europeu, tendo como seu principal divulgador o italiano Stéfano Paternó. As cooperativas agropecuárias dividem-se conforme os tipos dos produtos com os quais trabalham. Muitas são mistas, ou seja, têm mais de uma seção: a de compras em comum (para compra de insumos, adubos, sementes, instrumentos etc.) e a de vendas em comum (venda dos produtos dos cooperados).

O cooperativismo agropecuário já se estendeu a todo território nacional. É o mais conhecido pela sociedade brasileira participando significativamente nas exportações, o que engorda a Balança Comercial e, ao mesmo tempo, abastece o mercado interno de produtos alimentícios. Ele presta um enorme leque de serviços - desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados. As cooperativas agropecuárias formam, hoje, o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro.

2.1.4.3 De Crédito

Um dos ramos mais dinâmicos do cooperativismo no passado, brutalmente esfacelado desde meados dos anos 60 e durante toda a década de 70, o cooperativismo

de crédito busca novamente ocupar seu espaço, apesar de todas as dificuldades que lhe são impostas. Tudo começou em 1902, no Rio Grande do Sul, sob a inspiração do Padre Jesuíta Theodor Amstadt que, conhecedor da experiência alemã do modelo de Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), para aqui a transplantou, com enorme sucesso. Esse modelo aplicava-se, preferencialmente, a pequenas comunidades rurais ou pequenas vilas. Fundamentava-se na honestidade de seus cooperados e atuava basicamente junto aos pequenos produtores rurais. Não dava importância ao capital dos cooperados. Toda movimentação financeira era feita através de depósitos, que recebiam uma pequena remuneração. Admitia que qualquer pessoa nele depositasse suas economias. Com as sobras eventualmente apuradas, criava reservas para enfrentar, com mais segurança, momentos de incerteza.

Esse segmento do cooperativismo conseguiu um grande desenvolvimento no Rio Grande do Sul desde sua implantação, chegando, inclusive, a dispor de uma cooperativa central com mais de cinquenta cooperativas singulares a ela filiadas.

No final dos anos 20, um segundo modelo de cooperativa de crédito também por aqui aportava, ainda pelas mãos da Igreja Católica, e desta vez por leigos que, participando de um Congresso Mariano em Roma, conheceram o modelo desenvolvido pelo italiano Luigi Luzzati (1841-1927).

Diferenciava-se do modelo alemão pelo fato de exigir um pequeno capital, quando da admissão de qualquer cooperado e ter como público preferencial os assalariados, os artesãos e os pequenos empresários, comerciantes ou industriais.

Mais adequado para as condições brasileiras do que o modelo alemão, o chamado cooperativismo de crédito popular se desenvolveu com uma velocidade espantosa.

Um terceiro e último modelo desse segmento aportou por aqui no final dos anos 50. Ainda trazido por influência católica, visto que a responsabilidade total pela sua implantação coube a uma mulher, pôde contar com o apoio decisivo de Dom Hélder Câmara, na época bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Essa mulher chama-se Maria Thereza Rosália Teixeira Mendes e foi graças à sua garra, seu espírito de luta e sua visão do solidarismo que o chamado modelo Desjardiano, criado pelo canadense Alphonse Desjardins (1854-1920), aqui teve condições de fixar raízes, pois naquela fase da vida brasileira o cooperativismo de crédito já não dispunha de uma vida tranqüila.

Analisada a experiência do passado, e ciente de que o meio rural não teria condições de arcar com as altas taxas de juros que são cobradas pelas instituições bancárias, um cooperativista brasileiro chamado Mário Kruel Guimarães deu início a um processo de objetivos muito bem definidos, na tentativa de criar um verdadeiro Sistema de Crédito Rural cooperativo no país. Esse projeto começou a ser deslanchado no ano de 1981 e teve muito boa aceitação no Rio Grande do Sul. Após o processo reflexivo de análise do seu comportamento no passado, o cooperativismo de crédito rural renasceu em bases seguras e com uma proposta firme que possibilita identificar, ainda no nascedouro, qualquer desvio que possa prejudicá-lo no seu desenvolvimento. Esse fato tem permitido, ao longo da década e, apesar dos percalços vividos pela economia brasileira no mesmo período, um nível de desenvolvimento sem precedentes, apesar da enorme dificuldade que tem encontrado. Dificuldade essa que pode ser traduzida pela negação que lhe é dada em obter os mesmos instrumentos que são oferecidos ao sistema financeiro concorrente.

2.1.4.4 De Saúde

Surgidas há quase 30 anos, atuam hoje em quatro áreas distintas: médica, odontológica, psicológica e de usuários. O exemplo mais pujante desse segmento é o cooperativismo dos médicos, organizados pelo sistema UNIMED, com cooperativas singulares nos municípios, federações nos Estados e uma confederação em âmbito nacional. Quarenta por cento dos profissionais de saúde do país optaram por este caminho.

2.1.4.5 De Eletrificação Rural e Telecomunicações

Este segmento é constituído por cooperativas que têm por objetivo prestar coletivamente um determinado serviço ao quadro social. No Brasil são mais conhecidas as cooperativas de eletrificação e de telefonia rural. As cooperativas de eletrificação rural têm por objetivo fornecer, para a comunidade, serviços de energia elétrica, seja repassando essa energia de concessionárias, seja gerando sua própria energia. Algumas

também abrem seções de consumo para o fornecimento de eletrodomésticos, bem como de outras utilidades.

O surgimento das cooperativas de eletrificação rural possui duas etapas: antes e depois do advento do Estatuto da Terra, promulgado em 30 de novembro de 1964, que dá ênfase especial para a difusão da eletrificação rural através do Sistema Cooperativista. Essa solução surgiu porque a eletrificação rural não é um empreendimento rentável e, por conseqüência, não atrai as concessionárias de energia elétrica. Por esta razão, o Estatuto da Terra, ao tratar da matéria, elegeu o cooperativismo como forma prioritária para a dinamização do processo de eletrificação rural. Nesse sistema, o próprio usuário mobiliza recursos de poupança e crédito para os investimentos, a fim de serem desenvolvidos os processos de construção de energia elétrica no meio rural.

A primeira cooperativa de eletrificação rural do Brasil foi a Cooperativa de Força e Luz de Quatro Irmãos, hoje desativada, localizada no então Distrito de José Bonifácio, atual município de Erechim, no Rio Grande do Sul. Foi fundada em 1941, com o objetivo de gerar energia elétrica para a pequena localidade, sede de uma companhia - a "*Jewish Colonization and Association*" - colonizadora da região, que ali se instalou em 1911.

2.1.4.6 Educacional

Composto por cooperativas de professores, de alunos, formadas por pais de alunos e de atividades afins.

Esse tipo de cooperativismo surgiu em Itumbiara, no Estado de Goiás, em dezembro de 1987 e agora está se espalhando por todos os estados do Brasil, devendo seu número ter chegado a mais de uma centena.

2.1.4.7 Habitacional

Esse segmento surgiu com a Lei que o criou, através do já extinto BNH - Banco

Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, em 1964. O objetivo era coordenar a ação dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada, estimulando a construção de habitações de interesse social e financiando a aquisição da casa própria, principalmente para as populações de média e baixa renda. Foi criado o INOCOOP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais com objetivo de assessorar essas cooperativas, quase totalmente isoladas dos demais ramos.

As chamadas "cooperativas habitacionais", tais como estão atualmente constituídas em grande parte, são consórcios para construção de casas e não cooperativas, já que têm como característica básica a sua liquidação, tão logo seja concluído o projeto habitacional. Sua existência em novos moldes, entretanto, é de fundamental importância para o país, cuja carência habitacional é grande.

Hoje já estão surgindo cooperativas habitacionais autênticas, dentro do processo de autogestão, principalmente no Distrito Federal.

2.1.4.8 De Produção

Composto pelas cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, este ramo vem sendo a única alternativa para manter os postos de trabalho dos empregados, cuja empresa entra em falência. É o segmento das cooperativas formadas por pessoas dispostas a ser donas dos próprios meios de produção, ou seja, por operários ou trabalhadores que são donos de sua fábrica e dividem entre si o resultado da comercialização daquilo que produzem, segundo o que cada um trabalhou para produzir em cada produto e sua especialidade profissional.

2.1.4.9 Mineral

É composto pelas cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais, a exemplo dos garimpeiros. São as cooperativas de mineradores para o trabalho da mineração e garimpagem. A diferença entre mineração e garimpagem é mínima, está na escala de

mecanização e tecnologia adotada nas jazidas. Na esmagadora maioria tais cooperativas são de garimpeiros e possuem privilégio legal nos requerimentos de lavra.

2.1.4.10 Especial

É composto pelas cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas: deficientes físicos, sensoriais, psíquicos e mentais, dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, dependentes químicos, pessoas egressas de prisões, os condenados a penas alternativas à detenção e os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo. Nesse ramo também estão as cooperativas constituídas por menores ou pessoas incapazes de assumir plenamente suas responsabilidades como cidadãos.

2.1.4.11 De Trabalho

Apesar de as propostas deste trabalho serem aplicáveis a qualquer tipo de cooperativa, estará voltado ao estudo das cooperativas de trabalho, tendo em vista que a aplicação prática das propostas, a ser apresentada no capítulo 4, será demonstrada em uma cooperativa de trabalho, por isso este tipo de cooperativa será melhor estudado no item 2.3.

2.1.5 A evolução quantitativa do cooperativismo no Brasil

O cooperativismo é hoje uma importante força econômica no país, segundo a OCB - Organização das Cooperativas do Brasil. Observando-se os gráficos 3 e 4, na última década houve um crescimento em fundação de cooperativas superior à quantidade fundada em 90 anos.

GRÁFICO 3: Evolução Quantitativa das Cooperativas por década de fundação no Brasil

FONTE: Núcleo de Banco de Dados da OCB (*on line* 2003)

Obs.: Até Dezembro/2001 foram criadas 1.307 cooperativas.
Cooperativas que não informaram data de fundação: 400

GRÁFICO 4: Evolução do número de Cooperativas dos principais ramos registradas na OCB desde 1990

Através dos gráficos apresentados consegue-se verificar a importância deste trabalho, pois, como se vê, o cooperativismo no Brasil se tornou realidade, o seu crescimento na última década superou todas as expectativas possíveis. E mais importante ainda se torna este trabalho quando se fala em cooperativa de trabalho, pois o gráfico 4 nos mostra que o crescimento deste tipo de cooperativa superou todas as outras. Conforme informações da OCB (*on line* 2003), das 7.026 (sete mil e vinte e seis) cooperativas existentes em dezembro de 2001, 2391 (duas mil trezentos e noventa e

uma) são cooperativas de trabalho, sem falar que, em dezembro de 1990, elas somavam 528 (quinhentos e vinte oito) cooperativas, significando um crescimento de 353%.

Ainda segundo informações da OCB (*on line* 2003), as cooperativas são responsáveis por um volume de transações econômicas equivalente a 6% do PIB, 3.000.000 (três milhões) de brasileiros são usuários de cooperativas odontológicas; 5.000 (cinco mil) é a frota própria de veículos das cooperativas de transportes; 11.000 (onze mil) é o número de alunos que freqüentam as escolas cooperativas no Brasil; 11.000.000 (onze milhões) de brasileiros são usuários de cooperativas médicas; 10.000 (dez mil) unidades residenciais estão sendo construídas por cooperativas habitacionais, 1.572 (um mil, quinhentos e setenta e dois) municípios têm a presença de pelo menos uma cooperativa, daí a importância destas entidades para a sociedade brasileira.

Todos estes benefícios estão sendo fornecidos, segundo dados da OCB em dezembro de 2001, por um total de 7.026 (sete mil e vinte seis) cooperativas de diversos ramos, 4.779.147 (quatro milhões, setecentos e setenta e nove mil, cento e quarenta e sete) cooperados com 175.412 (cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e doze) empregados.

O que se verifica, nos quadros a seguir, é o crescimento das sociedades cooperativas em seus diversos ramos de atividade, durante o período de 1998 a 2001, levando-se em consideração a quantidade de cooperativas, de cooperados e de empregados de cooperativas.

QUADRO 2: Quantidade de Cooperativas / Cooperados / Empregados de Cooperativas por Ramo de Atividade em 1998.

A FORÇA DO COOPERATIVISMO			
Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Trabalho	1.334	227.467	5.057
Agropecuária	1.408	1.028.378	108.370
Crédito	890	825.911	5.800
Saúde	585	288.929	15.443
Habitacional	202	46.216	1.226
Educacional	193	65.818	2.330
Consumo	193	1.412.664	8.017
Energia e Telcom	187	523.179	5.161
Produção	91	4372	35
Mineração	15	4.027	24
Especial	4	1.964	6
Outros	0	0	0
Total	5.102	4.428.925	151.469
Fonte: Núcleo de banco de dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Dados de Dezembro de 98			

QUADRO 3: Quantidade de Cooperativas / Cooperados / Empregados de Cooperativas por Ramo de Atividade em 2001 e a variação em relação ao ano de 1998.

Ramo	Cooperativas	% ?	Cooperados	% ?	Empregados	% ?
Trabalho	2.391	79,24	322.735	41,88	7.443	47,18
Agropecuária	1.587	12,71	822.294	-20,04	108.273	-0,09
Crédito	1.038	16,63	1.059.369	28,27	20.680	256,55
Saúde	863	47,52	327.191	13,24	21.426	38,74
Habitacional	297	47,03	69.668	50,74	1.375	12,15
Educacional	278	44,04	73.258	11,30	2.720	16,74
Consumo	189	-2,07	1.467.386	3,87	7.676	-4,25
Energia e Telcom	187	0	576.299	10,15	5.431	5,23
Produção	147	61,54	9.892	126,26	348	894,29
Mineração	37	146,67	48.841	1.112,8	34	41,67
Especial	7	75,0	2.064	54,18	6	0
Outros	5		150		0	
Total	7.026	37,71	4.779.147	7,91	175.412	15,81
Fonte: Núcleo de banco de dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Dados de Dezembro de 2001						

O que se pode observar, nos quadros 2 e 3, é que existe um aumento do número de cooperados (7,91%) que não corresponde percentualmente ao aumento de número de cooperativas (37,71%) e ao aumento do número de empregados contratados por cooperativas (15,81%), mas que, apesar disso e no geral, houve um aumento considerável no cooperativismo brasileiro. Outro detalhe a se observar é quanto a cooperativas de trabalho: o tipo de cooperativa que terá mais ênfase em nosso estudo é o tipo de cooperativa que mais cresceu neste período.

Apresentam-se a seguir os gráficos que representam os dados anteriores, comparando-se os dados dos dois períodos apresentados.

GRÁFICO 5 : Gráfico da Quantidade de Cooperativas por Ramo de Atividade
 FONTE: Núcleo de Banco de Dados da OCB (on line 2003)

GRÁFICO 6: Gráfico da Quantidade de Cooperados por Ramo de Atividade
 FONTE: Núcleo de Banco de Dados da OCB (on line 2003)

O que se vê nos gráficos e nas informações anteriores é um crescimento das sociedades cooperativas no Brasil e, nos últimos anos, de forma quase que incontrolável, pois uma década supera um crescimento de noventa anos.

2.1.6 Estrutura organizacional das cooperativas

A Lei 5.764/71, em seus artigos de 38 a 56, estabelece os órgãos de administração como:

- Assembleia Geral
 - Assembleia Geral Ordinária
 - Assembleia Geral Extraordinária
- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal

Assembleia Geral dos associados, conforme artigo 38 da lei em questão, é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais, tendo poderes para decidir os negócios relativos à sociedade e tomar resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa da mesma, traçar objetivos e metas para que a cooperativa possa prosperar e evoluir. Suas deliberações vinculam todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Conselho de Administração: Formado exclusivamente por membros associados da cooperativa eleitos em assembleia geral, segundo os artigos 47 a 55 da Lei 5.764/71, tem como função interpretar e pôr em prática as decisões da Assembleia Geral. Formular, planejar e traçar normas para as operações e serviços; e controlar os resultados da cooperativa são as principais atribuições do Conselho de Administração. Este organizará a cooperativa em unidades, departamentos, divisões e seções ou serviços.

Conselho Fiscal: Formado também por membros associados da cooperativa, conforme artigo 56 da Lei 5.764/71, em sua função como órgão colateral da administração, deve acompanhar a vida da cooperativa em todos os seus aspectos, vida que é razão de ser, seus próprios interesses econômico-sociais. São atribuições: contribuir, com o aconselhamento e vigilância, para o regular funcionamento da cooperativa, além de opinar e sugerir propostas à administração.

2.1.7 A Legislação da Cooperativa no Brasil

As Cooperativas de Trabalho criam uma nova relação de trabalho qualificado,

onde um profissional autônomo associado a uma cooperativa executa serviços, individualmente e com responsabilidade, os quais foram negociados pela cooperativa, por delegação deste.

As cooperativas são, na verdade, uma forma CIVIL (não trabalhista), conforme peculiaridade definida na Lei 5.764/71, para o fornecimento de serviços especializados, executados por profissionais autônomos cooperados, para o tomador de serviços da cooperativa, geridos por ela e não colocados à disposição do tomador.

O art. 174 da Constituição de 1988, em seu parágrafo 2, diz que “*o governo estimulará a criação e o desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associativismo*” (BRASIL, 1999, p.102).

As cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento (art. 5º, inciso XVIII da Constituição Federal).

O art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, parágrafo único, diz que, “*independente do ramo de atividade da cooperativa, não se estabelece o vínculo empregatício entre o cooperado e a cooperativa e nem entre o cooperado e o tomador de serviços desta.*” (BRASIL, 1999, p.131).

O art. 4º da Lei nº 5.764/71 disciplina a formação das cooperativas nos incisos de I a XI.

O art. 90 da mesma Lei disciplina não haver vínculo empregatício entre o cooperado e a cooperativa.

Já o Regulamento da Previdência Social, ou seja, o Decreto 611/92, em seu art. 6º, item IV, 4, considera o cooperado como:

Art. 6 - são segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

[...]

IV - como trabalhador autônomo

[...]

4 - o trabalhador associado a Cooperativa de Trabalho, que nesta qualidade presta serviços a terceiros.

2.2 A Cooperativa de Trabalho

O Decreto-lei nº 22.232 de 19/12/1932, em seu artigo 24, conceituou originalmente as cooperativas de trabalho, e está assim escrito:

Art. 24. São Cooperativas de trabalho aquelas que, constituídas entre operários de uma determinada profissão ou ofício ou de ofícios vários de uma mesma classe, têm como finalidade primordial melhorar os salários e as condições de trabalho pessoal de seus associados e, dispensando a intervenção de um patrão ou um empresário, se propõem contratar obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns. (BRASIL, 2001, p.54)

Já Pinho & Amaral (1993, p.39) apresentam um conceito operacional de cooperativismo de trabalho proposto pela Comissão da OCB de Cooperativas de Trabalho e aprovado no Segundo Congresso Brasileiro das Cooperativas de Trabalho, realizado de 21 a 24 de novembro de 1983, em São Paulo, que estava assim formulado:

As cooperativas de trabalho são organizações de pessoas físicas, de uma ou mais categorias de trabalhadores, reunidas para o exercício profissional em comum, em regime de auto-gestão democrática de livre adesão, tendo como base primordial o retorno ao cooperado do resultado da sua atividade laborativa, deduzidos exclusivamente os custos administrativos, a reserva e os fundos sociais.

Apesar de a primeira definição apresentada constar de um decreto de 1932, o cooperativismo de trabalho é um dos ramos mais recentes dentro do sistema cooperativista. Segundo Benato (2002, p.69), ainda que se tenha conhecimento da Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Transportadores de Bagagens do Porto de Santos, fundada em 1938 e existente até hoje, pode-se afirmar que esse tipo de cooperativismo praticamente se desenvolveu a partir de 1960 e atualmente está em grande expansão, como se pôde verificar no item 2.1.5 deste trabalho.

Trata-se de um sistema de associação de profissionais, com o objetivo de prestar serviços a terceiros. São constituídos por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional ou a um determinado objetivo social, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma.

Em relação ao exposto, Tesch(1996, p.5) escreve que:

O Cooperativismo de Trabalho desenvolve-se através de uma organização de pessoas, (note bem: não de capital e nem para empregar pessoas) que organizam uma instituição (a empresa cooperativa), buscando gerar de maneira autônoma um instrumento de produção ou prestação de serviços para uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Fica claro que a união de pessoas em cooperativas de trabalho, como diz o autor, tem por finalidade ampliar as oportunidades dentro de um mercado competitivo de trabalho para a mão-de-obra destes cooperados, visando exclusivamente o cooperado. Elas aliviam os cooperados de atividades burocráticas, ou seja, as relações sobre contrato de trabalho entre o cooperado e o tomador dos serviços são feitas pela cooperativa, deixando claro inclusive o papel da cooperativa, citado no artigo 4º da Lei 5.764/71¹, de prestadora de serviço ao seu cooperado, possibilitando-lhes concentrar esforços em suas atividades fim. Além disso, criam novas oportunidades e novas condições de trabalho em equipe, pois todos são sócios e, portanto, interessados no sucesso de seu empreendimento.

O grande desafio para o ramo é a clara identificação de suas bases legais, tanto no que se refere à legislação cooperativista propriamente dita, mas principalmente naquilo que possa causar qualquer confusão como as exigências da legislação trabalhista, particularmente a CLT. A construção de corretos limites jurídicos para a ação cooperativista na área do trabalho certamente reforçará o seu crescimento.

2.2.1 Características

As principais características das cooperativas de trabalho são:

- Organizar e disciplinar a prestação de serviços de seus cooperados a terceiros, de acordo com seu objetivo social;
- Remunerar os cooperados com base nos serviços prestados, e não em função do capital subscrito;
- Seu capital é variável, de acordo com o número de cooperados;

¹ “Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, *constituídas para prestar serviços aos associados*, distinguindo-se das demais sociedades...” (grifo nosso).

- Existe limitação do número de quotas-partes por associado;
- Não visam lucro. No final do exercício, as sobras líquidas são distribuídas entre os cooperados proporcionalmente aos serviços prestados individualmente;
- Prestar assistência aos cooperados, inclusive em termos de desenvolvimento profissional.

2.2.2 Objetivos

Estão divididos em duas categorias:

a) Econômicos

São os que atendem ao Estatuto Social da Cooperativa de Trabalho, relacionados diretamente com a busca de oportunidades de prestação de serviços, pelos cooperados, através da Cooperativa. Para atendê-los a Cooperativa celebra Contratos de Prestação de Serviços com o mercado, ofertando a força produtiva dos cooperados dela associados.

b) Sociais

São os diretamente relacionados com os convênios e benefícios que a Cooperativa coloca à disposição de seus associados, promovendo a diferenciação de seus cooperados dos demais profissionais do mercado.

2.2.3 Funcionamento

O cooperativismo de trabalho desenvolve-se através de uma Cooperativa de Trabalho, é uma fonte de produção ou prestação de serviços que é administrada e gerida unicamente por seus associados-trabalhadores, técnicos, administrativos ou profissionais, todos com os mesmos direitos e obrigações. Eventualmente pode contratar pessoal cujas funções não existam no seu quadro de associados.

Hoje o segmento é abrangente, por isso desafiador para o Sistema Cooperativista, por ser tão amplo quanto o leque das profissões, ocupações e atividades que vão mudando em sintonia com as mudanças na sociedade e na economia.

A Cooperativa de Trabalho possibilita a independência do homem com respeito ao “sistema assalariado” transformando-o em um sujeito do processo e do trabalho e liberando-o da dependência do capital ao qual historicamente tem se submetido. Esta é uma questão estrutural do problema, com característica de “revolução cultural”.

Segundo Tesch (1996, p. 7), o Cooperativismo de Trabalho pode ser organizado em cooperativas de várias maneiras, de um lado as cooperativas de trabalho, em que os associados desenvolvem uma atividade produtiva, podendo ser industrial, agro-industrial, artesanal ou outra qualquer, dependendo de suas habilidades ou fins e atividades a que se proponham. Por exemplo, existem cooperativas de artesãos, onde produzem individual ou coletivamente, comercializando o resultado do trabalho também individual ou coletivamente. Há também as cooperativas de produtores que se dedicam a uma atividade agrícola em uma utilização conjunta de área física para a produção, organização de meios necessários à produção e à correspondente comercialização, dividindo, dentro da cadeia produtiva, os ganhos proporcionais ao trabalho.

Existem, por outro lado, cooperativas de trabalho onde os associados prestam serviços, individuais ou em conjunto, às entidades, empresas ou pessoas que desejarem contratar seus serviços. É neste tipo de cooperativa que serão aplicadas as propostas deste trabalho. Congrega pessoas de todas as profissões, independentemente da formação de cada um, podendo ser de uma ou de várias profissões. É entendida como uma articulação do trabalho, visando atender às necessidades dos associados e da comunidade em seus aspectos de prestação de serviço, logo o ganho de cada um é em função do trabalho que realizar. A cooperativa é um instrumento destes cooperadores para melhor organizar o trabalho no mercado.

Podem-se organizar cooperativas de trabalho do tipo sistema misto. Além da atividade de produção de um produto por parte dos cooperados em um lugar fixo, também se organiza como de prestação de serviços. São associados de uma mesma entidade, onde uns desenvolvem atividades de produção em vários setores; e outros atividades de prestação de serviços, também em vários setores, sendo a remuneração do trabalho proporcional à especialidade e à formação, tomando como base o preço no “mercado de trabalho”. Este é um sistema criativo muito utilizado, pois amplia o leque de atuação da cooperativa, possibilitando um equilíbrio maior em função das possíveis oscilações de mercado.

Uma das questões que, devido à nossa “cultura de assalariados”, exige mais formação do cooperado e do tomador de serviço, é o problema do “vínculo empregatício”. O Cooperativismo de Trabalho, independentemente do tipo de organização que o estiver utilizando, se fundamenta através de atividades a serem desenvolvidas pelo trabalho autônomo, ou seja, sem o vínculo de emprego entre a cooperativa e seus associados. Isto se justifica uma vez que todos gozam de iguais direitos e obrigações dentro da cooperativa, sendo todos eleitores e elegíveis para cargos diretivos. Se o desempenho de tais cargos não comporta vantagens nem privilégios e as sobras ou perdas atingem a todos por igual, é evidente que não pode existir subordinação econômica ou técnica, muito menos jurídica.

Não se pode pensar na hierarquia patrão-empregado, pois quem se autodetermina quanto a horários, estrutura hierárquica, divisão do trabalho e disciplina, são os mesmos associados, que livre, democrática e coletivamente, sujeitam-se a suas próprias decisões e as revêem quando julgarem necessário, por meio dos canais de manifestação da vontade social. Assim todos participam da mesma maneira, tendo o mesmo peso nas deliberações tomadas. A Assembléia Geral, a qual cada associado tem um voto, independente do capital, é o órgão máximo de decisão na empresa cooperativa.

Isto quer dizer que o autogoverno da organização é autogestão, emanando democrática e coletivamente dos próprios sócios-trabalhadores, obtendo o controle de tudo. Neste caso, ninguém pode substituí-los nesta responsabilidade, por tratar-se de um caso típico e inquestionável de autogestão, conforme item 2.1.6 deste trabalho.

A cooperativa se diferencia das demais empresas por ser uma empresa constituída para prestar serviços aos seus associados (artigo 4º da Lei federal 5.764/71) e, neste aspecto, é responsável pela administração dos contratos e do gerenciamento de toda a burocracia necessária para que o associado possa executar os seus serviços profissionais com desenvoltura e tranqüilidade. Ela é o meio pelo qual o cooperado efetua toda a transação/operação comercial junto ao tomador de seus serviços.

A cooperativa trabalha para o seu cooperado, enquanto que, em qualquer outro tipo de empresa, o empregado é quem trabalha para a empresa. Se alguém executa qualquer tipo de trabalho para qualquer empresa, esta lhe paga, pelo serviço prestado, um salário.

Assim também é no cooperativismo de trabalho, no qual o serviço que a

cooperativa presta ao seu cooperado também é pago. Neste caso, esta remuneração passa a ser a receita da cooperativa, que deve ser contabilizada de modo a não deixar dúvidas de que a origem deste dinheiro na cooperativa é gerada pelo serviço que esta presta ao seu cooperado ao fornecer-lhe toda uma infra-estrutura administrativa e financeira, tais como cobrar do tomador os serviços dos cooperados, recolher os tributos aos cofres públicos, repassar a diferença aos cooperados, chegando a fornecer algumas vezes uma assistência jurídica. Neste momento, ela retém a parcela que lhe cabe por esta prestação de serviços. Para Benato (2000, p.195), é praxe praticada por este segmento de mercado adotar um percentual sobre os serviços executados pelos cooperados, denominado de taxa de administração.

Esta concepção de uma cooperativa, segundo Castro (1998), representa um novo paradigma empresarial, uma empresa (cooperativa) que trabalha para o seu sócio (cooperado). Esta idéia representa uma concepção arrojada de como se define empresarialmente uma cooperativa de trabalho.

Uma outra forma de diferenciação refere-se à forma de organização e constituição. Ela nasce da necessidade coletiva de determinado grupo social de trabalhadores, para que, juntos, organizados democraticamente em torno de uma cooperativa de trabalho, possam todos enfrentar o mercado de trabalho para obter uma justa remuneração pelas tarefas que desenvolverem. Ao lidarmos com as cooperativas, devemos primeiro entender que ela é uma empresa social, voltada para as atividades empresariais e comerciais de seus cooperados.

Quando este assunto é abordado nos meios acadêmicos, enfatiza-se que se necessita desenvolver estudos e formas de ampliar estes conhecimentos, que estão sendo sistematizados, para depois colocá-los à disposição destas cooperativas que estão atuando no mercado. Em segundo lugar, a cooperativa difere e muito das estruturas administrativas comumente encontradas nas diversas organizações. Nelas, a estrutura administrativa é muito reduzida chegando, muitas vezes, a ter apenas um grupo de salas onde se guardam todos os documentos administrativos e onde a Diretoria e o Conselho Fiscal se reúnem para tomar as suas decisões e deliberações. Assim, a busca de informações sobre as atividades desenvolvidas por uma cooperativa não está nas mãos de uma ou duas pessoas, mas se encontra no meio de toda a coletividade.

Contudo, apesar da diferenciação das demais empresas em sua forma de

organização, ela também está sujeita às leis de mercado, devendo ter utilidade social e, principalmente, ser viável economicamente, para oferecer serviços de qualidade a preços adequados, dentro dos prazos de conclusão negociados com os seus clientes.

2.2.4 O ato cooperativo e o ato não cooperativo

O artigo 79 da Lei nº 5.764/71 estabelece que:

Denomina-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo Único – O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

A determinação legal está estreitamente ligada com o princípio da auto-responsabilidade, tendo as cooperativas a incumbência de prestar serviços aos associados, fornecendo-lhes produtos ou serviços ou comercializando produtos em nome dos associados, no entanto a responsabilidade por estas operações é do próprio associado.

Segundo Michels (2000, p.12), o ato cooperativo é a forma legal que regulamenta as relações entre associado e cooperativa, ou entre esta e aquele, não caracterizando contrato de compra e venda de produto ou mercadoria, ou ainda o compromisso na assinatura de um contrato de prestação de serviço em nome do cooperado não significa prestação de serviço pela cooperativa. A responsabilidade pelos atos praticados pela cooperativa é do próprio associado. A cooperativa age em nome dele.

Quando a cooperativa recebe produtos dos associados para venda ou utilização em produção, no caso de cooperativa de produção, não está adquirindo esses produtos, mas sim recebendo-os em consignação, para posterior venda em nome dos associados.

Já Lima (1999, p.7), descrevendo sobre a atuação da sociedade cooperativa nos atos direcionados à operacionalização das atividades conjuntas de seus cooperados, definiu “ato cooperativo” como:

Compreende todo relacionamento do cooperado com a cooperativa, na obtenção dos serviços indispensáveis à materialização e coletivização da atividade econômica que constitui o seu objeto. Para a consecução desses fins, têm as cooperativas um complexo de competência, que não se resume num singelo relacionamento com seus sócios, mas na relação com os interessados em obter o produto da atividade econômica de seus cooperados (usuários, no caso), e também na relação inerente à aquisição de recursos (bens ou serviços) para que a atividade-objeto dos cooperados se complementem.

Acha-se necessário, para o entendimento da definição do autor acima citado, a distinção entre os fins (finalidades) da sociedade cooperativa e o seu objeto. Enquanto os fins da cooperativa se realizam na associação de seus associados, que contribuem com bens e serviços para o exercício de sua atividade econômica de interesse comum, sem intuito de lucro (art. 3º da Lei 5764/71), o objeto da sociedade é determinado pela atividade de seus associados (art. 5º da Lei 5764/71).

Os estatutos das cooperativas refletem essa realidade nos dispositivos que regem os “fins sociais e o objeto da sociedade”, constando no seu texto as classes de operações pertinentes à realização completa dos atos cooperativos.

Portanto, as cooperativas prestam serviços, em regra, exclusivamente aos associados, praticando os atos inerentes a sua finalidade (atos cooperativos). Dentro dessa atuação, Lima (1999, p.7) classifica os atos cooperativos, dentro de suas características particulares de agrupamento, em três tipos: a) Atos Principais: que se circunscrevem à realização final da atividade econômica dos sócios, ou seja, do objeto da cooperativa; b) Atos Auxiliares: pelos quais os associados obtêm, por intermédio da cooperativa, as condições para que possam realizar o trabalho inerente à atividade econômica composta pela cooperativa. Exemplo: bens, serviços e demais instrumentos indispensáveis colocados pela cooperativa à disposição dos cooperados para a execução dos atos principais; c) Atos Acessórios: pelos quais a sociedade, indiretamente, atinge a sua finalidade, ou seja, a prática de atos, pela cooperativa, que indiretamente viabilizam sua atuação. Exemplo: as locações, contratações de serviços e outros atos direcionados à administração da sociedade. O autor, ao fazer esta classificação dos atos cooperativos, se justifica através da aplicação do artigo 4º, inciso VII, com o artigo 80, da Lei nº 5.764/71.

Com a finalidade de entendimento do funcionamento de uma cooperativa de

trabalho, e mais analiticamente o funcionamento dos atos cooperativos, é de nossa opinião que se deve explicar como seria a transação entre os profissionais autônomos e os tomadores de serviços, sem a existência da figura da cooperativa de trabalho, pois só assim pode-se ver as duas situações (ver figura 1 abaixo).

FIGURA 1: Transação de Profissionais Autônomos com um Tomador de Serviços sem a existência da Cooperativa de Trabalho

A figura apresentada mostra o funcionamento do relacionamento entre o Prestador de Serviços Autônomo com o Tomador dos Serviços sem a existência da cooperativa de trabalho. Como se pode observar, cada prestador de serviços terá que, além da obrigação de prestar serviços para o tomador, administrar seu contrato, suportar-se tecnicamente para execução dos serviços, gerenciar a questão monetária de seu contrato etc. Por outro lado, o Tomador dos Serviços terá que realizar um contrato de prestação de serviços para cada autônomo, controle para pagamento individual de cada um etc.

Assim, ao se observar a figura 1 e confrontá-la com a figura 2, pode-se dizer que o que exceder na figura 2 é o ato cooperativo, ou seja, na figura 2 quem mantém o

relacionamento no momento do contrato com o tomador dos serviços em nome dos cooperados é a cooperativa, quem administra a questão de recebimentos por prestação de serviços para os cooperados é a cooperativa e quem dá o suporte técnico para que os cooperados prestem serviços de qualidade também é a cooperativa. Logo o que aparece como novo na figura 2 em relação à figura 1 nada mais é do que a pessoa da cooperativa prestando serviços aos cooperados.

Analisando a questão do funcionamento das cooperativas de trabalho, assim como cooperativas de outros ramos, tal prestação de serviços realizada a cooperados torna-se difícil, pois a função é colocá-los no mercado de trabalho com a qualidade dos serviços que o mercado exige, além de terem remuneração, tanto quanto o mercado remunera profissionais da mesma categoria, pois só assim se justifica a sua existência.

FIGURA 2: Funcionamento do Ato Cooperativo em uma Cooperativa de Trabalho

Pode-se verificar de forma resumida, através da figura apresentada, o funcionamento de uma transação envolvendo uma cooperativa de trabalho, seus cooperados e o tomador dos serviços. O relacionamento para a contratação dos serviços junto ao tomador dos serviços (1) é feito pela cooperativa de trabalho, em nome de seus cooperados. Ela aproxima a fonte de trabalho do executor do trabalho, ou seja, o

tomador, do profissional autônomo cooperado. Organiza, orienta, representa o cooperado, além de gerenciar os recursos para suportar (2) o trabalho dos mesmos (3). Tendo o cooperado prestado o serviço, a cooperativa de trabalho novamente o estará intermediando no recebimento dos recursos (4), fazendo com que este chegue ao cooperado (6) subtraído do valor de uma taxa (5), cobrada pela cooperativa para cobrir os gastos necessários para execução dos serviços prestados no suporte aos cooperados.

Observa-se ainda, na figura 2, que fica claro o acontecimento do ato cooperativo (setas vermelhas), como inclusive já citado: é o relacionamento da cooperativa com o seu cooperado, ou seja, o serviço é prestado pelos cooperados, quem é beneficiado economicamente é o cooperado, a cooperativa pratica o ato cooperativo, ou ainda, ela dá suporte ao cooperado para a execução do ato.

A execução dos objetivos sociais faz com que as cooperativas de trabalho recorram ao mercado, relacionando-se com pessoas físicas ou jurídicas. Uma cooperativa de trabalho contrata serviços para seus cooperados junto a tomadores de serviços, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, tal transação está complementando o ato cooperativo.

A cooperativa de trabalho que contrata um advogado, para utilizar os seus serviços na defesa dos interesses sociais, também está complementando o ato cooperativo. Tais operações fazem parte do ato cooperativo, portanto não significam negócios com terceiros.

Para Irion (1997, p.102), o conceito de terceiros no cooperativismo é pouco explorado em se considerando sua relevância, pois é do relacionamento das cooperativas de trabalho com terceiros que surge o conceito de atos não-cooperativos, fazendo com que tais cooperativas produzam lucros, em vez de sobras.

Visando o melhor entendimento, o mesmo autor nos traz que terceiros são: *“pessoas físicas que operam no mesmo campo de atuação do quadro social e que por isso têm, tecnicamente, condições de se tornarem associados.”*

Assim, existem duas circunstâncias nas quais as cooperativas de trabalho praticam atos não-cooperativos. A primeira envolve a cooperativa e pessoas físicas não cooperadas. Por exemplo: utilização dos trabalhos profissionais de um auditor não-cooperado por uma cooperativa de auditores. As operações com terceiros são permitidas

por lei, mas não podem ser rotineiras.

A segunda circunstância diz respeito a operações da cooperativa de trabalho com o mercado, realizada fora dos objetivos sociais.

Os lucros dos atos não-cooperativos se refletem diretamente na economia da sociedade e não na dos sócios. Assim sendo, são tributáveis, sendo a cooperativa a contribuinte e os saldos, destinados ao RATES, das cooperativas de trabalho.

3 A CONTABILIDADE

3.1 Retrospecto histórico

A contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo. Existem diversos registros mostrando que as civilizações antigas já possuíam um esboço de técnicas contábeis.

Sobre o surgimento da contabilidade, Iudícibus (2000, p.30) destaca:

Não é descabido afirmar-se que a noção de conta e, portanto, de contabilidade seja, talvez, tão antiga quanto a origem do Homo sapiens. Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas aproximadamente há 4.000 anos a. C. Entretanto, antes disso, o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de contabilidade.

Em se tratando de registro histórico é importante destacar a obra *Summa de Arithmetica, Geometrica, Proportioni et Proportionalitá*, do Frei Franciscano chamado Irmão Luca Pacioli, publicada em Veneza em 1494, citada por Hendriksen & Van Breda (1999, p.39). Esta obra descreve, num dos seus capítulos, um método empregado por mercadores de Veneza no controle de suas operações, posteriormente denominado método das partidas dobradas ou método de Veneza.

Nos séculos seguintes ao livro de Pacioli, a contabilidade expandiu sua utilização para instituições como a Igreja e o Estado e foi um importante instrumento no desenvolvimento do capitalismo. No entanto as técnicas e as informações ficavam restritas ao dono do empreendimento, pois os livros contábeis eram considerados sigilosos. Isto limitou consideravelmente o desenvolvimento da ciência uma vez que não existia troca de idéias entre os profissionais.

O desenvolvimento contábil, segundo Iudícibus & Marion (2000, p.35), está intimamente ligado ao desenvolvimento econômico. Por volta de 1920, com o

crescimento estupendo da economia norte-americana e o surgimento das grandes *Corporations*, o mundo contábil que seguia a chamada Escola Contábil Européia, volta suas atenções para os Estados Unidos, surgindo assim a Escola Contábil Norte-americana. O que diferencia uma escola da outra, em termos de conceitos, é que a escola européia dá ênfase na contabilidade como a Ciência do Controle Patrimonial, enquanto que, na escola norte-americana, a ênfase é no conceito de informação útil para os diversos usuários.

3.2 Conceito e objetivo

Diversos conceitos de contabilidade foram encontrados na bibliografia pesquisada e, apesar de diferentes autores, o enfoque é praticamente o mesmo.

Para Franco(1997, p.19), contabilidade:

É a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

O conceito de contabilidade escrito por Iudícibus (2000, p.26), quando discute a teoria contábil sob uma abordagem sistêmica é:

... método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação

Pelas conceituações de contabilidade apresentadas, pode-se dizer que o usuário das informações contábeis já não é mais só uma empresa.

A ampliação do leque dos usuários potenciais da contabilidade decorre da necessidade das empresas em evidenciar suas realizações para a sociedade como um todo. Antigamente a contabilidade tinha por objetivo informar ao dono qual foi o lucro obtido numa empreitada comercial. No capitalismo moderno somente isto não

é mais suficiente. Os sindicatos precisam saber qual a capacidade de pagamento de salários, o governo demanda a agregação de riqueza à economia e a capacidade de pagamento de impostos, os ambientalistas exigem conhecer a contribuição para o meio ambiente, os credores querem calcular o nível de endividamento e a probabilidade de pagamento das dívidas, os gerentes da empresa precisam de informações para ajudar no processo decisório e reduzir as incertezas, e assim por diante.

Diante deste quadro pode-se afirmar que o grande objetivo da contabilidade é planejar e colocar em prática um sistema de informação para uma organização, com ou sem fins lucrativos, para geração de informações que atendam as necessidades de seus usuários nos processos decisórios.

Peres Júnior & Begalli (1999, p.13) partem da premissa que as entidades em geral geram fatos econômico-financeiros que devem ser captados pelo sistema de informações contábeis, e assim define os objetivos da contabilidade: “... *seus objetivos sintetizam-se na produção de informações úteis a diversos interessados. Tais interessados podem ser usuários internos e externos à empresa*”.

Há de se verificar que a tendência das definições anteriores está voltada aos conceitos econômico-financeiros. Iudícibus (2000, p.23) reconhece as informações econômicas como objetivo básico da contabilidade para vários usuários, mas admite também que, na atualidade, o objetivo da contabilidade envolve os aspectos de produtividade e o social.

Para Arrigoni (2000, p.40), a informação que antes era fornecida no aspecto quantitativo físico, passou para o aspecto monetário e agora se preocupa em apresentá-la com visão para o social, como a identificação e quantificação: do valor agregado, do valor gasto com recursos humanos (melhor remuneração, treinamento, segurança no trabalho etc.), da atividade e do recurso gasto com atividades culturais, educacionais e de lazer, atividade de controle e preservação do meio ambiente, recursos aplicados para atender de forma adequada as necessidades do consumidor; além de outros.

3.3 A Teoria da Contabilidade

Já é bem definido e defendido, na teoria da contabilidade, o posicionamento de que um sistema contábil deve ser preparado para a apresentação dos fatos, sejam eles sob a forma econômico-financeira, física, de produtividade ou social, sempre se preocupando com a sua substância, a sua essência, a sua verdadeira natureza, mais do que com a forma jurídica de que se reveste, se houver algum conflito entre ambos. Isso não significa dizer que este sistema deve esquecer as formas jurídicas, mas quando elas estiverem ocultando a realidade econômica dos fatos ou puderem provocar distorções nas informações ao usuário das demonstrações contábeis, quanto à sua veracidade, deve ter como prioridade a realidade econômica.

Ao afirmar que a posição da contabilidade é bem definida e defendida quanto aos fatos citados anteriormente, baseia-se na preparação de um sistema contábil que será executado dentro dos princípios fundamentais de contabilidade, a ser tratado a seguir.

3.3.1 Princípios Fundamentais de Contabilidade

O processo de evolução da contabilidade apresenta as seguintes fases:

- Identificação dos objetivos de um determinado usuário;
- Definição dos princípios fundamentais de contabilidade, com bases científicas; e
- Elaboração dos relatórios contábeis.

A contabilidade, como qualquer outra disciplina, tem como ponto de partida o estabelecimento dos limites de sua atuação e seus objetivos.

O objetivo básico da contabilidade, como já visto, é gerar informações que sejam úteis aos usuários nos seus processos decisórios.

Uma vez definidos os objetivos, conforme visto anteriormente, e seguindo o processo de evolução para a apresentação do sistema contábil, definem-se os princípios fundamentais de contabilidade.

À medida que as necessidades de controle do patrimônio da entidade foram surgindo, a contabilidade buscou instrumentos para registrá-lo. Com o passar dos tempos, dúvidas foram aparecendo quanto ao critério de utilização de tais instrumentos. Com isso, os contadores tiveram que adotar opções de utilização que, aceitas pelos demais colegas, foram consideradas como regras, que passaram a ser seguidas e geralmente aceitas. Tais regras são denominadas Princípios Contábeis ou Princípios Fundamentais de Contabilidade, que são o ponto de partida para a compreensão da própria Ciência Contábil, são eles que fundamentam os conceitos, a teoria e a prática que hoje sustenta toda contabilidade. Assim como na Física (por exemplo) existem as leis da mecânica que fundamentam esta ciência, em Contabilidade temos os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Segundo Franco (1988, p.16), o AICPA (*American Institute Of Certified Public Accountants*), por meio do APB *Statements* Nº 4 (Norma da Comissão de Princípio Contábil), define os princípios de contabilidade como:

um termo técnico que compreende as convenções, as regras e os procedimentos necessários para determinar práticas contábeis aceitas em determinada época. O conceito de princípios de contabilidade inclui não apenas amplas guias de orientação abrangentes, de aplicação geral, mas também práticas e procedimentos detalhados.

O que se vê nesta norma é que a finalidade prática da determinação dos princípios contábeis é a de servir de guia ou parâmetro para o registro de fatos e a elaboração de demonstrações dentro de regras uniformes que facilitem a função informativa da contabilidade.

Para Iudícibus & Marion (2000, p.89), os Princípios Fundamentais de Contabilidade são “*os conceitos básicos que constituem um núcleo essencial que deve guiar a profissão na consecução dos objetivos da contabilidade*”.

O estudo do IPECAFI², aprovado pelo IBRACON³ e referendado pela CVM⁴, classifica os Princípios Fundamentais de Contabilidade em três categorias básicas, a saber:

² IPECAFI – Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

³ IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores

⁴ CVM – Comissão de Valores Mobiliários

- I. Postulados ambientais da contabilidade
 - Entidade Contábil
 - Continuidade das Entidades
- II. Princípios Contábeis propriamente ditos
 - Custo como base de valor
 - Denominador Comum Monetário
 - Realização da Receita
 - Confronto das Despesas com as Receitas e com os Períodos Contábeis
- III. Convenções - Restrições aos Princípios Fundamentais de Contabilidade
 - Objetividade
 - Materialidade
 - Conservadorismo
 - Consistência.

FIGURA 3: Princípios Fundamentais de Contabilidade

FONTE: Adaptado de Iudícibus & Marion (2000, p.97)

A figura anterior é uma adaptação ao edifício contábil da obra de Iudícibus & Marion (2000, p.97), onde os postulados, por serem elementos vitais que estruturam a contabilidade, estão representados pelo alicerce, pois, mesmo que as paredes ou o telhado sofram modificações, não afetam sua estrutura. Assim, esta estrutura estando pronta, pode-se levantar as paredes e o telhado que serão sustentados por ela.

No entanto, acha-se necessário o detalhamento de alguns dos princípios fundamentais de contabilidade, mais especificamente os que serão utilizados para o embasamento deste trabalho.

3.3.1.1 Postulados ambientais da contabilidade

Os postulados, como pudemos adiantar, são elementos vitais para a contabilidade.

Para Iudícibus (2000, p.46), *“Um postulado pode ser definido como uma proposição ou observação de certa realidade que pode ser considerada não sujeita a verificação, ou axiomática”*.

Desta definição pode-se deduzir que os postulados são muito mais do que regras ou normas, uma vez que tratam de realidade não sujeita à verificação e das condições em que a contabilidade deve atuar. Ou mais, são dogmas ou premissas que não precisam ser comprovados, mas há aceitação geral, sem nenhum questionamento, ou seja, exposição de uma verdade sem estar sujeita à verificação.

Estão divididos em: Postulado da Entidade Contábil e Postulado da Continuidade.

3.3.1.1.1 Postulado da Entidade Contábil

O Postulado da Entidade Contábil é que inicia todo o encadeamento do raciocínio contábil. Para a contabilidade, a Entidade possui a pessoa física (sócios, proprietários ou cotistas) e a pessoa jurídica (no caso das empresas). A característica

principal desse postulado é que, para todos os casos, o patrimônio de uma entidade não se confunde com o de outra, o patrimônio dos sócios não se confunde com o da empresa.

Hendriksen & Van Breda (1999, p.104) consideram este postulado como definição da entidade contábil, que inclusive pode ajudar a delinear a melhor maneira de apresentar as informações que lhe dizem respeito.

Uma forma de definir tal entidade consiste em determinar a unidade econômica que exerce controle sobre o recurso, que aceita a responsabilidade para assumir e cumprir compromissos e conduzir a atividade econômica. Esta entidade pode ser um indivíduo, uma sociedade, ou grupo consolidado envolvidos com atividades com ou sem fins lucrativos.

Outra forma, segundo os mesmos autores, é definir a entidade em termos da área de interesse econômico de indivíduos, grupos ou instituições de particulares. Neste enfoque, os limites de uma entidade econômica são identificáveis: a) pela determinação do indivíduo ou grupo interessado; e b) pela determinação da natureza do interesse desse indivíduo ou grupo. Logo, esse enfoque é orientado pelos interesses dos usuários dos relatórios.

Já Iudícibus (2000, p.47-48), com respeito ao postulado da entidade contábil, descreve:

... para a contabilidade, qualquer indivíduo, empresa, grupo de empresas ou entidades, setor ou divisão, desde que efetue atividade econômica e que seja tão importante, a critério dos donos do capital, que justifique um relatório separado e individualizado de receitas e despesas, de investimentos e de retornos, de metas e de realizações, pode tornar-se uma entidade contábil. (...) entidade contábil é o ente juridicamente delimitado ou não, divisão ou grupos de entidades ou empresas para os quais devemos realizar relatórios distintos de receitas e despesas, de investimentos e retornos, de metas e realizações, independentemente dos relatórios que fizemos para as pessoas físicas ou jurídicas que têm interesse em cada uma das entidades definidas em cada oportunidade.

Esta entidade pode ser um indivíduo, uma sociedade, ou grupo consolidado, todos envolvidos com atividades com ou sem fins lucrativos.

3.3.1.1.2 Postulado da Continuidade

O postulado da continuidade para a contabilidade é a premissa de que uma entidade irá operar por um período de tempo relativamente longo no futuro e só irá mudar essa premissa se houver prejuízos persistentes, perda de substância econômica e de competitividade de mercado ou mesmo o fim jurídico da sociedade (descontinuidade).

Para Hendriksen & Van Breda (1999, p.104), “*o postulado da continuidade pressupõe que a entidade contábil continuará funcionando por tempo suficiente para cumprir seus compromissos existentes.*”

De forma a acompanhar o andamento da entidade, surge assim a necessidade de se apurar resultados de tempos em tempos para poder verificar as condições de continuidade da entidade.

3.3.1.2 Princípios Contábeis propriamente ditos

Os postulados ambientais, conforme apresentados, dizem respeito à abrangência da atuação da entidade. Os princípios contábeis, por sua vez, estabelecem a dimensão filosófica dos sistemas de informações contábeis, que devem operar em um cenário bastante complexo, conforme delimitado pelos Postulados supracitados.

Assim, pode-se dizer que os princípios contábeis geralmente aceitos, tanto nas entidades com fins lucrativos ou não, representam a base de todos os processos de contabilidade.

3.3.1.2.1 Realização da Receita

Para melhor entendimento deste princípio, se vê necessária a definição de receita.

Apesar de não demonstrar o momento do reconhecimento da receita, tem-se como fundamental a definição de receita de Paton & Littlefield (*apud* HENDRIKSEN & VAN BREDA, 1999, p.224) como *criação de produtos da empresa*.

Os mesmos autores citam (1999, p.224): “*Várias definições também dizem que a receita é o produto da empresa, mas acrescentam que o produto deve deixar a empresa antes de poder ser chamado de receita.*”

O Comitê de Conceitos Contábeis e *Standards* da *American Accounting Association* - AAA, em 1957, segundo Iudícibus (2000, p.152), assim definiu receita: “*É a expressão monetária do agregado de produtos e serviços transferidos por uma entidade para seus clientes durante um período de tempo.*”

Podemos verificar nas definições que, tão importante quanto agregar produto e serviços pela entidade, é a sua realização através da transferência para os clientes.

Assim, o princípio da realização da receita, refere-se ao fato de que o reconhecimento de que uma receita foi realizada é o momento em que produtos ou serviços produzidos ou prestados por uma entidade são transferidos para outra entidade ou pessoa física com aceitação desta.

Sobre a realização da receita, Hendriksen & Van Breda (1999, p.227) respondem a seguinte questão: Quando as receitas são reconhecidas?

No presente contexto, um item deve ser reconhecido como receita de uma empresa quando é parte do produto da entidade, quando pode ser medido, quando possui valor preditivo ou valor como feedback, e quando pode ser verificado com precisão. (grifo nosso)

Iudícibus & Marion (2000, p. 106) destacam que a Contabilidade utiliza-se de quatro argumentos para explicar o reconhecimento da receita, que são:

- a transferência do bem ou serviço normalmente se concretiza quando todos os esforços para obter a receita já foram desenvolvidos;
- neste ponto, há mais objetividade e exatidão no valor de mercado (de transação) para a transferência;

- no mesmo ponto já se conhecem todos os custos de produção do produto ou serviço transferido e outras despesas que são diretamente associáveis ao produto ou serviço como: comissões sobre vendas, despesas com consertos decorrentes de garantias concedidas etc.;
- é necessário verificar se está recebendo em troca dinheiro ou direitos com boa garantia de efetivo recebimento ou ativos com valor de mercado amplamente reconhecido e realizável.

As quatro condições anteriores é que irão determinar quando a receita pode ser reconhecida e registrada nos livros da entidade.

3.3.1.2.2 O reconhecimento das despesas e seu confronto com as receitas

Definindo despesa, Hendriksen & Van Breda (1999, p.232) nos trazem: *“... constituem o uso ou o consumo de bens e serviços no processo de obtenção de receitas.”*

Na mesma obra (1999, p.233) , encontra-se a definição de despesa do FASB,

saídas ou outros usos de ativos ou ocorrências de passivos (ou ambos) para a entrega ou produção de bens, a prestação de serviços, ou execução de outras atividades que representam as operações principais em andamento da entidade.

Logo, ao aceitar a definição de receita de Paton & Littlefield de que receita é o produto da empresa, então uma despesa deve ser definida como gasto incorrido para produzir tal receita.

Ao analisar as definições citadas, pode-se verificar que, em todas, as despesas estão relacionadas com a obtenção de receitas.

Assim sendo, este princípio que também é denominado de Regime da Competência, está intimamente ligado ao princípio da Realização da receita. Tem como característica o fato de que as receitas e despesas deverão ser reconhecidas e atribuídas aos períodos contábeis de acordo com a ocorrência de fatos geradores

específicos e não pela entrada ou saída de caixa. As despesas, sempre que possível, deverão ser confrontadas diretamente com as receitas reconhecidas no período.

O fundamental na apropriação da despesa, conforme Iudícibus (2000, p.59), não é o pagamento dela, mas o sacrifício de ativos (ou assumir dívidas) no esforço de produção (direto ou indireto) da receita.

O importante é considerar que, uma vez reconhecida a receita, todos os gastos que, direta ou indiretamente, tenham contribuído em sua geração (desembolsados ou não) devem ser reconhecidos e com ela confrontados.

3.4 A Contabilidade em uma Cooperativa

A contabilidade é um instrumento fundamental para auxiliar a administração moderna e, como já se viu anteriormente, tem como objetivo principal gerar informações contábeis tanto para usuários externos, cada um com suas finalidades distintas, quanto para os usuários internos, para embasar as decisões a serem tomadas. Para tal, identifica, registra, mensura e possibilita a análise e predição dos eventos econômicos que alterem o patrimônio de uma entidade. Uma organização que não possua um sistema contábil que seja eficaz na evidenciação das reais oscilações de sua riqueza, não estará apta a garantir sua continuidade.

3.4.1 Função e Objetivo

Dentro das cooperativas a contabilidade assume certas particularidades, devido ao cooperativismo ser regido por lei específica, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, já citada anteriormente. Para cumprimento destas particularidades impostas pela Lei em função da doutrina cooperativista, a contabilidade tem dois pontos a ressaltar. O primeiro é relacionado à situação econômico-financeira, informando a seus associados e usuários sobre os recursos colocados à disposição da cooperativa; e o segundo, relacionado à função social que o cooperativismo exerce perante seus associados e a sociedade em geral.

Pereira (1993, p.148), em sua tese de doutoramento, mostrando a importância da contabilidade para as sociedades cooperativas, traz:

Muito além de seu propósito principal, que é o de oferecer as bases de controle do patrimônio da sociedade cooperativa, a contabilidade oferece, também, as reais condições aos seus administradores de levar adiante o desenvolvimento da gestão administrativa; é a sua ferramenta gerencial.

Entende-se assim que as informações geradas pela contabilidade e apresentadas através de relatórios financeiros são ferramentas imprescindíveis para a visualização da situação passada, atual e principalmente futura, pois garantem aos usuários e gestores informações imprescindíveis para que as decisões sejam tomadas com um grau maior de confiabilidade.

As cooperativas geralmente se destacam pelo grande número de associados e normalmente estes são os principais interessados em saber sobre a administração dos recursos investidos. Muitos desses associados não apresentam as habilidades necessárias para interpretar informações contábeis. Por isso, muitas vezes, são levados, por influências e interesses alheios, a tomar decisões incorretas frente aos interesses da cooperativa durante as assembleias gerais realizadas com o intuito de efetivar procedimentos a serem tomados pela sociedade.

Mas tornar informações contábeis compreensíveis e úteis à cooperativa é função do profissional da contabilidade, por isso é necessário adequá-las à necessidade de cada usuário.

Assim, deve-se estabelecer um modo de gerar informações que satisfaça as necessidades dos diversos usuários, conscientes de que estes necessitam de segurança e confiança nas informações contábeis. Deve ser reconhecido que cada grupo de usuários tem interesses distintos.

3.4.2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em 1972, o Banco do Brasil S/A., o Instituto de Colonização e Reforma

Agrária – INCRA, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, e a ASCOP Ltda. – Auditores Independentes, como assessora especial do INCRA, realizaram estudos visando padronização das demonstrações contábeis para as cooperativas brasileiras. Segundo o INCRA (1973, p.11), após longo trabalho de pesquisa técnica, foi aprovado pelo grupo o Plano de Padronização Contábil para as Cooperativas Brasileiras (PLANCOOP), que passou a ser adotado pela grande maioria de nossas cooperativas. Este PLANCOOP foi criado com uma flexibilidade técnica de modo a permitir o uso de certos fatores, para satisfazer plenamente as necessidades de controle e registro das cooperativas de consumo. Posteriormente foram realizados detalhamentos do PLANCOOP, adaptando-o aos diversos tipos de cooperativas.

A partir de 1976, com a aprovação da nova lei das sociedades por ações (Lei nº 6.404/76), os critérios de apresentação das demonstrações contábeis sofreram substanciais modificações em relação à legislação anterior (DL nº 2.627/40). Como novidade, a nova lei passou a reconhecer os efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis e estabeleceu normas de contabilidade a serem adotadas na preparação de tais demonstrações (arts. 177, 183, 184 e 185 da nova lei).

Pela nova lei as demonstrações contábeis passaram a ser compostas de: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e tais demonstrações deveriam ser complementadas por *notas explicativas*, para melhor esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados apurados.

Além das sociedades por ações, a nova lei atingiu também as demais sociedades, quando o Ministério da Fazenda, através do Decreto-Lei nº 1.598 de 26/12/1977, determinou que, além das sociedades anônimas, fosse estendido às demais pessoas jurídicas que se submetessem à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

Nota-se que as modificações impostas pela Lei nº 6.404/76 e o DL 1.598/77, nos seus aspectos contábeis, trataram de assuntos e critérios relacionados com as empresas capitalistas, mas que passaram a ser consideradas pelas instituições financeiras quando da análise dos balanços para efeitos de financiamento, motivo

que levou muitas cooperativas a adotá-los como padrão para preparação das demonstrações contábeis, exceto na demonstração do resultado, onde a lei cooperativista determina que seja preparada com os resultados por atividades (produtos ou setores).

Segundo Pereira (1993, p.187), as cooperativas seguem os modelos de demonstrações das empresas capitalistas por não possuírem uma legislação exclusiva que forneça um modelo de demonstração específico, assim ele diz:

Isso ocorre, em nosso entendimento, pelo motivo de que as cooperativas, não possuindo uma legislação cooperativista específica que lhes forneça critérios próprios para suas demonstrações financeiras, sem nenhuma outra alternativa, são levadas a absorverem e se adaptarem às práticas contábeis exigidas de outros tipos de sociedades.

As cooperativas adaptaram suas demonstrações contábeis às normas da Lei 6.404/76, principalmente quanto aos tipos de demonstrações tidas como obrigatórias nesta legislação, apesar de se considerar que nem todas as cooperativas possuem estrutura organizacional e contábil suficientes para atender a todas as exigências contidas na lei.

Entretanto, a partir da aprovação da NBC-T-3 (Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica - 3), através da Resolução do CFC nº 686 de 14 de dezembro de 1990, que veio justamente para orientação sobre o conceito, conteúdo, estrutura e a nomenclatura das demonstrações contábeis das sociedades de capital, muitas cooperativas passaram a adotar este padrão, com exceção da “Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados” que não se enquadra com as normas cooperativistas, cujos resultados, conforme o artigo 4º item VII da Lei 5.764/71, então chamados de sobras, por força da Doutrina cooperativista, serão distribuídos entre os associados. Se o resultado for positivo (sobras), haverá, após a constituição de fundos, a distribuição do mesmo. Se o resultado for negativo, haverá o reembolso pelos associados na proporção das operações realizadas ou em partes iguais, conforme os artigos 80 e 89 da Lei 5.764/71. Todavia, tem sido usual as cooperativas apresentarem a “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido”.

Quanto à “Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos”, muitas cooperativas ainda não a apresentam, não atendendo na plenitude a NBC-T-3.

No que se refere às “Notas Explicativas” passaram a fazer parte do cotidiano das demonstrações contábeis das cooperativas, pois são importantes para o melhor esclarecimento ao quadro social da cooperativa sobre a formação Patrimonial e das Sobras ou Perdas a serem rateadas.

Portanto, as demonstrações contábeis tidas como obrigatórias até então, para as sociedades cooperativas seriam compostas de: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas.

Tais demonstrações deveriam ser apresentadas, em cada exercício, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

Eis que, finalmente, no dia 03/01/2002 foi publicada no Diário Oficial da União e republicada com correções no dia 09/01/2002 no mesmo DOU, conforme pesquisa no *site* da OCB/SESCOOP (*on line* 2002), a Resolução do CFC nº 920/01 aprovando as Normas Brasileiras de Contabilidade, específicas para as Entidades Cooperativas – NBC-T-10.8.

A finalidade desta norma, conforme seu item 10.8.1.1, é:

Esta norma estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para as Entidades Cooperativas, exceto as que operam Plano Privado de Assistência à Saúde conforme definido em Lei. (NBC 10.8 – Item 10.8.1.1, 2001)

O cooperativismo brasileiro obteve uma grande conquista com esta norma, considerando que até essa data a contabilidade de cooperativa sempre se apresentava nos moldes das normas das sociedades capitalistas, ou então se adaptando a elas. Ter uma norma de contabilidade somente para as sociedades cooperativistas, mesmo que não atingindo todos os detalhes desta doutrina, é uma grande vitória.

As principais modificações que se verificam nos procedimentos de avaliação, de registros das variações patrimoniais e na estrutura das demonstrações contábeis das sociedades cooperativas provocadas pela publicação da norma em questão são:

- a) As formalidades na escrituração contábil e as regras de avaliação dos componentes do patrimônio de uma entidade com continuidade prevista nas suas atividades (NBC-T-2 e NBC-T-4) deverão ser aplicadas às sociedades cooperativas como estão previstas para as sociedades capitalistas, incluindo-se, portanto, as seguintes alterações (item 10.8.1.3 da norma):
- Na elaboração da “Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido” deverão ser observadas as terminologias próprias aplicáveis a este tipo de sociedade, ficando dispensada a apresentação da “Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados” (item 10.8.5.1);
 - Na elaboração da “Demonstração de Origens e Aplicação dos Recursos” deverão ser observadas as terminologias próprias aplicáveis às sociedades cooperativas (item 10.8.6.1);
- b) A movimentação econômico-financeira decorrente do ato cooperativo será definida contabilmente como INGRESSOS e DISPÊNDIOS, enquanto que a decorrente de ato não-cooperativo será definida como receitas e despesas (item 10.8.1.4 da norma);
- c) Serão denominados RESERVAS, os fundos previstos na legislação ou nos estatutos sociais da cooperativa (item 10.8.1.12);
- d) A obrigatoriedade quanto à escrituração contábil das cooperativas (item 10.8.2.1);
- e) Os investimentos em sociedades cooperativas de qualquer grau devem ser avaliados pelo custo de aquisição, enquanto que os investimentos em não-cooperativas obedecem as normas estabelecidas para as sociedades capitalistas, sendo que o resultado considerado relevante em sociedades não-cooperativas deve ser apresentado em conta específica (itens 10.8.2.2 e 10.8.2.3);
- f) O resultado líquido decorrente de ato não-cooperativo, se positivo, será destinado para a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social,

não podendo ser objeto de rateio entre os cooperados. Quando negativo, deve ser levado à Reserva Legal e, se insuficiente sua cobertura, será rateado entre os associados, conforme disposições estatutárias e legais, e registradas em contas do ativo, após deliberação da Assembleia Geral. Não havendo deliberação da Assembleia Geral pela reposição das perdas apuradas, estas deverão ser debitadas no Patrimônio Líquido na conta de Perdas Não Cobertas Pelos Cooperados (itens 10.8.2.6, 10.8.2.7 e 10.8.2.7.1);

- g) As despesas de Assistência Técnica Educacional e Social serão registradas em contas de resultado e poderão ser absorvidas pelas Reservas de Assistência Técnica, Educacional e Social em cada período de apuração (item 10.8.2.8);
- h) As Reservas de Incentivos Fiscais e Reavaliação são consideradas indivisíveis (item 10.8.2.12);
- i) No Balanço Patrimonial, a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados será denominada de Sobras ou Perdas à Disposição da Assembleia Geral (item 10.8.3.3);
- j) A denominação da Demonstração do Resultado fica alterada para Demonstração das Sobras ou Perdas, devendo evidenciar, separadamente, a composição do resultado de determinado período, considerando os ingressos diminuídos dos dispêndios do ato cooperativo, e das receitas, custos e despesas do ato não-cooperativo, apresentado separadamente por produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela cooperativa (item 10.8.4.1);
- k) As demonstrações contábeis devem ser completadas por Notas Explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações (item 10.8.7.2):
 - Contexto operacional da Entidade Cooperativa;
 - As principais atividades desenvolvidas pela Entidade Cooperativa;

- Composição do Capital Social, com número de cooperados existentes na data do encerramento do exercício e o valor da quota-parte;
- Discriminação das Reservas, detalhamento, suas naturezas e finalidades;
- Composição, forma e prazo de realização das perdas registradas em contas do ativo, conforme item 10.8.2.7.

Assim, pode -se verificar que é recomendado, através da NBC-T-10.8, que as sociedades cooperativas elaborem as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Sobras e Perdas;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; e
- Notas Explicativas.

3.4.3 Estrutura das Demonstrações Contábeis

Verificou-se, no item anterior, que os procedimentos de avaliação, de registros das variações patrimoniais e a estrutura das demonstrações contábeis das sociedades cooperativas são norteadas pela NBC-T-10.8, aprovada através da resolução do CFC nº 920/01. Verificou-se também que são quatro as demonstrações contábeis, acompanhadas de Notas Explicativas, recomendadas pela resolução em referência: Balanço Patrimonial, Demonstração das Sobras ou Perdas, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Pretende-se neste item mostrar como normalmente estas demonstrações são estruturadas na atualidade, tendo em vista a nova norma anteriormente citada.

3.4.3.1 Balanço patrimonial

O balanço patrimonial deve ser apresentado de modo a possibilitar aos seus

usuários correta interpretação e análise da situação financeira e patrimonial da cooperativa em determinada data.

No ativo e no passivo, as contas são apresentadas segundo o grau, respectivamente, de liquidez e exigibilidade.

A FIPECAFI (2000, p.26), justificando a importância da ordem da classificação das contas, traz:

[...] é importante que as contas sejam classificadas no balanço de forma ordenada e uniforme, para permitir aos usuários uma adequada análise e interpretação da situação patrimonial e financeira.

Assim, com base no disposto nos artigos 178 e 179 da Lei 6.404/71 (lei das sociedades por ações), considerando as alterações contidas na NBC-T-10.8, estão assim determinados os grupos para formação do Balanço Patrimonial de uma Cooperativa:

QUADRO 4: Estrutura do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
PERMANENTE	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS
INVESTIMENTOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
IMOBILIZADO	CAPITAL SOCIAL
DIFERIDO	RATES (Reservas Assist. Téc. Educ. Social)
	RESERVA LEGAL
	RES. INCENT. FISCAIS E REAVALIAÇÃO
	RESERVAS DE SOBRAS
	SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA

FONTE: FIPECAFI (2000, p.27), adaptada à NBC-T-10.8

Há de se observar que não só na apresentação dos grupos, mas também no

interior de cada grupo, as contas devem ser apresentadas obedecendo ao grau de liquidez e exigibilidade.

Nas contas do Balanço Patrimonial, tanto na avaliação de ativos como no registro dos passivos, deverá ser observada a aplicação do regime de competência, seguindo as seguintes orientações:

QUADRO 5: Avaliação dos Ativos e Registro dos Passivos

CONTAS A RECEBER	Os valores a receber menos provisão para reduzi-los
ESTOQUES	Ao custo de aquisição ou de fabricação, reduzidos de provisão para ajustá-lo ao preço de mercado, quando este for inferior.
INVESTIMENTOS	<u>Investimentos em Sociedades não Cooperativas, Relevantes em Coligadas e Controladas:</u> pelo método de equivalência patrimonial, ou seja com base no valor do patrimônio líquido da coligada ou controlada proporcionalmente à participação acionária.
ATIVO IMOBILIZADO	<u>Investimentos em Sociedades Cooperativas e outros Investimentos:</u> ao custo menos provisão para reconhecimento de perdas permanentes. Ao custo de aquisição deduzidos da depreciação, pelo desgaste ou perda de utilidade ou amortização ou exaustão. Em certas circunstâncias é admitida a reavaliação de ativos.
ATIVO DIFERIDO	Ao custo deduzidos de amortização.
EXIGIBILIDADES	Pelos valores conhecidos ou calculáveis para as obrigações, encargos e riscos, incluindo o Imposto de Renda e dividendos propostos. Para empréstimos e financiamentos sujeitos a atualização monetária ou pagáveis em moeda estrangeira, pelos valores atualizados até a data do Balanço.
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	Demonstrado pelo líquido entre os incrementos menos os dispêndios correspondentes ou contrapostos a tais receitas.
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>Capital Social e Reservas:</u> pelo valor dos investimento e reinvestimento (sobras retidas) feitos pelos associados e eventuais acréscimos por reavaliação. <u>Sobras à Disposição da Assembléia:</u> Pelo valor das sobras do período.

FONTE: FIPECAFI (2000, p. 27), adaptada à NBC-T-10.8

3.4.3.2 Demonstração das sobras e perdas

Segundo a orientação da NBC-T-10.8, a demonstração dos Resultados do Período de uma cooperativa deve ser estruturada de conformidade com a NBC-T-3, com a mudança da denominação da demonstração de Demonstração de Resultado para Demonstração de Sobras ou Perdas.

A NBC-T-3 traz como conceito da Demonstração de Resultado:

[...] é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade. [...] observado o princípio de competência, evidenciará a formação de vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas. (NBC-T-3 = itens 3.3.1.1 e 3.3.1.2).

Assim, a DSP deve ser apresentada de modo a identificar o resultado apurado por produto ou por setor da cooperativa de trabalho, considerando os ingressos diminuídos dos dispêndios do ato cooperativo, e das receitas, custos e despesas do ato não-cooperativo. Apresentada de forma vertical, apurando-se as sobras ou perdas por produto ou setor, de modo a facilitar o rateio das sobras, das perdas e até mesmo dos prejuízos do período entre os cooperados.

QUADRO 6: Estrutura da Demonstração das Sobras e Perdas

ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E PERDAS			
ATIVIDADE COOPERATIVA		ATIVIDADE NÃO-COOPERATIVA	
Ingresso de Serviços de Cooperados		Receita de Serviços de não cooperados	
(-) Deduções e Abatimentos s/ Ingressos		(-) Deduções e Abatimentos s/ Receitas	
(=) Ingressos Líquidos		(=) Receitas Líquidas	
(-) Dispêndios Operacionais		(-) Custos Operacionais	
(=) Sobras Brutas		(=) Lucro Bruto	
		Dispêndios Administrativos	
		Dispêndios Financeiros	
		Ingressos Financeiros	
		Outros Ingressos ou Dispêndios Operacionais	
(-) Dispêndios Operacionais		(-) Despesas Operacionais	
		(=) Lucros ou Prejuízos Operacionais	
		Receitas não operacionais	
		(-) Despesas não operacionais	
(=) Sobras ou Perdas antes das Reservas		(=) Resultado antes do IR e da CSLL	
(-) Destinações Legais e Estatutárias		(-) Provisão para Imposto de Renda	
		(-) Provisão para CSLL	
(=) Sobras ou Perdas à disposição da Assembléia Geral ⁵		(=) Lucros ou Prejuízos do Período ⁶	

⁵ Em caso de perdas deverão ser transferidas para reserva legal; se o saldo for insuficiente, deverão ser rateadas entre os cooperados em contas individualizadas no ativo, conforme deliberação da assembléia. (NBC-T-10.8 – itens 10.8.1.8 e 10.8.2.7).

⁶ O resultado positivo com não cooperados (Lucro) deverá ser destinado para a RATES, não podendo ser rateado; quando negativo deverá ser transferido para conta de reserva legal; se o saldo for insuficiente, deverá ser rateado entre os cooperados. (NBC-T-8 – item 10.8.2.6).

Como se observa, a demonstração das sobras ou perdas faz a distinção das operações com cooperados (ato cooperativo) das operações com não-cooperados (atos não cooperativos), além disso possibilita a apuração do resultado dentro de cada produto ou setor, considerando assim os ingressos e os dispêndios destes ingressos (antigo custo das receitas) por produto ou setor. Outro item que se observa na demonstração apresentada diz respeito aos dispêndios das operações administrativas das cooperativas (antigas despesas operacionais), eles são apresentados de forma a atender os dois lados das operações da cooperativa, ou seja, operações com cooperados e não-cooperados, pois a cooperativa quando contrata mão-de-obra não-cooperada para prestação de serviços, geralmente o faz para complementação dos serviços de cooperados, subentende-se por pequenos serviços, não necessitando de uma outra estrutura administrativa para atendê-los. Assim, estes valores serão rateados proporcionalmente às operações com cooperados e não-cooperados.

O que se observa também é a questão dos resultados com não-cooperados, como já foi dito a legislação fiscal isenta as cooperativas de pagamento de impostos, desde que os atos sejam praticados por cooperados (atos cooperativos), assim sendo o resultado exposto anteriormente será tributado em todos os impostos de uma empresa capitalista normal.

Como já relatado, a estrutura da Demonstração das Sobras e Perdas acompanha a estrutura prevista para a DRE das empresas de capital, com modificação somente em nomenclaturas e destinação de resultados, logo se pode entender que a avaliação dos componentes desta demonstração deve seguir as orientações de avaliação daquelas.

Sobre a avaliação de componentes de uma demonstração contábil, já se viu anteriormente, que deve ser norteada pelos princípios fundamentais de contabilidade. Logo, conforme visto neste capítulo, os princípios que norteiam os componentes de uma DRE (Receitas e Despesas) são os Princípios da Realização da Receita e o Princípio do Confronto da Despesa que juntos formam o chamado regime de competência. Tais princípios estão contidos nas normas que direcionam os conteúdos da DRE, que são a NBC-T-3 e a Lei 6.404/76.

A NBC-T-3 orienta que:

A demonstração do resultado compreenderá:

- a) As receitas e os ganhos do período, independente de seu recebimento;*
- b) Os custos, despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, correspondentes a estes ganhos e receitas.*

Já o § 1º do artigo 187 da Lei 6.404/76 diz:

§ 1º. Na determinação do resultado do exercício serão computados:

- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independente da sua realização em moeda; e*
- b) Os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.*

Assim sendo, os ingressos e os dispêndios de uma cooperativa deverão obedecer as regras anteriormente dispostas, ou seja, deverão ser informados na DSP independente de terem sido recebidos e pagos, sendo importante, neste caso, a ocorrência do fato gerador para o reconhecimento.

As sociedades cooperativas, por se tratar de entidades sem fins lucrativos, estão dispensadas de apresentação da DLPA - Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. Logo, será apresentada, no próximo tópico, a DMPL (Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido), pois as cooperativas de trabalho não visam lucro, mas estão sujeitas ao controle do Patrimônio Líquido.

3.4.3.3 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Segundo a NBC-T-10.8, a elaboração da DMPL (Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido) deve seguir o modelo definido na NBC-T-3.5, com as adaptações à nomenclatura das contas adotadas nas sociedades cooperativas de trabalho.

O conceito da DMPL, segundo a NBC-T-3.5, é: “... a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, a movimentação das contas que integram o patrimônio da entidade”.

QUADRO 7: Estrutura da Demonstração da Mutao do Patrimnio Lquido - DMPL

	Capital Social	Reserva de Capital	Rates	Reserva Legal	Reserva de Invest.	Reserv Previ-denciar	Reserv Capi-taliz.	Sobras � dispos. Assembl.	Total
Saldo 31/12/2001									
Aumento Capital									
- Integralização									
Reservas Criadas									
- Doações									
- Reserva Capitalização.									
- Reserva Previdenciária.									
Realiza�� Reserva									
- Rates									
- Reserva Legal									
- Reserva Investimento									
Sobras Período									
Distrib. De Sobras									
Tranf. p/ Reservas									
- Rates.....									
- Reserva Legal..									
- Reserva Investimento									
Saldo 31/12/2002									

Fonte: Adaptado do modelo de FIPECAFI (2000, p.333)

Como se pde observar, o modelo acima tem a estrutura e a forma de apresentao idntica ao modelo das sociedades de capitais, somente alterando algumas movimentaes e terminologias prprias do cooperativismo.

3.4.3.4 Demonstro das Origens e Aplicaes dos Recursos

A Demonstro das Origens e Aplicaes dos Recursos (DOAR) outra demonstrao que, para ser elaborada pela cooperativa de trabalho, ter de ser adaptada, ou seja, seguir a estrutura da existente para as empresas de capital normal, com utilizao de terminologia prpria das sociedades cooperativas.

Assim sendo, como ocorre com as outras demonstraes, so norteadas quanto estrutura e contedo pelas Normas de Contabilidade criadas para as outras empresas, neste caso a NBC-T-3.6 e a Lei 6.404/76 artigo 188. Logo a DOAR, segundo a NBC-T-3.6, est assim conceituada: “... a *demonstrao contbil destinada a evidenciar, num determinado perodo, as modificaes que originaram as variaes no capital circulante lquido da entidade*”.

Os seus objetivos, segundo a FIPECAFI (2000, p.337), são: “... tem por objetivo apresentar de forma ordenada e sumariada principalmente as informações relativas às operações de financiamento e investimento da empresa durante o exercício”. Além de servir também para divulgar as modificações na posição financeira da Cooperativa.

Os componentes de uma DOAR, segundo as normas, estão assim dispostos:

QUADRO 8: Estrutura da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos-DOAR

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS		
1) – ORIGENS		
• Das Operações:		
Sobras do Período.....		
Despesa com Depreciação e Amortização..		
• Dos Sócios:		
Aumento de Capital.....		
Doações de Sócios.....		
Reserva de Capitalização.....		
Reserva Previdenciária.....		
• De Terceiros:		
Empréstimo Longo Prazo.....		
Alienação dos Itens do Imobilizado.....		
Aumento do Exigível a Longo Prazo.....		
Vendas de Itens de Investimentos		
TOTAL DAS ORIGENS.....		
2) APLICAÇÕES:		
Aquisição de Investimentos.....		
Aquisição Imobilizado- Veículos.....		
Aquisição Imobilizado- Máquinas e Equip		
Distribuição de Sobras.....		
Realização Reservas – RATES.....		
Realização Reservas – Reserva Legal.....		
TOTAL DAS APLICAÇÕES.....		
AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO CCL		
(Origens – Aplicações).....		

VARIAÇÃO DO CCL

DISCRIMINAÇÃO	SALDOS EM 2001	SALDOS EM 2002	AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO CCL
ATIVO CIRCULANTE			
PASSIVO CIRCULANTE			
CCL			

Fonte: Adaptado do modelo de FIPECAFI (2000, p.349)

É dividida em duas partes: origens de recursos e aplicações de recursos.

As origens de recursos indicam:

- sobra líquida do exercício;
- depreciação, amortização ou exaustão do exercício;
- variação nos resultados de exercícios futuros;
- realização de capital social e contribuições para reservas de capital;
- recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

As aplicações de recursos indicarão:

- sobras distribuídas;
- aquisições de direitos do ativo imobilizado;
- aumento do ativo realizável a longo prazo;
- aumento dos investimentos;
- aumento do diferido; e
- redução do passivo exigível a longo prazo.

A demonstração deve indicar ainda:

- o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;
- os saldos, no início e no fim do exercício do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e seu aumento ou redução durante o exercício.

3.4.3.5 Notas explicativas

A NBC-T-10.8 quando trata da divulgação das demonstrações das sociedades cooperativas nos orienta a observar as disposições da NBC-T-6 que tem como título “*Da divulgação das demonstrações contábeis*”, mas na questão do conteúdo ficou

assim apresentado pelo item 10.8.7.2:

10.8.7.2 – As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:

- a) contexto operacional da entidade cooperativa;*
- b) as principais atividades desenvolvidas pelas entidades cooperativas;*
- c) forma de apresentação das demonstrações contábeis;*
- d) principais práticas contábeis adotadas;*
- e) apresentação analítica dos principais grupos de contas, quando não apresentadas no balanço patrimonial;*
- f) investimentos relevantes, contendo o nome da entidade investida, número e tipos de ações/quotas, percentual de participação no capital, valor do Patrimônio Líquido, data-base da avaliação, resultado apurado por ela no exercício, provisão para perda sobre os investimentos e, quando da existência de ágio e/ou deságio, valor envolvido, fundamento e critério de amortização;*
- g) saldos (ativos e passivos) e transações (receitas e despesas) com partes relacionadas que não sejam, com desdobramento conforme a natureza da operação;*
- h) composição do Imobilizado e diferido, valores respectivos das depreciações, amortizações e exaustões acumuladas, taxas adotadas e montantes do período;*
- i) composição dos tipos de empréstimos, financiamentos, montantes a vencer a longo prazo, taxas, garantias e principais cláusulas contratuais restritivas;*
- j) contingências existentes, com especificações de sua natureza, estimativa de valores e situação quanto ao seu possível desfecho;*
- k) composição da conta capital social, com número de associados existentes na data do encerramento do exercício e valor da quota-parte;*
- l) discriminação das reservas, detalhamento de suas naturezas e finalidades;*
- m) mudanças de critérios e práticas contábeis que interfiram na avaliação do patrimônio da entidade cooperativa, destacando seus efeitos;*
- n) composição forma e prazo de realização das perdas registradas no ativo (item 10.8.2.7); e*
- o) eventos subsequentes.*

As notas explicativas, quando apresentadas à Diretoria da cooperativa junto às demonstrações contábeis, servem para melhor esclarecer a situação patrimonial e os resultados apurados no exercício.

Dentre as diversas Notas Explicativas, tem-se que as mais importantes a serem preparadas são as seguintes:

1. Principais práticas contábeis

Esta nota deve indicar os critérios de avaliação dos elementos patrimoniais,

tais como estoques, depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos, para perdas sobre valores realizáveis e para perdas sobre investimentos.

2. Mudanças de práticas contábeis

Sempre que houver uma mudança de prática contábil, em relação ao exercício anterior, deve ser divulgado o fato, de modo a permitir o perfeito dimensionamento na situação patrimonial e no resultado apurado no exercício. Conseqüentemente, em tais notas, devem ser expressos os valores que determinaram a variação.

3. Investimentos em outras sociedades

Os investimentos em outras sociedades, quer sejam em Cooperativas Centrais, quer em empresas coligadas e/ ou controladas, desde que relevantes, devem ser divulgadas em nota explicativa que contenha pelo menos as seguintes informações:

- a) denominação da sociedade, seu capital social e patrimônio líquido;
- b) número, espécies e classes das ações (caso tratar-se de S/A.) ou de quotas;
- c) lucro (ou sobra) líquido do exercício;
- d) créditos e obrigações da Cooperativa para com a Central ou empresas coligadas e/ ou controladas.

4. Imobilizado

Quando no balanço patrimonial os valores do imobilizado forem apresentados de forma resumida, ou seja, constando apenas o VALOR DE AQUISIÇÃO e as DEPRECIACÕES ACUMULADAS, deve ser divulgada nota explicativa contendo informações detalhadas sobre o valor de cada conta, quer de valor de aquisição, quer de depreciações acumuladas.

O valor total das depreciações do exercício, quando não destacado na demonstração do resultado do exercício, também deve ser divulgado nesta nota.

5. Financiamentos

Quando no balanço patrimonial os financiamentos junto às instituições financeiras forem apresentados pelo total, com destaque apenas para os valores a vencer a curto e longo prazo, deve ser feita nota explicativa contendo informações quanto ao montante a pagar, por tipo de financiamento (repasse, comercialização, giro e fixo). Estas informações devem ser complementadas quanto a: taxas de juros e demais encargos, datas dos vencimentos e garantias oferecidas.

6. Capital social

Devem ser divulgados os valores do capital subscrito e do capital integralizado, o número de associados e o valor mínimo de subscrição de quotas-partes.

7. Eventos subsequentes

Sempre que houver eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da Cooperativa, deve ser feita nota explicativa para divulgação do fato.

Quando a Cooperativa optar em apresentar o balanço patrimonial de forma resumida, deve divulgar notas explicativas em que fiquem perfeitamente identificados os valores que compõem as contas apresentadas sinteticamente. Como exemplo podemos citar os ESTOQUES: caso no balanço patrimonial fosse apresentado apenas o item estoques por seu total, a nota explicativa divulgaria a composição dos principais produtos e mercadorias que integram os estoques.

Logo, para que se possa apresentar estas demonstrações de forma organizada, ou ainda para que se tenha condições de apurar os dados exigidos por elas, necessário será que se tenha um plano de contas que satisfaça estas exigências, assunto que trataremos no próximo tópico deste trabalho.

3.4.4 Plano de Contas

Como visto anteriormente, para a implantação de um sistema contábil em

uma entidade , necessita-se primeiramente conhecer o objetivo deste sistema, baseado nas finalidades de cada usuário, para posteriormente planejar o sistema contábil baseado nos princípios fundamentais.

A ferramenta que o profissional de contabilidade tem para poder executar o sistema de informação contábil em conformidade com tais princípios chama-se PLANO DE CONTAS.

Para Iudícibus & Marion (1987, p.64), plano de contas é: “ *o conjunto de contas, previamente estabelecido, para orientar a execução da contabilidade da empresa.*”

Para Ribeiro (1997, p.61), plano de contas é: “*um elenco de todas as contas previstas pelo setor contábil da empresa como necessárias aos seus registros contábeis.*”

Ainda definindo plano de contas, Benato (2000, p. 27) nos traz:

Plano de contas é um instrumento do contador que, de acordo com a cultura/necessidade da cooperativa, se condensa ou se dispersa em elementos suscetíveis de gerenciamento e de análise.

Desta forma, pode-se verificar nas definições anteriores que o plano de contas de uma empresa, seja ela cooperativa ou não, deve ser previamente estabelecido de forma a apresentar informações de maneira ordenada.

A seguir se propõe um plano de contas, elaborado de conformidade com as orientações vigentes, com finalidade de orientar os registros contábeis de sociedades cooperativas.

QUADRO 9: Estrutura do Plano de Contas para uma Cooperativa de Trabalho

Código	PLANO DE CONTAS DE COOPERATIVA DE TRABALHO Contas
1	ATIVO
1.1	CIRCULANTE
1.1.01	DISPONIBILIDADES
1.1.01.01	CAIXA
1.1.01.01.001	Caixa Geral
1.1.01.02	BANCOS C/ MOVIMENTO
1.1.01.02.001	Banco X
1.1.01.02.002	Banco Y
1.1.01.03	BANCO C/ APLICAÇÃO FINANCEIRA
1.1.01.03.001	Banco X
1.1.01.03.002	Banco Y
1.1.02	REALIZÁVEL A CURTO PRAZO
1.1.02.01	CLIENTES DIVERSOS
1.1.02.01.001	Cliente X
1.1.02.01.002	Cliente Y
1.1.02.02	IMPOSTOS RECUPERÁVEIS
1.1.02.02.001	
1.1.02.03	ADIANTEMENTOS DIVERSOS
1.1.02.03.001	Adiantamento a Cooperados
1.1.02.03.002	
1.1.02.04	DISPÊNDIOS ANTECIPADOS
1.1.02.04.001	Seguros a Vencer
1.1.02.04.002	Juros a vencer
1.1.02.05	SERVIÇOS A FATURAR
1.1.02.05.001	Serviços de Cooperados a Faturar
1.1.03	ESTOQUES
1.1.03.01	MATERIAL DE CONSUMO
1.1.03.01.001	
1.2	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
1.2.01	
1.2.01.01	
1.2.01.01.001	
1.3	ATIVO PERMANENTE

(continua)

(continuação)

1.3.01	INVESTIMENTOS
1.3.01.01	PARTICIPAÇÕES DIVERSAS
1.3.01.01.001	Participação na Empresa X
1.3.02	IMOBILIZADO
1.3.02.01	IMOBILIZAÇÕES DIVERSAS
1.3.02.01.001	Veículos
1.3.02.01.002	Máquinas e Equipamentos
1.3.02.01.003	Móveis e Utensílios
1.3.02.01.004	Equipamentos de Segurança
1.3.02.01.005	(-) Depreciação Acumulada de Veículos
1.3.02.01.006	(-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamts
1.3.02.01.007	(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios
1.3.02.01.008	(-) Depreciação Acumulada de Equipam. Segurança
1.3.03	ATIVO DIFERIDO
1.3.03.01	DISPÊNDIOS PRÉ-OPERACIONAIS
1.3.03.01.001	Dispêndios com Fundação
1.3.03.01.002	(-) Amortização Acumulada
2	PASSIVO
2.1	CIRCULANTE
2.1.01.01	FORNECEDORES DIVERSOS
2.1.01.01.001	Fornecedor X
2.1.01.01.002	Fornecedor Y
2.1.01.02	OBRIGAÇÕES SOCIAIS
2.1.01.02.001	Antecipação de Sobras de Cooperados a Pagar
2.1.01.02.002	Salários a Pagar
2.1.01.02.003	Honorários da Diretoria a Pagar
2.1.01.02.004	INSS a Recolher
2.1.01.02.005	FGTS a Recolher
2.1.01.02.006	IRRF a Recolher
2.1.01.03	IMPOSTOS A RECOLHER
2.1.01.03.001	
2.1.01.04	OUTROS VALORES A PAGAR
2.1.01.04.001	Sobras a Pagar
2.1.01.04.002	
2.1.01.05	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
2.1.01.05.001	Banco X – contrato nº
2.1.01.05.002	(-) Provisão Juros s/ Empréstimos
2.2	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

(continua)

(continuação)

2.2.01	VALORES A PAGAR
2.2.01.01	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
2.2.01.01.001	Banco X contrato nº.....
2.2.01.01.002	(-) Provisão de Juros s/ Empréstimos
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.3.01	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.3.01.01	CAPITAL SOCIAL
2.3.01.01.001	Capital Social
2.3.01.01.002	(-) Capital Social a Realizar
2.3.01.02	RESERVAS
2.3.01.02.001	Doações
2.3.01.02.002	RATES
2.3.01.02.003	Reserva Legal
2.3.01.02.004	Reservas de Investimentos
2.3.01.03	SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO ASSEMBLÉIA
2.3.01.03.001	Sobras do Período
2.3.01.03.002	Perdas do Período
3	RESULTADOS
3.1	INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS
3.1.01	INGRESSOS DE SERVIÇOS DIVERSOS
3.1.01.01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR COOPERADOS
3.1.01.01.001	Serviços Prestados contrato nº.....
3.1.01.01.002	Serviços Diversos
3.1.02	RECEITAS DE SERVIÇOS DIVERSOS
3.1.02.01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR NÃO COOPERADOS
3.1.02.01.001	
3.2	DEDUÇÕES DOS INGRESSOS E RECEITAS
3.2.01	SERVIÇOS DE COOPERADOS CANCELADOS
3.2.01.01	DEVOLUÇÃO DE SERVIÇOS
3.2.01.01.001	Devolução de Serviços – contrato nº.....
3.2.02	IMPOSTOS
3.2.02.01	IMPOSTOS S/ SERVIÇOS
3.2.02.01.001	

(continua)

(continuação)

3.2.11	SERVIÇOS DE NÃO COOPERADOS CANCELADOS
3.2.11.01	
3.2.11.01.001	
3.3	DISPÊNDIOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS
3.3.02	DISPÊNDIOS SERVIÇOS - CONTRATO Nº.....
3.3.02.01	MATERIAL APLICADO
3.3.02.01.001	Material de Consumo
3.3.02.01.002	Fretes e Carretos
3.3.02.02	MÃO DE OBRA
3.3.02.02.001	Antecipação e Sobras de Cooperados
3.3.02.02.002	Previdência dos Cooperados
3.3.02.02.003	Transporte
3.3.02.02.004	Assistência Médica
3.3.02.02.005	Alimentação
3.3.02.02.006	Seguros
3.3.02.03	VEÍCULOS E MÁQUINAS
3.3.02.03.001	Peças e Reparos
3.3.02.03.002	Combustíveis e Lubrificantes
3.3.02.03.003	Dispêndios Leais
3.3.02.03.004	Locação de Veículos
3.3.02.03.005	Depreciação
3.3.02.03.006	Conservação e Manutenção
3.3.02.03.007	Seguros
3.3.09	CUSTO DE SERVIÇOS DE NÃO COOPERADOS
3.3.09.01	MATERIAL APLICADO - NÃO COOPERADOS
3.3.09.01.001	Material de Consumo
3.3.09.02	MÃO DE OBRA - NÃO COOPERADOS
3.3.09.02.003	FGTS
3.3.09.02.004	Férias
3.3.09.02.002	INSS
3.3.09.02.001	Salários e Ordenados
3.3.09.02.006	Seguros
3.3.09.02.005	Serviços de Terceiros
3.4	DISPÊNDIOS OPERACIONAIS
3.4.01	ADMINISTRATIVOS
3.4.01.01	DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS
3.4.01.01.001	Água, Luz, Telefone e Internet
3.4.01.01.002	Honorários Profissionais
3.4.01.01.003	Legais e Jurídicos
3.4.01.01.004	INSS Serviços de Terceiros
3.4.01.01.005	Materiais de Escritório
3.4.01.01.006	Material de Limpeza / Copa / Cozinha

(continua)

(continuação)

3.4.01.01.007	Fotocópias e Autenticações
3.4.01.01.008	Associações e Sindicatos
3.4.01.01.009	Viagens e Estadias
3.4.01.01.010	Capacitação Profissional
3.4.01.01.011	Conservação e Manutenção de Móveis
3.4.01.01.012	Fretes e Transportes
3.4.01.02	DISPÊNDIOS C/ PESSOAL
3.4.01.02.001	Salários e Ordenados
3.4.01.02.002	INSS
3.4.01.02.003	FGTS
3.4.01.02.004	13º Salário
3.4.01.02.005	Férias
3.4.01.02.006	Vale Transporte
3.4.01.02.007	Honorários da Diretoria
3.4.01.02.008	PIS S/ Folha de Pagamento
3.4.01.03	OUTROS DISPÊNDIOS OPERACIONAIS
3.4.01.03.001	Depreciação
3.4.01.03.002	
3.4.01.04	DISPÊNDIOS FINANCEIROS
3.4.01.04.001	Bancários
3.4.01.04.002	Juros S/ Débito Em Atraso
3.4.01.04.003	IOF
3.4.01.04.004	CPMF
3.4.01.05	RECEITAS FINANCEIRAS
3.4.01.05.001	Juros S/ Aplicações Financeiras
3.4.01.05.002	Descontos Obtidos
3.4.01.06	RECUPERAÇÃO DE DISPÊNDIOS
3.4.01.06.001	
3.4.01.06.002	
3.5	RESULTADO NÃO OPERACIONAL
3.5.01	RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS
3.5.01.01	DESPESAS NÃO OPERACIONAIS
3.5.01.01.001	Baixa Bens Ativo Imobilizado
3.5.01.01.002	
3.5.01.02	RECEITA NÃO OPERACIONAL
3.5.01.02.001	Venda Bens Ativo Imobilizado
3.6	RESULTADO DO PERÍODO
3.6.01	RESULTADO DO PERÍODO
3.6.01.01	RESULTADO DO PERÍODO
3.6.01.01.001	Apuração do Resultado do Período

As contas são colocadas em ordem, de modo que se possa apurar resultados por tipo de serviços, levantar o Balanço Patrimonial e as outras demonstrações, e como se vê através das origens das contas, ou são devedoras ou credoras, seguindo o tão famoso método das partidas dobradas.

4 PROPOSTA CONCEITUAL DE ALTERAÇÃO DE ALGUNS PROCEDIMENTOS E ESTRUTURAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS

Neste capítulo se propõem sugestões de alterações para alguns procedimentos contábeis e para estruturação das demonstrações contábeis das sociedades cooperativas que, por se tratar de um tipo de sociedade diferente das demais, merecem também um tratamento contábil diferenciado, de forma a mostrar, através da contabilidade, as diferenças entre as demonstrações das demais empresas provocadas tanto pela legislação como pela doutrina cooperativista.

As demonstrações contábeis a que as sociedades cooperativas estão sujeitas foram apresentadas no capítulo 3. O que se pretende neste capítulo não é sugerir novos tipos de demonstrações para tais sociedades, e sim alterações de alguns procedimentos contábeis utilizados pelas cooperativas que, por consequência, ocasionarão algumas adaptações e modificações quanto à forma de apresentação nos modelos de demonstrações contábeis existentes.

As adaptações e modificações propostas visam demonstrar aos usuários das informações contábeis deste tipo de sociedade que as transações ocorridas na cooperativa foram contabilizadas em conformidade com a doutrina cooperativista e com a Lei 5.764/71, ou seja, destacando-se a movimentação econômica de cada cooperado separadamente da cooperativa, evidenciando-se assim, nas demonstrações das cooperativas, o ato cooperativo, elemento importante não só para o cooperativismo, mas também como forma de identificação das operações destas cooperativas.

As alterações propostas servirão não só como ferramenta para ajudar a análise para a administração destas cooperativas, mas também para mostrar aos órgãos fiscalizadores governamentais o verdadeiro funcionamento de uma cooperativa.

Para facilitar o entendimento e a aplicação das modificações a serem

sugeridas em um caso prático a ser apresentado no capítulo 5, os exemplos a seguir terão como foco principal uma cooperativa do ramo de trabalho. E ainda para facilitar o entendimento das modificações a serem apresentadas, considera-se, neste trabalho, que a cooperativa idealizada proceda a sua movimentação de serviços somente com associados, caracterizando-se, assim, o verdadeiro sentido do ato cooperativo.

Tal observação é importante, uma vez que a própria Doutrina cooperativista permite, excepcionalmente, a movimentação de tais cooperativas com não cooperados; a própria legislação brasileira oferece esta abertura.⁷ A única exigibilidade é que para os resultados dessas operações não será permitida a isenção de impostos previstos para os atos cooperativos.⁸ Sobre isto, o sistema de contabilidade das cooperativas de trabalho deverá ter mecanismos que separem os resultados com cooperados dos resultados com não cooperados.

4.1 Propostas de Alteração de alguns Procedimentos Contábeis em Cooperativas

As alterações para os procedimentos contábeis das cooperativas estão embasadas na Teoria da Contabilidade.

Dessa forma, pode-se afirmar que os passos a serem seguidos para planejar a execução de um sistema contábil em uma entidade iniciam com a definição do objetivo da contabilidade, de conformidade com as necessidades do usuário desta, para que posteriormente, acompanhando este processo, se apresente a execução do sistema contábil seguindo os princípios fundamentais de contabilidade.

A aplicação dos passos citados na execução do sistema contábil das cooperativas deve, além do exposto, analisar o funcionamento da cooperativa, ou seja, o funcionamento das atividades econômicas entre os cooperados e as mesmas, e sobre este aspecto verificar os seguintes fatos:

⁷ Artigos 85, 86 e 88 da Lei 5.764/71.

⁸ Artigo 111 da Lei 5.764/71.

- a) No intuito de colocar seus cooperados no mercado de trabalho, a cooperativa de trabalho contrata serviços de um tomador de serviços que, em troca destes serviços (prestados pelo cooperado) e por força da legislação tributária, exige da cooperativa um documento hábil de comprovação desses serviços, sendo emitida uma nota fiscal em nome da cooperativa, a qual, por consequência, recebe o numerário referente à nota fiscal emitida, para que, em seguida, reembolse o seu cooperado pelos serviços prestados, descontando-se dele os custos e as despesas na execução destes serviços, os quais por força da lei cooperativista devem por ele ser pagas⁹.
- b) Da mesma forma, a cooperativa agropecuária, no intuito de colocar os produtos de seus cooperados no mercado, junta os produtos em suas dependências, para que posteriormente os venda em nome de seus cooperados e, como comprovação deste ato, emite uma nota fiscal em nome desta cooperativa. Esta, por consequência, recebe o numerário referente à Nota Fiscal emitida, para em seguida reembolsar o seu cooperado pelos produtos vendidos, descontando-se dele os custos e as despesas, tais como: beneficiamento e armazenagem do produto, dentre outros, os quais, como já se viu, por força da lei cooperativista, deverão correr por conta do cooperado.

O que se tem verificado é que todo recebimento de numerário realizado pelas cooperativas de trabalho ou pelas cooperativas agropecuárias referente aos serviços prestados por cooperados ou por conta de venda de produtos dos cooperados, em função de os documentos emitidos estarem em nome da cooperativa, vem sendo contabilizado como RECEITA desta cooperativa.

Desta forma, pergunta-se – é correto utilizar como motivos: o fato de o contrato de prestação de serviços ou de venda de produtos ter sido assinado pela cooperativa, o fato de a Nota Fiscal ter sido emitida pela cooperativa, o fato de o recebimento destas notas fiscais também ser feito pelas cooperativas e também o fato de que a cooperativa dá o suporte para a execução dos serviços pelos seus

⁹ Artigo 80 da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971.

cooperados no caso de cooperativa de trabalho e coloca os produtos com preços bem superiores aos que poderiam atingir no caso de cooperados de cooperativa agropecuária, para contabilizar os valores recebidos pela cooperativa como RECEITA DAS COOPERATIVAS?

Tomando-se por base que o fato gerador destes numerários é a prestação de serviço e a venda de produtos agropecuários realizados por cooperados destas cooperativas, em nossa opinião tal rendimento pertence aos cooperados, ou seja, uma cooperativa de trabalho ou agropecuária no exercício de suas atividades normais, como já visto e de conformidade com seu estatuto social e a legislação do cooperativismo, tem como função representar, contratar e administrar em nome de seus cooperados.

Sobre este aspecto, cita-se Benato (2000, p.196): *“as cooperativas de trabalho devem ser vistas, em termos sociais, financeiros, econômicos e contábeis, como simples procuradoras dos sócios”*.

Com o intuito de sanar o impasse sobre as receitas das cooperativas de trabalho, passa-se ao próximo tópico, onde se tratará deste assunto.

4.1.1 Receitas de atos cooperativos e Receitas de atos não cooperativos de uma cooperativa de trabalho

Para o melhor entendimento deste trabalho, tem-se como necessário a definição de RECEITAS DE ATOS COOPERATIVOS e RECEITAS DE ATOS NÃO COOPERATIVOS, levando-se em consideração a contabilização de fatos ocorridos em uma cooperativa de trabalho.

Considera-se como premissa, para a elaboração das definições anteriormente citadas, as claras exigências da teoria da contabilidade para com o profissional contábil quanto à verificação, em primeiro plano, dos objetivos da contabilidade, de conformidade com as necessidades do usuário desta, para que depois a realize dentro dos princípios fundamentais de contabilidade, como já se viu, para que, assim, não haja distorções das informações, ou mais, para que elas sejam confiáveis.

Desse modo, considerando a forma em que se apresentam os fatos nas cooperativas, considerando as premissas acima citadas e considerando também:

- A definição de contabilidade escrita por Iudícibus (2000, p.26) como: “... método de identificar, mensurar e comunicar informações econômicas, financeiras, físicas e sociais, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação” (grifo nosso), ou seja, é de suma importância o entendimento das informações das cooperativas por parte de seus usuários. Além disso, quando se diz que devem ser julgadas adequadas por estes usuários, está-se falando de quantidade adequada e honestidade das informações;
- O descrito no item 3.3 deste trabalho: “... um sistema contábil deve ser preparado para a apresentação dos fatos, sejam eles sob a forma econômica-financeira, físicas, de produtividades ou sociais, sempre se preocupando com a sua substância, a sua essência, a sua verdadeira natureza, mais do que com a forma jurídica que se reveste...” (grifo nosso);
- A definição de Princípios Fundamentais de Contabilidade de Iudícibus & Marion (2000, p.89), que são “os conceitos básicos que constituem um núcleo essencial que deve guiar a profissão na consecução dos objetivos da contabilidade...” (grifo nosso) ;
- O postulado da Entidade Contábil que, segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p.104), nada mais é do que a definição da entidade contábil. Os mesmos autores citam que: “uma das formas de se definir a entidade contábil é através da determinação da unidade econômica que exerce o controle sobre o recurso, que aceita responsabilidade que assumir compromissos e conduzir a atividade econômica”(grifo nosso). Levando-se em consideração o fato citado das cooperativas, a entidade que se deve definir como responsável pelos rendimentos não é a COOPERATIVA e sim o COOPERADO, pois, seguindo a definição acima, quem exerce o controle dos recursos, assume os compromissos (a

cooperativa contrata, vende, recebe e administra em nome do cooperado) e quem conduz a atividade econômica é o COOPERADO;

- O princípio da Realização da Receita, que Hendriksen & Van Breda (1999, p.227) explicam como: “*um item deve ser reconhecido como receita de uma empresa quando é parte do produto da entidade, quando pode ser medido ...*” (grifo nosso);
- A definição de Paton (*apud* HENDRIKSEN & VAN BREDÁ, 1999, p.224): “*RECEITA é a criação de produtos da empresa*” (grifo nosso);
- A definição do Comitê de conceitos contábeis da AAA, em 1957 (*apud* Iudícibus, 2000, p.152): “*RECEITA é a expressão monetária do agregado de produtos e serviços transferidos por uma entidade para seus clientes durante um período de tempo*” (grifo nosso). Como se pode ver, tanto a explicação do Princípio da realização da receita e a definição Receita de Paton citadas por Hendriksen & Van Breda (1999), como a definição de Receita da AAA citada por Iudícibus (2000), se referem à receita como criação ou agregação de produtos ou serviços. Pelo ocorrido nas cooperativas, não se pode dizer que esta criação ou agregação, no caso de serviços e produtos, foi executada pela cooperativa, mas sim pelos cooperados. Assim todo recebimento de serviços prestados ou venda de produtos de cooperados, conforme as definições anteriores, não são receitas da cooperativa e sim dos cooperados ;
- Que os serviços contratados por um tomador de serviços através de uma cooperativa de trabalho são realizados por prestadores de serviços autônomos, associados a esta cooperativa que os representa através de contratos. E que , por tais representações, segundo Benato (2000, p.195), são reembolsadas por seus cooperados através de taxas de administração¹⁰ para o pagamento das despesas administrativas. A título de exemplo, pode-se considerar: A venda de um imóvel do sr. “X” para o sr. “Y”, através de um corretor de imóvel, o sr. “Z”, pelo preço à vista de

¹⁰ Termo utilizado por Benato para identificar o reembolso de numerários dos cooperados para com as cooperativas.

\$ 100 (cem unidades monetárias) e com a comissão para o corretor de 10% (dez por cento). Tem-se que a venda do imóvel ao sr. “Y” foi feita pelo sr. “Z”, o corretor, mas a receita principal desta transação é do sr. “X” por possuir o imóvel, ficando como receita do corretor somente a comissão. Em relação aos acontecimentos da cooperativa de trabalho, pode-se comparar a cooperativa com o sr. “Z”, o corretor, pois ela contrata os trabalhos, mas quem tem o conhecimento técnico para prestá-los é o cooperado, que aqui se deve comparar com o sr. “X”, proprietário do imóvel, ficando o sr. “Y” que, no caso é o comprador, comparado ao tomador dos serviços contratados pela cooperativa;

pode-se definir RECEITA DE ATO COOPERATIVO das cooperativas como as entradas de numerários, feitos por seus cooperados, em troca dos serviços prestados por estas cooperativas (contratação, administração e gerenciamento dos contratos de prestação de serviços para cooperativas de trabalho e beneficiamento, armazenagem e administração das vendas dos produtos no caso de cooperativas agropecuárias), ou seja, são RECEITAS DE ATOS COOPERATIVOS, para uma cooperativa, os praticados em conformidade com o artigo 79 da Lei 5.764/71, em que se consideram atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados.

E como RECEITAS DE ATOS NÃO COOPERATIVOS das cooperativas, aquelas praticadas entre as cooperativas e não cooperados, ou seja, as cooperativas são sociedades sem fins lucrativos, todo benefício realizado por elas visa única e exclusivamente o seu cooperado, é por isso que toda contratação realizada pela cooperativa deve ser em seu benefício. Desta forma, se por acaso houver a necessidade de contratação de serviços ou aquisição de produtos de terceiros (não cooperados) para a realização dos objetivos sociais, estará ela agindo em benefício próprio, ou seja, da cooperativa e não do cooperado, assim não haverá o relacionamento entre cooperativa e cooperado previsto no ato cooperativo. Neste caso tem-se uma receita de ato não cooperativo que, subtraído das despesas por ele ocasionado, resultará em LUCRO, e que, por circunstância da legislação tanto cooperativista como tributária, será tributado em todos os impostos incidentes em uma empresa normal.

Assim sendo, se as definições acima estão corretas, ou seja, os recebimentos dos serviços prestados ou venda de produtos por cooperados não poderão ser considerados como receitas de atos cooperativos e nem receitas de atos não cooperativos das cooperativas, como então registrar estes fatos na contabilidade da cooperativa?

Tem-se que os recebimentos, apesar de não serem receitas das cooperativas e não lhes pertencerem, são recebidos por elas, por força da emissão de documentos fiscais. Desta forma, tais numerários passam a fazer parte das disponibilidades das cooperativas. E, em se tratando de numerários não pertencentes à empresa, mas nela registrados, deverão ter, como contrapartida, um registro de obrigação no passivo da empresa.

Desta forma, considerando-se o que já se viu a respeito deste assunto e considerando também a definição de PASSIVO do FASB, SFAC 6, parágrafo 35 (*apud* Hendriksen & Van Breda, 1999, p.410), como:

sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos resultantes de obrigações presentes de uma entidade no sentido de transferir ativos ou serviços para outras entidades no futuro em consequência de transações e eventos passados (grifo nosso)

e, ainda, que os recebimentos acima enunciados deverão ser reembolsados aos cooperados no futuro, visto que se referem a serviços prestados ou produtos vendidos por estes cooperados, isto lhes dá o direito de recebê-los, no entanto, obrigações das cooperativas em pagá-los. Tal pagamento será feito no futuro através de ativos ou serviços prestados pelas mesmas, tudo isso em consequência de transações passadas, ou seja, os contratos feitos com o tomador dos serviços ou vendas de produtos através das cooperativas.

Assim, tais valores devem ser considerados, na contabilidade das cooperativas, como passivos circulantes da sociedade cooperativa e não como receitas ou inclusões, como orienta a NBC-T-10.8¹¹, pois o fato que originou este numerário foi o pagamento por parte do tomador dos serviços ou do comprador dos produtos por serviços prestados ou por produtos dos cooperados, não da cooperativa.

Ante o exposto, tem-se a opinião que todo numerário proveniente de prestação de serviços ou venda de produtos por cooperados, apesar de contratados, administrados, vendidos e recebidos pelas cooperativas, pertencem aos cooperados, ou seja, não pertencem à cooperativa, mas são recebidos por ela, então o tratamento correto é como OBRIGAÇÃO DA COOPERATIVA para com os cooperados, assim, como PASSIVO CIRCULANTE (exigível).

EXEMPLO: Supõe-se que uma cooperativa de trabalho contratou um serviço para um de seus cooperados junto a um tomador de serviços. O valor do contrato é de \$ 5.000 (cinco mil unidades monetárias) para pagamento à vista, e consta no estatuto social desta sociedade que, sobre os serviços realizados, cada cooperado pagará um percentual de 8% (oito por cento) a título de cobrir as despesas administrativas da cooperativa.

Assim, a contabilização do recebimento do valor contratado pela cooperativa de trabalho, supondo que a contabilização da receita foi no dia deste recebimento, ficaria da forma exposta a seguir :

¹¹ É de se elogiar a criação pelo CFC da norma NBC-T- 10.8, uma norma específica para as sociedades cooperativas, norma esta que inclusive há muito tempo era esperada, tendo em vista o sofrimento por parte dos contabilistas e presidentes de cooperativas, tendo que tratar de sociedades *sui generis* utilizando normas das sociedades de capitais normais. O que se critica, principalmente em se tratando das cooperativas de trabalho, e em alguns outros tipos também, é que a simples mudança de nome de receitas e despesas das cooperativas para ingressos e dispêndios das cooperativas, façam com que elas passem a atender os princípios doutrinários do cooperativismo. É de entendimento que o que se deveria mudar, neste caso, não é o nome da conta, mas o grupo a que ela pertence. E no caso das cooperativas de trabalho, é justamente aí que surge uma das discordâncias dos órgãos governamentais de fiscalização. Faz-se demonstrações contábeis idênticas às de uma sociedade capitalista, somente com mudanças de terminologia, com resultados na DRE da cooperativa, ao invés de se apresentar como resultados de cooperados.

CONTABILIZAÇÃO DO RECEBIMENTO DO CONTRATO NA COOPERATIVA

Lançamentos na Contabilidade da Cooperativa de Trabalho

PARTE DO COOPERADO		PARTE DA COOPERATIVA	
D	Disponibilidades (Cx. / Bcos)	D	Taxa Adm Cooperativa **
C	Valores a pagar Cooperados * 5.000,	C	Receita de Atos Cooperativos*** 400,
* Passivo Circulante			
** Dedutiva do Passivo Circulante			
*** Conta de resultado da cooperativa			

Como se vê na contabilização, tem-se por um lado um passivo circulante (exigível) da cooperativa para com o seu cooperado e, no lançamento seguinte, um débito numa conta redutora de passivo, contra um crédito de receitas de ato cooperativo da cooperativa. Estes lançamentos demonstram a contabilidade seguindo a doutrina do cooperativismo, ou seja, o cooperado recebe pelo serviço prestado e paga à cooperativa pelo suporte que esta lhe fornece.

Mas, pensando desta forma, ou seja, se as receitas não são receitas e sim passivos, como fica a questão dos custos e despesas das cooperativas? Este fato será verificado no próximo item.

4.1.2 Custos e Despesas de uma Cooperativa

Por estar tratando de Despesa e Custo, procurou-se argumentos na teoria contábil para defini-los em uma cooperativa. As definições a serem apresentadas levaram em consideração: a) a teoria da contabilidade através de seus princípios e b) a Lei 5.764/71 que rege as cooperativas quanto às doutrinas cooperativistas.

- a) Para enfocar a questão da teoria contábil, verifica-se o item 3.3.1.2.2 deste trabalho que, além de trazer a definição de DESPESA segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p.232): “.. constituem o uso ou o consumo de bens e serviços no processo de obtenção de receita” (grifo nosso), trata também sobre o princípio do reconhecimento da despesa e o seu confronto com a receita, portanto, o próprio nome do princípio

contábil já traz a forma de tratamento a ser dado. Segundo este princípio, o reconhecimento da despesa está intimamente ligado com o reconhecimento da receita.

- b) Nota-se claramente na Lei 5.764/71, em seu artigo 80, a existência de dois tipos de despesas, uma referente às despesas gerais da cooperativa e a outra referente à atividade operacional do cooperado diretamente e, o que é mais importante, tanto um como outro tipo de despesa, a própria lei define como de responsabilidade do cooperado. Está assim escrito o artigo 80 da Lei 5.764/71:

Art. 80. As despesas da sociedade serão cobertas pelos associados mediante rateio na proporção direta da fruição de serviços.

Parágrafo único. A cooperativa poderá, para melhor atender à equanimidade de cobertura das despesas da sociedade, estabelecer:

I - rateio, em partes iguais, das despesas gerais da sociedade entre todos os associados, quer tenham ou não, no ano, usufruído dos serviços por ela prestados, conforme definidas no estatuto;

II - rateio, em razão diretamente proporcional, entre os associados que tenham usufruído dos serviços durante o ano, das sobras líquidas ou dos prejuízos verificados no balanço do exercício, excluídas as despesas gerais já atendidas na forma do item anterior. (grifo nosso)

A cooperativa, quando em seu funcionamento normal, apresenta três tipos de desembolsos, que acabarão como custos e despesas. São eles:

- Para cobrir os custos e despesas na atividade operacional de cooperados;
- Para cobrir as despesas da administração da cooperativa, ou seja, as despesas gastas no suporte do cooperado; e
- Para cobrir os custos e despesas de serviços prestados por não cooperados.

Assim, ao se considerar a orientação contábil através dos princípios fundamentais de contabilidade, a da Lei 5.764/71 e os desembolsos acima citados teremos que: o primeiro desembolso, para cobrir gastos na prestação de serviços direta por cooperados, seguindo o princípio contábil, deverá ser contabilizado em conta redutora do passivo circulante, ou seja, são custos diretos que foram originados pelos cooperados na busca de receitas, e de conformidade com a legislação cooperativista, artigo 80, item II, tais custos devem ser pagos pelos cooperados na

proporção de sua utilização, assim, se os rendimentos são passivos da cooperativa, os gastos, neste caso, terão que reduzir os passivos.

O segundo, os desembolsos para cobrir despesas da administração da cooperativa, tendo como base o artigo 80 da lei citada anteriormente, deverão ser contabilizados como DESPESAS ou CUSTOS DE ATOS COOPERATIVOS da cooperativa de trabalho e deverão ser cobertos pelos cooperados, segundo nosso exemplo, através de desembolsos feitos por eles quando da efetivação dos contratos realizados pela cooperativa, conforme o estatuto social. Desta forma, seguindo o exemplo, se considerados como RECEITAS DE ATOS COOPERATIVOS das cooperativas, com a finalidade de suprir os gastos administrativos, os valores reembolsados pelos cooperados quando do recebimento dos contratos, nada mais justo que seguir o princípio da confrontação das despesas em função das receitas, lançando tais desembolsos como DESPESAS ou CUSTOS DE ATOS COOPERATIVOS da mesma.

E, por último, tem-se os desembolsos para cobrir custos e despesas de serviços prestados por não cooperados, que deverão ser considerados como DESPESAS ou CUSTOS DE ATOS NÃO COOPERATIVOS da cooperativa, pois segundo o artigo 87 da Lei 5.764/71¹², quando ocorrer operações com não cooperados, os resultados deverão ser contabilizados em separado e perderão a isenção de tributos previstos pela legislação.

Dessa forma, pode-se então definir CUSTOS E DESPESAS de uma cooperativa como o total dos gastos nela ocorridos em função da realização de seus objetivos, sendo COM ATOS COOPERATIVOS, os gastos na realização, na administração e no suporte dos contratos de trabalho dos cooperados, e COM ATOS NÃO COOPERATIVOS os gastos com serviços prestados por não cooperados.

EXEMPLO: Continuando o exemplo citado anteriormente, suponha-se que para a realização dos serviços os cooperados tenham um custo de \$ 1.200 (um mil e duzentas unidades monetárias), a cooperativa uma despesa de \$ 250 (duzentos e cinquenta unidades monetárias) e que a cooperativa realize o pagamento ao

¹² Art. 87. Os resultados das operações das cooperativas com não associados, mencionados nos artigos 85 e 86, serão levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social" e serão contabilizados em separado, de modo a permitir cálculo para incidência de tributos.

cooperado por este serviço Teremos:

<u>CONTABILIZAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS</u>			
<u>Lançamentos na Contabilidade da Cooperativa de trabalho</u>			
<u>PARTE DO COOPERADO</u>		<u>PARTE DA COOPERATIVA</u>	
D	Custo/Desp de Cooperados *	D	Despesas Administrativas **
C	Disponibilidades (Cx. / Bcos) 1.200,	C	Disponibilidades (Cx. / Bcos) 250,
*	Dedutiva do Passivo Circulante		
**	Conta de resultado da cooperativa		

CONTABILIZAÇÃO DO PAGAMENTO DA COOPERATIVA AO COOPERADO
Lançamentos na Contabilidade da Cooperativa de trabalho

<u>PARTE DO COOPERADO</u>		<u>PARTE DA COOPERATIVA</u>	
D	Valores a Pagar Cooperado *	D	Excedentes Cooperados Pagar*
C	Excedentes Cooperados Pagar* 5.000,	C	Taxa Adm. Cooperativa ** 400,
		C	Custo/Desp Cooperados ** 1.200,
			1.600,
D	Excedentes Cooperados Pagar*		
C	Disponibilidades (Cx. / Bcos) 3.400,		
*	Passivo Circulante		
**	Conta dedutiva do Passivo Circulante		

CONTABILIZAÇÃO DA APURAÇÃO DAS SOBRAS/PERDAS DA COOPERATIVA

Lançamentos na Contabilidade da Cooperativa de trabalho

<u>PARTE DA COOPERATIVA</u>		<u>PARTE DA COOPERATIVA</u>	
D	Receitas de Atos Cooperativos*	D	Apuração Resultado Exercício
C	Apuração Resultado Exercício 400,	C	Despesas Administrativas * 250,
D	Apuração Resultado Exercício		
C	Sobras à disposição Assembléia 150,		
*	Contas de Resultado da Cooperativa		

A seguir, transcrevem-se em razões em “T”, tanto os lançamentos anteriores como os lançamentos feitos quando da exemplificação das receitas, apresentados no item anterior.

Disponibilidades Cx/Bcos		Valores Pagar Cooperados		Tx Adm Cooperativa PC	
5.000,	1.200,	5.000,	5.000,	400,	400,
	250,		0,	0,	
	3.400,				
150,					
Receita Ato Cooperativo		Custo/Desp Cooperado PC		Despesas Administrativas	
400,	400,	1.200,	1.200,	250,	250,
	0,		0,	0,	
Excedente Coop Pag PC		Apur. Resultado Exercício		Sobras à Disp. Assembléia	
400,	5.000,	250,	400,		150,
1.200,		150,			150,
3.400,		0,			
	0,				

Estas alterações nos procedimentos, neste exemplo, das cooperativas de trabalho não trarão modificações somente nos procedimentos contábeis, mas também nas demonstrações financeiras a serem apresentadas por tais cooperativas. Pensando nesta situação passaremos ao próximo tópico, no qualeste assunto será verificado.

4.2 Propostas para Modificação da Estrutura das Demonstrações Financeiras

Como se pôde observar no item 3.4.2 deste trabalho, as demonstrações contábeis das cooperativas, apesar das modificações sugeridas pela NBC-T-10.8 quanto à nomenclatura e alguns procedimentos, em suas estruturas continuam acompanhando as demonstrações apresentadas por outras sociedades de capitais normais, motivo este, segundo Pereira (1993, p.234), por serem demonstrações de que os usuários externos, e até mesmo os internos, já têm conhecimento e domínio.

Assim, as adaptações propostas por este trabalho serão realizadas nestas demonstrações de modo a poderem apresentar as informações específicas de uma cooperativa.

As Demonstrações Contábeis em que se propõem alterações são:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstrações das Sobras e Perdas do Exercício – DSP;

- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;
- Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR;
- Demonstração das Aplicações Sociais e Movimentação da RATES REALIZADA – DASMRR.

Para que fique clara a intenção deste trabalho, quando se coloca que a pretensão não é a de criar novas demonstrações contábeis, não significa dizer que se está relacionando somente as previstas em normas contábeis e na legislação cooperativista.

Consta da relação de demonstrações contábeis a “Demonstração das Aplicações Sociais e a Movimentação da RATES Realizada - DASMRR” que, apesar de não estar relacionada nas normas contábeis e na legislação cooperativista, fato este inexplicável tendo em vista a importância da demonstração e o prazo que se passou desde a sua apresentação por Pereira (1993) sem que houvesse a implantação oficialmente, não se pode tratar, neste trabalho, como demonstração inédita, visto já haver sido apresentada anteriormente pelo autor citado.

4.2.1 Balanço Patrimonial

Observa-se no item 3.4.3.1 a importância desta demonstração, não só para as cooperativas, mas para as empresas em geral. Além disso, o que se observa no quadro 4 é que, apesar de o balanço estar adaptado a uma norma de contabilidade específica para sociedades cooperativas, sua estrutura acompanha a Lei 6.404/76, lei esta que regulamenta as Sociedades por Ações.

Ainda seguindo esta mesma estrutura, faz-se a seguinte proposta de alteração de Balanço Patrimonial para Cooperativas de Trabalho:

QUADRO 10: Proposta para Estrutura do Balanço Patrimonial de Cooperativa

COOPERATIVA.....	
BALANÇO PATRIMONIAL EM ____/____/____	
ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	CONTAS DE COOPERADOS A PAGAR
PERMANENTE	EXCEDENTES DE COOPERADOS A PAGAR
INVESTIMENTOS	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
IMOBILIZADO	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS
OPERACIONAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(-) DEPR. ACUMULADA	CAPITAL SOCIAL
SOCIAL	RATES
(-) DEPR. ACUMULADA	RATES REALIZADAS
DIFERIDO	RESERVA LEGAL
	RESERVAS DE INCENTIVOS FISCAIS E REAVALIAÇÃO
	RESERVAS DE SOBRAS
	SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉA

FONTE: FIPECAFI (2000, p.27), adaptada à NBC-T-10.8 e propostas

Verifica-se que foram sugeridas algumas alterações na estrutura do balanço patrimonial das cooperativas em comparação ao apresentado anteriormente (item 3.4.3.1), sendo as alterações verificadas no Ativo Permanente, Passivo Circulante e no Patrimônio Líquido.

4.2.1.1 Alterações propostas para o Ativo Permanente

Quanto à modificação sugerida no Ativo Permanente das cooperativas, pode-se entender como a aceitação, neste trabalho, da proposta contida na tese de doutoramento de Pereira (1993, p.237), onde o autor, com a finalidade de controle dos desembolsos referentes à atividade social das cooperativas, afirma que a aplicação dos recursos com objetivo social pode ser verificada tanto em contas de resultado (despesas sociais), como em contas patrimoniais (ativo permanente). Assim, para que se possa identificar tais aplicações no ativo permanente, propõe-se a divisão dos imobilizados em Imobilizado Operacional e Imobilizado Social.

O Imobilizado Operacional destina-se à manutenção das atividades operacionais da cooperativa, em sua condição de organização econômica e o

Imobilizado Social representaria única e exclusivamente a manutenção dos bens destinados à função social.

4.2.1.2 Alterações propostas para o Patrimônio Líquido

A outra proposta solicitada tem origem na alteração anteriormente citada, ou seja, a separação dos investimentos em operacional e social e, no patrimônio líquido, a canalização das origens dos recursos destinados à função social da cooperativa.

Desse modo, seguindo o raciocínio de Pereira (1993) e as alterações contidas na NBC-T - 10.8, que orienta a utilizar a denominação RESERVA em substituição ao termo FUNDO no Patrimônio Líquido das cooperativas, que inclusive se utilizará na execução deste trabalho, tem-se assim como origem dos recursos da função social as contas RATES e RATES REALIZADAS.

RATES demonstraria o saldo de recursos sociais a aplicar e a REALIZADA o saldo de recursos já aplicados. A RATES REALIZADA teria como objetivo o controle do valor dos recursos sociais aplicados no ativo fixo, além de possibilitar o conhecimento dos gastos com despesas sociais ocorridas no período.

Sobre este mesmo assunto, Michels (2000, p.154) explica que muitas cooperativas, apesar de aplicarem recursos na área social, não utilizam os recursos da RATES, transformando tais valores em despesas do período. O mesmo autor afirma que a RATES deve ser empregada para os fins para os quais é constituída, ou seja, o autor subdivide a utilização da RATES em duas finalidades:

- 1) Aquisição de bens permanentes que serão empregados na prestação de assistência técnica, educacional e social: onde na aquisição desses bens recomenda-se a inclusão em conta de ativo permanente, com vinculação com a conta de RATES no Patrimônio Líquido, de forma que, à medida que forem utilizados, sua depreciação será lançada contra a conta RATES. O que justifica tal procedimento é o fato de que a geração do benefício ao associado não é a aquisição do bem imobilizado e sim sua utilização; e

- 2) Despesas correntes com assistência técnica, educacional e social: nesta ocorrência a orientação da NBC-T- 10.8 é a mesma que o autor descreve, ou seja, as despesas com assistência técnica, educacional e social devem ser acumuladas em contas especiais e somente no final de cada período contábil ser confrontada com a conta RATES, havendo saldo; em caso contrário, leva-se a conta de resultado do exercício findo.

Concorda-se assim com as alterações propostas nos trabalhos dos autores anteriormente citados, alterações estas que fazem surgir uma nova demonstração financeira específica para cooperativas (DASMRR), a qual se estará discutindo mais adiante. Assim sendo, passa a fazer parte deste trabalho acrescentando-se ao Balanço Patrimonial das cooperativas de trabalho.

4.2.1.3 Alterações propostas para o Passivo Circulante

A outra modificação verificada no Balanço Patrimonial proposto, e a principal alteração sugerida neste trabalho, diz respeito ao Passivo Circulante, ou seja, como se verifica, acrescenta-se mais um grupo no Passivo Circulante, além dos já existentes.

Pelo exposto anteriormente e com base nas definições verificadas na teoria da contabilidade, pode-se afirmar que a modificação realizada no procedimento de recebimento dos serviços de cooperados visa apresentar, através da contabilidade, a informação sobre o ato cooperativo nas cooperativas da forma como realmente é disposto na doutrina cooperativista.

Para isso, sugere-se a criação de um novo grupo no passivo circulante para cooperados, no qual se fará a apuração de seus resultados com a cooperativa, e para tal, será lançado, cooperado por cooperado, o valor de suas receitas de serviços prestados, quando for o caso, deduzindo-se deste o valor dos custos e despesas desembolsados pela cooperativa para que obtenham estas receitas.

O que se verifica com esta modificação é a possibilidade de controle, por parte da cooperativa, dos resultados apurados por cooperado individualmente, pois se

considera que tal procedimento poderá ser feito através de controles auxiliares, além de, ao mesmo tempo, estarmos apurando o resultado da cooperativa.

A disposição analítica das contas criadas neste tópico, ou seja, no passivo circulante para cooperados, será apresentada quando da elaboração do plano de contas.

4.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

Nesta proposta, a denominação para a demonstração que apura o resultado da cooperativa será “DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE”, contrariando o apresentado no capítulo 3 deste trabalho, quando se verificou que, com a aprovação da NBC-T 10.8, o Conselho Federal de Contabilidade orientou para que esta demonstração fosse denominada “DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E PERDAS”. A justificativa desta discordância é que os valores apurados nesta demonstração, sejam eles SOBRAS ou PERDAS e LUCROS ou PREJUÍZOS, fazem parte do RESULTADO da cooperativa, o que não justifica a modificação da nomenclatura.

Assim, a Demonstração do Resultado do Exercício de uma cooperativa deve realmente apresentar o resultado da cooperativa, assim como se viu no balanço patrimonial, a sugestão é fazer o controle dos resultados dos cooperados, que inclusive serão repassados a eles no Passivo Circulante.

Logo, o resultado a ser apresentado na DRE será diminuído nas contas que se referem diretamente aos cooperados. Diante disso, e observando a DRE apresentada no capítulo 3 se verá que a conta de Ingressos referente a serviços prestados por cooperado não mais aparecerá, assim como os custos e despesas diretas de tais serviços deverão ser transferidos para o passivo circulante no novo grupo para cooperados, tendo os valores que eram considerados como ingressos, a partir de agora, como passivos e os dispêndios como conta redutora do passivo.

O que se pretende neste item não é criar um modelo de DRE para todas as cooperativas, a intenção principal é apresentar um modelo simples de DRE que

facilite o entendimento das alterações propostas que afetam esta demonstração.

Assim, as contas que devem compor a DRE proposta são:

QUADRO 11: Proposta para a Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício para Sociedade Cooperativa

ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
	ATO COOPERATIVO		ATO NÃO COOPERATIVO	
	X0	X1	X0	X1
Receita de Taxa Admin. Cooperados				
Receita Serviços de Não Cooperados				
(-) Dedução Abatim. S/Receita ã Coop.				
(=) Receitas Líquidas				
(-) Custos Operacionais				
(=) Sobras Brutas				
(=) Lucro Bruto				
(-) Despesas Operacionais				
▪ Administrativas				
▪ Comerciais				
▪ Financeiras				
▪ Outras Despesas				
(+) Outras Receitas Operacionais				
(=) Sobras ou Perdas Operacionais				
(=) Lucros ou Prejuízos Operacionais				
(+) Receitas não Operacionais				
(-) Despesas não Operacionais				
(=) Sobras ou Perdas antes das Reservas				
(=) Resultado Antes do IR e CSLL				
(-) Destinações Legais e Estatutárias				
(-) Provisão p/ IR				
(-) Provisão p/ CSLL				
(=) Sobras ou Perdas à Disposição da Assembléia*				
(=) Lucros ou Prejuízos do Período**				

* Em caso de perdas deverão ser transferidas para reserva legal, se o saldo for insuficiente, deverão ser rateadas entre os cooperados em contas individualizadas no ativo, conforme deliberação da assembléia (NBC-T-10.8 – itens 10.8.1.8 e 10.8.2.7).

** O resultado positivo com não cooperados (Lucro) deverá ser destinado para a RATES, não podendo ser rateado, quando negativo deverá ser transferido para conta de reserva legal; se o saldo for insuficiente, deverá ser rateado entre os cooperados (NBC-T-8 – item 10.8.2.6).

Diante do exposto, pode-se identificar, no quadro 11, que os resultados a serem apurados são de operações da cooperativa, compreendendo os serviços prestados no suporte de cooperados e eventualmente, se necessário, serviços prestados com não cooperados.

6.404/76, diferenciando-se somente nas terminologias, pois, na que se apresenta, as terminologias estão voltadas para o cooperativismo.

4.2.4 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Assim como na DMPL, a DOAR também não sofre em termos de estrutura, pois as mudanças são observadas quando de sua elaboração. O valor que antes se considerava como receita e despesa, e que hoje, em função da mudança, será considerado no passivo circulante, na DOAR antes aparecia como origem no grupo operacional como sobras, hoje não aparecerá mais na DOAR como origem, pois faz parte do passivo circulante e, por consequência, faz parte do Capital Circulante Líquido (CCL).

Assim, a DOAR passará a ter a seguinte estrutura:

QUADRO 13: Proposta para Estrutura da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR para Sociedade Cooperativa

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS		
1) – ORIGENS		
• Das Operações:		
Sobras do Período.....		
Lucros ou Prejuízos do Período.....		
Despesa com Depreciação e Amortização..		
• Dos Sócios:		
Aumento de Capital.....		
Doações de Sócios.....		
Reserva de Capitalização.....		
Reserva Previdenciária.....		
• De Terceiros:		
Empréstimo Longo Prazo.....		
Alienação dos itens de Imobilizado.....		
Aumento do Exigível a Longo Prazo.....		
Vendas de Itens de Investimentos.....		
TOTAL DAS ORIGENS.....		
2) APLICAÇÕES:		
Aquisição de Investimentos.....		
Aquisição Imobilizado- Veículos.....		
Aquisição Imobilizado- Máquinas e Equip		
Distribuição de Sobras.....		

(continua)

(continuação)

Realização Reservas – RATES.....		
Realização Reservas – Reserva Legal.....		
TOTAL DAS APLICAÇÕES.....		
<u>AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO CCL</u>		
<u>(Origens – Aplicações).....</u>		

VARIAÇÃO DO CCL

DISCRIMINAÇÃO	<u>SALDOS EM</u> <u>2001</u>	<u>SALDOS EM</u> <u>2002</u>	<u>AUMENTO OU</u> <u>DIMINUIÇÃO DO</u> <u>CCL</u>
ATIVO CIRCULANTE			
PASSIVO CIRCULANTE			
CCL			

Fonte: Adaptado do modelo da FIPECAFI (2000, p.349)

Como se vê, a demonstração do quadro 13 é idêntica à apresentada no capítulo anterior, como já dito, as modificações são poucas e na elaboração, não na estrutura.

4.2.5 Demonstração das Aplicações Sociais e Movimentação da RATES Realizada - DASMRR

A justificativa de se apresentar esta demonstração, que inclusive não faz parte do rol das demonstrações tidas como obrigatórias pelas sociedades cooperativas, é pela contribuição que traz este demonstrativo ao cooperativismo brasileiro, pois além de se tratar de um demonstrativo que mostra o lado social da cooperativa para toda a sociedade, permite controlar os desembolsos realizados e não realizados com Assistência Técnica, Educacional e Social da cooperativa, servindo inclusive como ferramenta de grande importância para a o gerenciamento social deste tipo de entidade.

Verifica-se a importância desta demonstração pelas informações de Michels (2000, p.164) quando cita que muitas cooperativas, apesar do investimento no lado social, não o fazem com numerários do RATES, o que nos parece desinformação por parte destas.

Com adaptação da estrutura proposta por Pereira (1993, p.277) e

posteriormente por Arrigoni (2000, p.177), apresenta-se a seguir modelo proposto para sociedade cooperativa de Trabalho.

QUADRO 14: Proposta para Estrutura da Demonstração das Aplicações Sociais e a Movimentação da RATES Realizada – DASMRR para Sociedade Cooperativa

DEMONSTRAÇÃO DAS APLICAÇÕES SOCIAIS E A MOVIMENTAÇÃO DA RATES REALIZADA – DASMRR				
	COM A RATES		C/ OUTRAS FONTES	
ORIGEM DOS RECURSOS – 1ª Parte	X0	X1	X0	X1
Saldos em 31/12				
(+) Transferência da Conta RATES do Período				
<ul style="list-style-type: none"> Recursos resultantes das operações da cooperativa com não cooperados; Recursos resultantes da aplicação do percentual aprovado em assembléia com destinação ao RATES (mínimo é 5% dos resultados da cooperativa); 				
(+) Recursos oriundos de outras fontes;				
•				
(=) Total das Origens dos Recursos – 1ª Parte				
APLICAÇÃO EM ATIVIDADES SOCIAIS – 2ª Parte				
DESPESAS SOCIAIS				
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA				
Serviços Assist.Técnica (Reciclagem Cooperados)				
<ul style="list-style-type: none"> Mão de obra de instrutor e Encargos; Material de consumo; Gastos Indiretos; Manutenção (água, luz, telefone) Manutenção de equipamentos Despesas de Depreciação 				
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL				
Educação Cooperativista				
<ul style="list-style-type: none"> Mão de obra de instrutor e encargos; Material de consumo; Gastos Indiretos; Manutenção (água, luz, telefone) Manutenção de equipamentos Despesas de Depreciação 				
Educação				
<ul style="list-style-type: none"> Mão de obra de instrutor e encargos; Material de consumo; Gastos Indiretos; Manutenção (água, luz, telefone) Manutenção de equipamentos Despesas de Depreciação 				
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Assistência Médica e Odontológica				
(=) Total da Aplicação em atividades sociais – 2ª Parte				
(=) Saldos em 31/01 (Total 1ª Parte – Total 2ª Parte)				

(continua)

(continuação)

APLICAÇÃO NO IMOBILIZADO SOCIAL – 3ª Parte				
IMOBILIZADO SOCIAL				
• Prédio Escolar e Bibliotecas;				
• Veículos;				
• (-) Depreciação Acumulada				
(=) Total das Aplicações no Imobilizado Social				

Fonte: Adaptado de Pereira (1993, p.277) e Arrigoni (2000, p.177)

Como se vê, tal demonstrativo tem a sua aparência com a demonstração de origens e aplicações de recursos, já citadas neste trabalho, só que, em vez de recursos, ela tem por finalidade demonstrar o lado social da cooperativa. Observa-se, em primeiro plano, de onde se originaram os recursos utilizados em aplicações do lado social da cooperativa, e posteriormente as aplicações em despesas sociais e em investimentos sociais no Ativo Permanente. Um detalhe que se verifica é que a 1ª parte da demonstração (origens de recursos) subtraída da 2ª parte (aplicações em despesas), do lado que se refere à aplicação com recursos oriundos da RATES, nos dá o saldo da conta RATES REALIZADA, que se igualará ao saldo das aplicações em investimento social. Assim, seguindo a orientação dada quando da elaboração do Balanço Patrimonial no item 4.2.1, tem-se o saldo da conta RATES, como valores ainda não aplicados, e na RATES REALIZADA os valores aplicados em investimentos no social. Já a informação analítica de toda movimentação da RATES REALIZADA se dá através do DASMRR (Demonstração das Aplicações Sociais e a Movimentação da RATES REALIZADA).

O fato de se aplicar no social para sociedade cooperativa, não quer dizer obrigatoriamente utilização de recursos da RATES, pois, como Michels (2000, p.153) enfatizou em sua tese de doutorado, existem cooperativas que aplicam recursos no social e não utilizam as verbas da RATES.

Pensando sobre este aspecto é que se faz a adaptação no demonstrativo criado por Pereira (1993) e já adaptado por Arrigoni (2000), ou seja, criou-se uma coluna para as aplicações sociais com recursos de outras fontes. Assim, tem-se de um lado as aplicações com recursos da RATES e inclusive com o controle dos saldos destas Reservas, e do outro as aplicações com recursos de outras fontes.

Como se viu anteriormente, para que se possa fazer as alterações em

procedimentos contábeis, principalmente alterações que modificam as demonstrações contábeis, tem-se que elaborar um plano de contas contemplando as alterações previstas. Este é o assunto do próximo tópico.

4.3 Modelo Proposto de Plano de Contas para Cooperativas

Apresenta-se a seguir um modelo de plano de contas que atenda a todas as alterações propostas nos procedimentos contábeis antes relacionados.

O modelo de plano de contas sugerido é seguinte:

QUADRO 15: Proposta de Estrutura do Plano de Contas para uma Cooperativa de Trabalho

Código	Contas
1	ATIVO
1.1	CIRCULANTE
1.1.01	DISPONIBILIDADES
1.1.01.01	CAIXA
1.1.01.01.001	Caixa Geral
1.1.01.02	BANCOS C/ MOVIMENTO
1.1.01.02.001	Banco X
1.1.01.03	BANCO C/ APLICAÇÃO FINANCEIRA
1.1.01.03.001	Banco X
1.1.02	REALIZÁVEL A CURTO PRAZO
1.1.02.01	CLIENTES DIVERSOS
1.1.02.01.001	Cliente A
1.1.02.02	IMPOSTOS RECUPERÁVEIS
1.1.02.02.001	
1.1.02.03	ADIANTAMENTOS DIVERSOS
1.1.02.03.001	Adiantamento a Cooperados
1.1.02.04	DESPESAS ANTECIPADAS
1.1.02.04.001	Seguros a Vencer
1.1.02.05	SERVIÇOS A FATURAR
1.1.02.05.001	Serviços de Cooperados a Faturar

(continua)

(continuação)

1.1.03	ESTOQUES
1.1.03.01	MATERIAL DE CONSUMO
1.1.03.01.001	
1.2	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
1.2.01	
1.2.01.01	
1.2.01.01.001	
1.3	PERMANENTE
1.3.01	INVESTIMENTOS
1.3.01.01	PARTICIPAÇÕES DIVERSAS
1.3.01.01.001	Empresa A
1.3.02	IMOBILIZADO
1.3.02.01	IMOBILIZADO OPERACIONAL
1.3.02.01.001	Veículos
1.3.02.01.002	Máquinas e Equipamentos
1.3.02.01.003	Móveis e Utensílios
1.3.02.01.005	(-) Depreciação Acumulada de Veículos
1.3.02.01.006	(-) Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos
1.3.02.01.007	(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios
1.3.02.02	IMOBILIZADO SOCIAL
1.3.02.02.001	Construções Escolares
1.3.02.02.002	Equipamentos para Laboratório
1.3.02.02.003	Veículos
1.3.02.02.004	(-) Depreciação Acumulada de Prédios Escolares
1.3.02.02.005	(-) Depreciação Acumulada de Equipos p/ Laboratórios
1.3.02.02.006	(-) Depreciação Acumulada de Veículos
1.3.03	DIFERIDO
1.3.03.01	DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS
1.3.03.01.001	Despesas com Fundação
1.3.03.01.002	(-) Amortização Acumulada
2	PASSIVO
2.1	CIRCULANTE
2.1.01.01	FORNECEDORES DIVERSOS
2.1.01.01.001	Fornecedor A
2.1.01.02	OBRIGAÇÕES SOCIAIS
2.1.01.02.001	Produção de Cooperados a Pagar
2.1.01.02.002	Salários a Pagar
2.1.01.02.003	Honorários da Diretoria a Pagar

(continua)

(continuação)

2.1.01.02.004	Encargos Sociais e Recolher
2.1.01.03	IMPOSTOS A RECOLHER
2.1.01.03.001	PIS s/ Folha de Pagto a Recolher
2.1.01.04	OUTROS VALORES A PAGAR
2.1.01.04.001	Sobras a Pagar
2.1.01.05	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO
2.1.01.05.001	Banco X – Contrato nº.....
2.1.01.05.002	(-) Provisão Juros s/ Empréstimos – Contrato nº.....
2.1.02	VALORES DE COOPERADOS A PAGAR
2.1.02.01	RECEITAS DE COOPERADOS
2.1.02.01.001	Serviços Prestados por Cooperados
2.1.02.02	(-) DEDUÇÃO DAS RECEITAS DE COOPERADOS
2.1.02.02.001	Taxa de Administração da Cooperativa
2.1.02.02.002	Produção de Cooperados Antecipada
2.1.02.03	(-) CUSTOS E DESPESAS C/ MATERIAIS APLICADOS
2.1.02.03.001	Material de Consumo
2.1.02.03.002	Uniformes
2.1.02.03.003	Equipamento de Segurança
2.1.02.03.004	Fretes e Carretos
2.1.02.04	(-) CUSTOS E DESPESAS COM VEÍCULOS E MÁQUINAS UTILIZADOS
2.1.02.04.001	Peças e Reparos
2.1.02.04.002	Combustíveis e Lubrificantes
2.1.02.04.003	Dispêndios Leais
2.1.02.04.004	Locação de Veículos
2.1.02.04.005	Depreciação
2.1.02.04.006	Conservação e Manutenção
2.1.02.05	(-) CUSTOS E DESPESAS COM COOPERADOS
2.1.02.05.001	Previdência dos Cooperados
2.1.02.05.002	Transporte
2.1.02.05.003	Assistência Médica
2.1.02.05.004	Alimentação
2.1.02.05.005	Seguros
2.1.02.06	APURAÇÃO DO EXCEDENTE DE COOPERADOS
2.1.02.06.001	Apuração do Excedente de Cooperados
2.1.02.06.002	Excedentes de cooperados a Pagar
2.2	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
2.2.01	VALORES A PAGAR
2.2.01.01	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
2.2.01.01.001	Banco X – Contrato nº.....

(continua)

(continuação)

2.2.01.01.002	(-) Provisão de Juros s/ Empréstimos – Contrato nº.....
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.3.01	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.3.01.01	CAPITAL SOCIAL
2.3.01.01.001	Capital Social
2.3.01.01.002	(-) Capital Social a Realizar
2.3.01.02	RESERVAS
2.3.01.02.001	Doações
2.3.01.02.002	RATES
2.3.01.02.003	RATES REALIZADA
2.3.01.02.004	Reservas Legais
2.3.01.02.005	Reservas de Investimentos
2.3.01.02.006	Reservas de Capitalização
2.3.01.02.007	Reservas Previdenciárias
2.3.01.03	SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO ASSEMBLÉIA
2.3.01.03.001	Sobras do Período
2.3.01.03.002	Perdas do Período
3	RESULTADOS
	RECEITAS DE ATOS COOPERATIVOS E RECEITAS DE ATOS NÃO COOPERATIVOS BRUTAS
3.1	
3.1.01	RECEITAS DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE COOPERADOS
3.1.01.01	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE COOPERADOS
3.1.01.01.001	Cooperados / Contrato nº.....
3.1.01.01.002	Cooperados.....
3.1.02	RECEITAS DE SERVIÇOS DE NÃO COOPERADOS
3.1.02.01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR NÃO COOPERADOS
3.1.02.01.001	
	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS
3.2	
3.2.01	DEDUÇÕES DE RECEITAS DE ATOS COOPERATIVOS
3.2.01.01	
3.2.01.01.001	
3.2.02	DEDUÇÃO DE RECEITAS DE ATOS NÃO COOPERATIVOS
3.2.02.01	DEVOLUÇÃO DE SERVIÇOS DE NÃO COOPERADOS
3.2.02.01.001	Devolução de Serviços
3.2.02.01	IMPOSTOS S/ SERVIÇOS DE NÃO COOPERADOS
3.2.02.01.001	IS QN S/ Receita de Serviço
3.2.02.01.002	PIS / Receita de Serviço

(continua)

(continuação)

3.2.02.01.003	COFINS s/ Receita de Serviços
3.2.02.01.004	CSLL
3.2.02.01.005	IRPJ
3.3	CUSTO DE ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS
3.3.01	CUSTO DE ATOS COOPERATIVOS
3.3.01.01	
3.3.01.01.001	
3.3.02	CUSTO DOS ATOS NÃO COOPERATIVOS
3.3.02.01	MATERIAL APLICADO - NÃO COOPERADOS
3.3.02.01.001	Material de Consumo
3.3.02.02	MÃO DE OBRA - NÃO COOPERADOS
3.3.02.02.001	Salários e Ordenados
3.3.02.02.002	INSS
3.3.02.02.003	FGTS
3.3.02.02.004	Férias
3.3.02.02.005	Serviços de Terceiros
3.3.02.02.006	Seguros
3.4	DESPESAS OPERACIONAIS
3.4.01	ADMINISTRATIVAS
3.4.01.01	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
3.4.01.01.001	Água, Luz, Telefone e Internet
3.4.01.01.002	Honorários Profissionais
3.4.01.01.003	Legais e Jurídicos
3.4.01.01.004	INSS Serviços de Terceiros
3.4.01.01.005	Jornais e Revistas
3.4.01.01.006	Materiais de Escritório
3.4.01.01.007	Material de Limpeza / Copa / Cozinha
3.4.01.01.008	Fotocópias e Autenticações
3.4.01.01.009	Associações e Sindicatos
3.4.01.01.010	Viagens e Estadias
3.4.01.01.011	Conservação e Manutenção De Móveis
3.4.01.01.012	Correspondências e Sedex
3.4.01.02	DESPESAS C/ PESSOAL
3.4.01.02.001	Salários e Ordenados
3.4.01.02.002	INSS
3.4.01.02.003	FGTS
3.4.01.02.004	13º Salário
3.4.01.02.005	Férias
3.4.01.02.006	Vale Transporte
3.4.01.02.007	Honorários da Diretoria
3.4.01.02.008	PIS S/ Folha De Pagamento
3.4.01.02.009	Horas Extras

(continua)

(continuação)

3.4.02	DESPESAS SOCIAIS
3.4.02.01	SERVS. ASSIST. TÉCNICA (RECICLAGEM COOPERADOS)
3.4.02.013.001	Mão de obra de instrutor;
3.4.02.01.002	Encargos sociais s/ remuneração instrutor;
3.4.02.01.003	Material de consumo;
3.4.02.01.004	Serviços de Terceiros;
3.4.02.01.005	Manutenção (água, luz, telefone)
3.4.02.01.006	Manutenção de equipamentos
3.4.02.01.007	Despesas de Depreciação
3.4.02.02	SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA
3.4.02.02.001	Mão de obra de instrutor;
3.4.02.02.002	Encargos sociais s/ remuneração instrutor;
3.4.02.02.003	Material de consumo;
3.4.02.02.004	Serviços de Terceiros;
3.4.02.02.005	Manutenção (água, luz, telefone)
3.4.02.02.006	Manutenção de equipamentos
3.4.02.02.007	Despesas de Depreciação
3.4.02.03	SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
3.4.02.03.001	Mão de obra de instrutor;
3.4.02.03.002	Encargos sociais s/ remuneração instrutor;
3.4.02.03.003	Material de consumo;
3.4.02.03.004	Serviços de Terceiros;
3.4.02.03.005	Manutenção (água, luz, telefone)
3.4.02.03.006	Manutenção de equipamentos
3.4.02.03.007	Despesas de Depreciação
3.4.02.04	ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.4.02.04.001	Médica
3.4.02.04.002	Odontológica
3.4.02.04.003	Farmacêutica
3.4.03	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS
3.4.03.01	OUTROS DESPESAS OPERACIONAIS
3.4.03.01.001	Contribuição Sindical
3.4.03.01.002	Depreciação
3.4.03.01.003	Contribuição Social S/ Lucro
3.4.04	RESULTADO FINANCEIRO
3.4.04.01	DESPESAS FINANCEIRAS
3.4.04.01.001	Bancárias
3.4.04.01.002	IOF
3.4.04.01.003	CPMF
3.4.04.01.004	Descontos Concedidos
3.4.04.01.005	Juros S/ Empréstimo / Financiamento

(continua)
(continuação)

3.4.04.02	RECEITAS FINANCEIRAS
3.4.04.02.001	Juros S/ Aplicações Financeiras
3.4.04.02.002	Descontos Obtidos
3.5	RESULTADO NÃO OPERACIONAL
3.5.01	RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS
3.5.01.01	DESPESAS NÃO OPERACIONAIS
3.5.01.01.001	Baixa Bens Ativo Imobilizado
3.5.01.01.002	Juros e Multas Diversas
3.5.01.02	RECEITA NÃO OPERACIONAL
3.5.01.02.001	Venda Bens Ativo Imobilizado
3.6	RESULTADO DO PERÍODO
3.6.01	RESULTADO DO PERÍODO
3.6.01.01	RESULTADO DO PERÍODO
3.6.01.01.001	Apuração Resultado do Período

O plano de contas apresentado sofreu algumas alterações em relação ao apresentado no capítulo anterior.

Tais alterações seguem as propostas de modificação de procedimentos e estrutura das demonstrações contábeis das cooperativas. São as seguintes alterações apresentadas:

- **Ativo Permanente:** foram criadas contas referentes ao imobilizado social, como já explicado, com a finalidade de se mostrar as aplicações sociais das cooperativas;
- **Passivo Circulante:** cria-se um grupo no passivo circulante específico para controle das transações dos cooperados através da cooperativa, assim o resultado de cooperados, que anteriormente era apurado na DRE junto com os da cooperativa, passa a ser apurado neste grupo;
- **Patrimônio Líquido:** criou-se, neste grupo, mais uma conta de RATES, ou seja, o grupo passou a ter a conta RATES com o saldo referente a numerários ainda não aplicados na cooperativa e a conta RATES REALIZADA referente aos recursos já aplicados na cooperativa, sendo

este geralmente com o saldo dos valores aplicados no ativo imobilizado, e as movimentações com receitas verifica-se através do DASMRR;

- **Nas contas de resultado:** o que se verifica neste grupo nada mais é do que a exclusão das contas referentes a Receitas e Custos diretamente ligadas aos cooperados, passando-se para o passivo, como já explicado, além de aparecer também no rol das contas de resultado um grupo específico para as despesas sociais da cooperativa.

Como complemento deste trabalho e levando em consideração as alterações previstas tanto nos procedimentos, como nas estruturas das demonstrações financeiras e inclusive as alterações do plano de contas apresentado, será feita a aplicação das propostas nas demonstrações contábeis de uma cooperativa de trabalho conforme se verá no próximo capítulo.

5 APLICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Como se sabe, o meio encontrado pela contabilidade para transmitir suas informações a seus usuários é através das demonstrações contábeis. O que se pretende neste capítulo é aplicar as propostas sugeridas neste estudo nas demonstrações contábeis de uma cooperativa de trabalho, de forma que seus usuários a visualizem realmente como uma cooperativa de trabalho, o seu lado social e também o seu funcionamento mostrado pela contabilidade em conformidade com a doutrina cooperativista.

5.1 Cooperativa de Trabalho a ser estudada

A aplicação das propostas será realizada nas demonstrações contábeis de uma cooperativa de trabalho situada na cidade de Rondonópolis, estado de Mato Grosso.

Os objetivos da cooperativa consistem fundamentalmente em:

I - Firmar contratos e convênios, em nome dos seus cooperados, com pessoas jurídicas de direito público, privado e inclusive pessoa física, para prestação de serviços inerentes àquelas entidades, inclusive a exploração de recursos naturais;

II - Organizar o quadro associativo, tendo em vista o seu desenvolvimento profissional e cooperativo;

III - Proceder a todos os atos que habilitem o ingresso e permanência da sociedade no mercado de prestação de serviços de natureza pública e privada, nos termos das legislações pertinentes;

IV - Processar, industrializar, comercializar e transportar os insumos necessários para execução das atividades dos seus cooperados;

V - Criar e manter um setor de compras em comum para aquisição e fornecimento dos insumos necessários ao exercício das atividades profissionais dos

seus cooperados, bem como de gêneros alimentícios e artigos para consumo pessoal e familiar;

VI – Promoção do Quadro Social para prestação de serviços de Engenharia.

O que se deve observar também é o fato de que a cooperativa de trabalho acima apresentada não opera com não cooperados, ou seja, todos os serviços prestados são realizados por cooperados desta cooperativa, fato este que exclui a possibilidade da existência de lucro, isentando-a de incidência de impostos.

A seguir serão apresentadas as Demonstrações Contábeis, aprovadas em Assembléia Geral, de conformidade com a NBC-T-10.8.

5.2 As Demonstrações Contábeis de conformidade com a Legislação em vigor

5.2.1 O Balanço Patrimonial – BP

QUADRO 16: Balanço Patrimonial da Cooperativa de Trabalho antes das Propostas

<u>COOPERATIVA DE TRABALHO X</u>		
<u>BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO</u>		
	2001	2002
ATIVO	472.153,67	584.468,56
<u>CIRCULANTE</u>	398.387,99	430.550,59
<u>DISPONÍVEL</u>	240.819,51	158.945,73
CAIXA.....	5.385,65	22,43
BANCOS C/ MOVIMENTO.....	235.433,86	104.106,57
BANCOS C/ APLICAÇÃO.....	0,00	54.816,73
<u>VALORES A RECEBER</u>	157.568,48	271.604,86
CLIENTES DIVERSOS.....	65.904,04	174.307,92
ADIANTAMENTOS DIVERSOS.....	91.664,44	97.296,94
<u>PERMANENTE</u>	73.765,68	153.917,97
<u>INVESTIMENTOS</u>	300,00	550,00
PARTICIPAÇÕES DIVERSAS.....	300,00	550,00
<u>IMOBILIZADO</u>	73.098,42	153.074,27
VEÍCULOS.....	140.400,00	170.700,00
MÁQUINAS E EQUIPS.....	18.000,00	100.345,50
MÓVEIS E UTENSÍLIOS.....	7.581,32	7.581,32
EQUIPAMS SEGURANÇA.....	804,98	804,98
(-)DEPREC. ACUMULADA.....	(93.687,88)	(126.357,53)
<u>DIFERIDO</u>	367,26	293,70
DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS.....	735,00	735,00
(-)AMORTIZAÇÃO.....	(367,74)	(441,30)

(continua)

(continuação)

PASSIVO	472.153,67	584.468,56
CIRCULANTE	99.587,15	148.233,65
FORNECEDORES DIVERSOS...	7.600,00	13.154,43
OBRIGAÇÕES SOCIAIS.....	89.559,77	101.522,10
IMPOSTOS A RECOLHER.....	7,22	156,44
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAM.....	0,00	23.110,10
OUTROS VALORES A PAGAR.....	2.420,16	10.290,58
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0,00	21.027,25
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAM.....	0,00	21.027,25
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	372.566,52	415.207,66
CAPITAL SOCIAL.....	12.192,00	21.249,60
RESERVAS DE CAPITAL.....	6.281,00	6.946,00
RATES.....	16.694,17	12.549,28
RESERVA LEGAL.....	150.394,33	151.542,85
RESERVA DE INVESTIMENTO.....	44.306,37	53.651,54
RESERVA PREVIDENCIÁRIA.....	9.420,51	9.640,96
RESERVA DE CAPITALIZAÇÃO.....	0,00	59.239,21
SOBRAS DO PERÍODO.....	133.278,14	100.388,22

Valores Expressos em Reais

5.2.2 A Demonstração das Sobras e Perdas – DSP

QUADRO 17: Demonstração das Sobras e Perdas da Cooperativa de Trabalho antes das Propostas

<u>COOPERATIVA DE TRABALHO X</u>		
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E PERDAS DO PERÍODO DE</u>		
<u>01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO</u>		
	2001	2002
INGRESSOS DE SERVIÇOS.....	2.185.946,90	2.289.372,62
(--) DISPÊNDIOS COM IMPOSTO S/ SERVIÇOS..	109.297,29	114.464,55
(=) INCREMENTOS LÍQUIDOS.....	2.076.649,61	2.174.908,07
(--) DISPÊNDIOS DE CUSTO DOS SERVIÇOS.....	1.761.412,49	1.897.094,37
(=) SOBRAS BRUTAS.....	315.237,12	277.813,70
(--) DISPÊNDIOS OPERACIONAIS.....	148.639,44	152.328,42
- ADMINISTRATIVAS.....	88.079,33	82.586,87
- COM PESSOAL.....	51.662,80	53.351,39
- FINANCEIRAS.....	7.694,04	15.207,59
- OUTRAS DESP. OPERACIONAIS.....	1.203,27	1.182,57
(=) SOBRAS ANTES DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS.	166.597,68	125.485,28
(--) RATES.....	16.659,77	12.548,53
(--) RESERVAS LEGAIS.....	16.659,77	12.548,53
(=) SOBRAS LÍQUIDAS À DISPOSIÇÃO ASSEMBLÉIA	133.278,14	100.388,22

Valores Expressos em Reais

5.2.3 A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR

QUADRO 18: Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos da Cooperativa de Trabalho antes das Propostas

<u>COOPERATIVA DE TRABALHO X</u>		
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS NO</u>		
<u>PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002</u>		
1) – ORIGENS		
• <u>Das Operações:</u>		
Sobras do Período.....	125.485,28	
Despesa com Depreciação e Amortização..	28.088,38	153.573,66
• <u>Dos Sócios:</u>		
Aumento de Capital.....	9.057,60	
Doações de Sócios.....	665,00	
Fundo de Capitalização.....	59.239,21	
Fundo Previdenciário.....	220,45	69.182,26
• <u>De Terceiros:</u>		
Empréstimo Longo Prazo.....		21.027,25
<u>TOTAL DAS ORIGENS.....</u>		243.783,17
2) APLICAÇÕES:		
Aquisição de Investimentos.....	250,00	
Aquisição Imobilizado-Veículos.....	30.300,00	
Aquisição Imobilizado- Máquinas e Equip	82.345,50	
Distribuição de Sobras.....	119.278,16	
Realização Fundos – FATES.....	16.693,41	
Realização Fundos – F. Reservas.....	11.400,00	260.267,07
<u>TOTAL DAS APLICAÇÕES.....</u>		260.267,07
<u>AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO CCL</u>		
<u>(Origens – Aplicações).....</u>		(16.483,90)

VARIAÇÃO DO CCL

DISCRIMINAÇÃO	<u>SALDO EM</u> <u>2001</u>	<u>SALDO EM</u> <u>2002</u>	<u>AUMENTO OU</u> <u>DIMINUIÇÃO</u> <u>DO CCL</u>
ATIVO CIRCULANTE	398.387,99	430.550,59	32.162,60
PASSIVO CIRCULANTE	99.587,15	148.233,65	48.646,50
CCL	298.800,84	282.316,94	(16.483,90)

Valores Expressos em Reais

5.2.4 A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

QUADRO 19: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL da Cooperativa de Trabalho antes das Propostas

COOPERATIVA DE TRABALHO X DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002									
	Capital Social	Reserva de Capital	Fates	Fundo de Reserva	Fundo de Invest.	Fundo Previdenciár.	Fundo Capitaliz.	Sobras à disposição Assembléia	Total
Saldos 31/12/2001	12.192,00	6.281,00	34,40	133.734,56	44.306,37	9.420,51	0,00	166.597,68	372.566,52
Aumento Capital									
- Integralização	9.057,60								9.057,60
Reservas Criados									
- Doações		665,00							665,00
- Reserva Capitaliz.							59.239,21		59.239,21
- Reserva Previdenc.						220,45			220,45
Realização Resv									
- Rates			(16.693,41)						(16.693,41)
- Reserva Legal				(11.400,00)					(11.400,00)
- Reserv Investimento					(4.654,83)				(4.654,83)
Sobras Período								125.485,28	125.485,28
Distrib. De Sobras								(119.278,16)	(119.278,16)
Tranf. p/ Reservas									
- Rates.....			16.659,76					(16.659,76)	0,00
- Reserva Legal.....				16.659,76				(16.659,76)	0,00
- Reserva Investim.....					14.000,00			(14.000,00)	0,00
Saldos 31/12/2002	21.249,60	6.946,00	0,75	138.994,32	53.651,54	9.640,96	59.239,21	125.485,28	415.207,66

Valores Expressos em Reais

5.3 As Demonstrações Contábeis Propostas neste Trabalho

As demonstrações a seguir apresentadas serão elaboradas em conformidade com as propostas de modificação dos procedimentos contábeis e das demonstrações contábeis, e para isso serão consideradas as seguintes observações:

- A título de taxa de administração retida pela cooperativa de seus cooperados um percentual de 10%, conforme se apresenta.
- A cooperativa não tem imobilizado social, por isso não aparecerá, tanto no balanço patrimonial, quanto na demonstração da movimentação social, valor específico deste grupo.

- Como já dito anteriormente, a cooperativa não opera com não-cooperados, assim na demonstração das sobras e perdas não aparecerá resultado com ato não cooperativo.
- A administração dos contratos de cooperados é feita por grupos de cooperados, ou seja, por contratos de prestação de serviços.
- Como já citado anteriormente, apesar de as propostas de alterações contidas neste trabalho serem passíveis de aplicação em vários tipos de cooperativa, as aplicações a seguir mostrarão os demonstrativos contábeis de uma cooperativa de trabalho.

5.3.1 O Balanço Patrimonial – BP

QUADRO 20: Balanço Patrimonial da Cooperativa de Trabalho após aplicação das propostas de alteração deste Trabalho

Valores expressos em Reais

COOPERATIVA DE TRABALHO X		
BALANÇO PATRIMONIAL DE 31 DE DEZEMBRO		
	2001	2002
ATIVO	472.153,67	584.468,56
<u>CIRCULANTE</u>	398.387,99	430.550,59
<u>DISPONÍVEL</u>	240.819,51	158.945,73
CAIXA.....	5.385,65	22,43
BANCOS C/ MOVIMENTO.....	235.433,86	104.106,57
BANCOS C/ APLICAÇÃO.....	0,00	54.816,73
<u>VALORES A RECEBER</u>	157.568,48	271.604,86
CLIENTES DIVERSOS.....	65.904,04	174.307,92
ADIANTAMENTOS DIVERSOS.....	91.664,44	97.296,94
<u>PERMANENTE</u>	73.765,68	153.917,97
<u>INVESTIMENTOS</u>	300,00	550,00
PARTICIPAÇÕES DIVERSAS.....	300,00	550,00
<u>IMOBILIZADO</u>	73.098,42	153.074,27
VEÍCULOS.....	140.400,00	170.700,00
MÁQUINAS E EQUIPS.....	18.000,00	100.345,50
MÓVEIS E UTENSÍLIOS.....	7.581,32	7581,32
EQUIPAMS SEGURANÇA.....	804,98	804,98
(-)DEPREC. ACUMULADA.....	(93.687,88)	(126.357,53)
<u>DIFERIDO</u>	367,26	293,70
DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS.....	735,00	735,00
(-)AMORTIZAÇÃO.....	(367,74)	(441,30)
<u>PASSIVO</u>	472.153,67	584.468,56

(continua)

(continuação)

<u>CIRCULANTE</u>	99.587,15	148.233,65
FORNECEDORES DIVERSOS...	7.600,00	13.154,43
OBRIGAÇÕES SOCIAIS.....	89.559,77	101.522,10
IMPOSTOS A RECOLHER.....	7,22	156,44
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAM.....	0,00	23.110,10
OUTROS VALORES A PAGAR.....	2.420,16	10.290,58
VALORES DE COOPERADOS A PAGAR	96.642,43	48.876,44
Excedentes de Cooperados a Pagar.	96.642,43	48.876,44
<u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u>	0,00	21.027,25
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAM.....	0,00	21.027,25
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	275.924,09	366.331,22
CAPITAL SOCIAL.....	12.192,00	21.249,60
RESERVAS DE CAPITAL.....	6.281,00	6.946,00
RATES.....	7.029,92	7.661,63
RATES REALIZADAS.....	0,00	0,00
RESERVA LEGAL.....	140.730,08	146.655,20
RESERVA DE INVESTIMENTO.....	44.306,37	53.651,54
RESERVA PREVIDENCIÁRIA.....	9.420,51	9.640,96
RESERVA DE CAPITALIZAÇÃO.....	0,00	59.239,21
SOBRAS DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA	55.964,21	61.287,08

Como se observa, o balanço patrimonial da cooperativa em questão é diferente de um balanço patrimonial de uma empresa comum, pois a diferença está justamente nas particularidades da doutrina cooperativista incluída nesta demonstração, assim pode-se dizer que se está observando o balanço patrimonial de uma sociedade cooperativa.

No passivo circulante do balanço patrimonial, observa-se a criação de um grupo, como já havíamos dito anteriormente. A título de explicação, mostraremos, a seguir, como foi apurado o valor constante no balanço patrimonial.

Como se observa analiticamente no plano de contas proposto, são diversas as contas que aparecem para formação do passivo circulante com cooperados, mas no balanço patrimonial aparece somente o valor de R\$ 96.642,43 (noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e três centavos) em 2001 e R\$ 48.876,44 (quarenta e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) em 2002 registrados na conta VALORES DE COOPERADOS A PAGAR (passivo circulante). Mas sua composição antes da apuração do resultado de cooperados, ou seja, se as contas estivessem apresentadas em um balancete, estariam assim dispostas:

C O N T A S	2001	2002
VALORES DE COOPERADOS A PAGAR	96.642,43	48.876,44
RECEITAS DE COOPERADOS	<u>2.185.946,90</u>	<u>2.289.372,62</u>
Serviços Prestados – DAE / Tratam. de Água/Esgoto	2.185.946,90	2.289.372,62
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA COOPERADOS	<u>(1.537.342,67)</u>	<u>(1.641.060,67)</u>
(-) Taxa de Administração da Cooperativa	(218.594,69)	(228.937,26)
(-) Impostos Antecipados	(109.297,29)	(114.464,55)
(-) Produção de Cooperados Antecipada	(1.209.450,69)	(1.297.658,86)
(-) CUSTOS E DESPESAS DE COOPERADOS	<u>(551.961,80)</u>	<u>(599.435,51)</u>
COM MATERIAIS APLICADOS	<u>(18.829,29)</u>	<u>(19.574,00)</u>
Material de Consumo	(9.827,05)	(11.048,58)
Uniformes	(8.077,50)	(6.283,50)
Equipamento de Segurança	(413,64)	(1.633,50)
Fretes e Carretos	(437,60)	(150,00)
Impostos e Taxas s/ aquisição	(73,50)	(458,42)
COM VEÍCULOS E MÁQUINAS UTILIZADOS	<u>(388.663,28)</u>	<u>(377.277,10)</u>
Peças e Reparos	(32.753,51)	(43.075,93)
Combustíveis e Lubrificantes	(116.152,10)	(97.869,41)
Despesas Legais	(344,92)	(4.990,25)
Locação de Veículos	(193.633,39)	(189.302,94)
Depreciação	(34.324,13)	(29.257,96)
Conservação e Limpeza	(559,00)	(240,14)
Seguros	(10.896,23)	(12.540,47)
COM COOPERADOS	<u>(144.469,23)</u>	<u>(202.584,41)</u>
Previdência dos Cooperados	(111.475,42)	(114.363,07)
Transporte	(5.842,00)	(5.407,35)
Assistência Médica	(3.557,62)	(734,18)
Alimentação	(10.889,08)	(9.511,75)
Seguros	(12.705,11)	(14.517,82)
Fundo de Capitalização	(0,00)	(58.050,24)
RESULTADO DE COOPERADOS	<u>(0,00)</u>	<u>(0,00)</u>
APURAÇÃO EXCEDENTE DE COOPERADOS	<u>(0,00)</u>	<u>(0,00)</u>
Apuração do Excedente de Cooperados	0,00	0,00
Excedentes de cooperados a Pagar	0,00	0,00

Valores Expressos em Reais

Observa-se no quadro anterior que as contas que compõem esse novo grupo estão todas com saldos e, verificando-se mais atentamente, a formação desses saldos dá a impressão de uma apuração de resultados. Esta é a intenção, ou seja, separa-se todos os valores referentes a receitas e despesas diretamente ligados aos cooperados e os lança no passivo circulante, onde as receitas de cooperados representam

obrigações da cooperativa e os custos e despesas de cooperados pagos pela cooperativa, como dedução deste passivo.

Logo, no encerramento do período contábil, deve-se também apurar estes resultados, de forma a apresentar no patrimônio da cooperativa se existem excedentes de cooperados a pagar. Normalmente esta conta estará com saldo zero, ou seja, geralmente as cooperativas de trabalho controlam os contratos de seus cooperados individualmente, assim o valor dos serviços do mesmo subtraídos dos custos, despesas e taxa de administração são reembolsados de imediato. Mas existem cooperativas em que este controle não é tão exato, pois geralmente é feito por contrato de grupos de cooperados. É inclusive o que acontece na cooperativa de trabalho em questão, dessa forma deverá existir um certo conservadorismo por parte dos dirigentes destas, o que fará, no mínimo, com que o saldo seja positivo.

Desta forma, a apuração dos saldos será feita transferindo-se os saldos das contas anteriormente especificadas no quadro para a conta APURAÇÃO DO EXCEDENTE DE COOPERADO, assim:

CONTAS	2001	2002
VALORES DE COOPERADOS A PAGAR	96.642,43	48.876,44
RECEITAS DE COOPERADOS	0,00	0,00
Serviços Prestados – DAE / Tratam. de Água/Esgoto	0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO DAS RECEITAS COOPERADOS	0,00	0,00
(-) Taxa de Administração da Cooperativa	0,00	0,00
(-) Impostos Antecipados	0,00	0,00
(-) Produção de cooperados antecipada	(1.209.450,69)	(1.297.658,86)
(-) CUSTOS E DESPESAS DE COOPERADOS		
COM MATERIAIS APLICADOS	0,00	0,00
Material de Consumo	0,00	0,00
Uniformes	0,00	0,00
Equipamento de Segurança	0,00	0,00
Frete e Carretos	0,00	0,00
Impostos e Taxas s/ aquisição	0,00	0,00
COM VEICULOS E MÁQUINAS UTILIZADOS	0,00	0,00
Peças e Reparos	0,00	0,00

(continua)

(continuação)

Combustíveis e Lubrificantes	0,00	0,00
Despesas Legais	0,00	0,00
Locação de Veículos	0,00	0,00
Depreciação	0,00	0,00
Conservação e Limpeza	0,00	0,00
Seguros	0,00	0,00
COM COOPERADOS	0,00	0,00
Previdência dos Cooperados	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Assistência Médica	0,00	0,00
Alimentação	0,00	0,00
Seguros	0,00	0,00
Fundo de Capitalização	0,00	0,00
RESULTADO DE COOPERADOS	96.642,43	48.876,44
APURAÇÃO EXCEDENTE DE COOPERADOS	96.642,43	48.876,44
Apuração do Excedente de Cooperados	1.306.093,12	1.346.535,30
Excedentes de cooperados a Pagar	0,00	0,00

Valores Expressos em Reais

E em seguida, faz-se o confronto da conta APURAÇÃO DO EXCEDENTE DE COOPERADOS com a conta PRODUÇÃO DE COOPERADOS ANTECIPADA; teremos o saldo da conta EXCEDENTE DE COOPERADOS A PAGAR:

C O N T A S	2001	2002
PASSIVO CIRCULANTE COM COOPERADOS	96.642,43	48.876,44
RESULTADO DE COOPERADOS	96.642,43	48.876,44
APURAÇÃO EXCEDENTE DE COOPERADOS	96.642,43	48.876,44
Antecipação de Sobras de Cooperados	()	0,00
Apuração do Excedente de Cooperados	0,00	0,00
Excedentes de cooperados a Pagar	96.642,43	48.876,44

Valores Expressos em Reais

Desta forma, o Balanço Patrimonial estará demonstrando o Patrimônio da cooperativa de trabalho realmente como ele está composto, ou seja, demonstrando-se no Patrimônio Líquido somente o que corresponde ao resultado da cooperativa e, no Passivo, o valor de propriedade dos cooperados que, por força do funcionamento da

cooperativa, ainda está em seu poder. E considerando ainda a questão do social, se houvesse nesta cooperativa alguma aplicação em ativo permanente social, estaria destacada, demonstrando assim esta aplicação.

5.3.2 A Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

A Demonstração do Resultado do Exercício desta cooperativa de trabalho, com a aplicação proposta, tendo em vista o já dito, que ela não opera com não cooperados, seria elaborada assim:

QUADRO 21: Demonstração do Resultado do Exercício da Cooperativa de Trabalho após aplicação das propostas de alteração deste trabalho

COOPERATIVA DE TRABALHO X				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
	ATO COOPERATIVO		ATO NÃO COOPERATIVO	
	2001	2002	2001	2002
Receita de Taxa Admin. Cooperados	218.594,69	228.937,26		
Receita Serviços de Não Cooperados			0,00	0,00
(-) Dedução Abatim. S/Receita ã Coop.			0,00	0,00
(=) Receitas Líquidas	218.594,69	228.937,26	0,00	0,00
(-) Custos Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) Sobras Brutas	218.594,69	228.937,26		
(=) Lucro Bruto			0,00	0,00
(-) Despesas Operacionais	148.639,44	152.328,42	0,00	0,00
▪ Administrativas	88.079,33	82.586,87	0,00	0,00
▪ Com Pessoal	51.662,80	53.351,39	0,00	0,00
▪ Financeiras	7.694,04	15.207,59	0,00	0,00
▪ Outras Despesas	1.203,27	1.182,57	0,00	0,00
(+) Outras Receitas Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) Sobras ou Perdas Operacionais	69.955,25	76.608,84		
(=) Lucros ou Prejuízos Operacionais			0,00	0,00
(+) Receitas não Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas não Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) Sobras ou Perdas antes das Provisões de Reservas	69.955,25	76.608,84		
(=) Resultado Antes do IR e CSLL			0,00	0,00
(-) Destinações Legais e Estatutárias				
▪ RATES	6.995,52	7.660,88		
▪ RESERVA LEGAL	6.995,52	7.660,88		

(continua)

(continuação)				
(-) Provisão p/ IR			0,00	0,00
(-) Provisão p/ CSLL			0,00	0,00
(=) Sobras ou Perdas à Disposição da Assembléia	55.964,21	61.287,08		
(=) Lucros ou Prejuízos do Período			0,00	0,00
Valores Expressos em Reais				

Como se observa, temos somente as contas de despesas operacionais subtraídas do valor das Receitas de taxa de administração de cooperados, pois, como se sabe, deve-se apresentar na demonstração do resultado das cooperativas além do resultado com não cooperados, que não é o nosso caso, o valor referente às suas operações normais com cooperados, ou seja, o valor correspondente aos “atos cooperativos”.

5.3.3 A Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos – DOAR

As alterações que serão apresentadas na DOAR são consequência das feitas anteriormente, ou seja, estas alterações são provocadas pelas modificações ocorridas no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Sobras e Perdas, como se pode ver:

QUADRO 22: Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos da Cooperativa de Trabalho após aplicação das propostas de alteração deste trabalho

COOPERATIVA DE TRABALHO X		
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DO PERÍODO		
DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002		
1) – ORIGENS		
• Das Operações:		
Sobras do Período.....	61.287,08	
Despesa com Depreciação e Amortização..	856,86	62.143,94
• Dos Sócios:		
Aumento de Capital.....	9.057,60	
Doações de Sócios.....	665,00	
Reserva de Capitalização.....	59.239,21	
Reserva Previdenciária	220,45	
Rates.....	7.660,88	
Reserva Legal.....	7.660,88	
Depreciação (lançadas c/c cooperados).....	27.231,52	111.735,54
(continua)		

(continuação)

• De Terceiros:		
Empréstimo Longo Prazo.....		<u>21.027,25</u>
TOTAL DAS ORIGENS.....		194.906,73
2) APLICAÇÕES:		
Aquisição de Investimentos.....	250,00	
Aquisição Imobilizado - Veículos.....	30.300,00	
Aquisição Imobilizado- Máquinas e Equip	82.345,50	
Distribuição de Sobras.....	41.964,21	
Realização – RATES.....	7.029,17	
Realização Reservas Legais.....	<u>1.735,76</u>	<u>163.624,64</u>
TOTAL DAS APLICAÇÕES.....		163.624,64
AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO CCL		
(Origens – Aplicações).....		31.282,09

MUTACÃO DO CCL

DISCRIMINAÇÃO	<u>SALDO EM 2001</u>	<u>SALDO EM 2002</u>	<u>AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO CCL</u>
ATIVO CIRCULANTE	398.387,99	430.550,59	32.162,60
PASSIVO CIRCULANTE	196.229,58	197.110,09	880,51
CCL	202.158,41	233.440,50	31.282,09

Valores Expressos em Reais

Como foi apresentado, as alterações ocorridas nesta demonstração nada mais são do que os efeitos provocados pelas modificações realizadas nas demonstrações anteriores.

5.3.4 A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Como se viu, a DMPL é a demonstração com função específica de informar as mudanças existentes no patrimônio líquido da cooperativa, e as modificações apresentadas são:

QUADRO 23: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Cooperativa de Trabalho após aplicação das Propostas de alterações deste Trabalho

COOPERATIVA DE TRABALHO X									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO PERÍODO DE									
01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002									
	Capital Social	Reserva de Capital	Rates	Reserva Legal	Reserva de Invest.	Reserv Previdenciár.	Reserva Capitaliz.	Sobras à disposição assembleia	Total
Saldos 31/12/2001	12.192,00	6.281,00	7.029,92	140.730,08	44.306,37	9.420,51	0,00	55.964,21	275.924,09
Aumento Capital									
- Integralização	9.057,60								9.057,60
Reservas Criados									
- Doações		665,00							665,00
- Reserva Capitaliz.							59.239,21		59.239,21
- Reserva Previdenc.						220,45			220,45
Realiz. Reservas									
- Rates			(7.029,17)						(7.029,17)
- Reserva Legal				(1.735,76)					(1.735,76)
- Reserv Investimento					(4.654,83)				(4.654,83)
Sobras Período								76.608,84	76.608,84
Distrib. de Sobras								(41.964,21)	(41.964,21)
Tranf. p/ Reservas									
- Rates.....			7.660,88					(7.660,88)	0,00
- Reserva Legal..				7.660,88				(7.660,88)	0,00
- Reserva Investim.....					14.000,00			(14.000,00)	0,00
Saldos 31/12/2002	21.249,60	6.946,00	7.661,63	146.655,20	53.651,54	9.640,96	59.239,21	61.287,08	366.331,22

Valores Expressos em Reais

Os valores constantes da DMPL apresentada em relação à realizada pela empresa, apresentada anteriormente, se modifica em função das alterações propostas por este trabalho, ou seja, o valor correspondente à prestação de serviços de cooperados que, na demonstração antiga, está embutido na DSP e conseqüentemente no Patrimônio Líquido, como vimos, foi retirado desta demonstração logo, os valores constantes do patrimônio líquido serão modificados.

5.3.5 A Demonstração das Aplicações Sociais e a Movimentação da RATES Realizada - DASMRR

Apresenta-se a seguir a DASMRR elaborada com os dados da Cooperativa de Trabalho apresentada que, após levantamento de dados, ficaram assim:

QUADRO 24: Demonstração das Aplicações Sociais e a Movimentação da RATES Realizada da Cooperativa de Trabalho após aplicação das propostas de alteração deste trabalho

COOPERATIVA DE TRABALHO X				
DEMONSTRAÇÃO DAS APLICAÇÕES SOCIAIS E A MOVIMENTAÇÃO DA RATES REALIZADA – DASMRR				
	COM A RATES		C/ OUTRAS FONTES	
ORIGEM DOS RECURSOS – 1ª Parte	2001	2002	2001	2002
Saldo Inicial	12.318,88	7.029,92		
(+) Transferência da Conta RATES do Período				
• Recursos resultantes das operações da cooperativa com não cooperados;				
• Recursos resultantes da aplicação do percentual aprovado em assembléia com destinação ao RATES (mínimo é 5% dos resultados da cooperativa);	6.995,52	7.660,88		
(+) Recursos oriundos de outras fontes;				
• De cooperados			0,00	9.664,24
(=) Total das Origens dos Recursos – 1ª Parte	19.314,40	14.690,80	0,00	9.664,24
APLICAÇÃO EM ATIVIDADES SOCIAIS – 2ª Parte	2001	2002	2001	2002
DESPESAS SOCIAIS				
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA				
Serviços Assist.Técnica (Reciclagem Cooperados)				
• Material de consumo;	1.020,00			
• Serviços de Terceiros;	1.636,00			
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL				
Serviços de Educação Cooperativista				
Serviços de Educação				
• Mão de obra de instrutor e encargos;		2.607,40		3.585,00
• Material de consumo;		737,10		1.013,27
• Serviços de Terceiros;		561,50		772,00
• Viagens e estadias				513,70
• Gastos Indiretos ;				
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Alimentação de cooperados	9.628,48	3.123,17		3.780,27
(=) Total da Aplicação em atividades sociais – 2ª Parte	12.284,48	7.029,17	0,00	9.664,24
(=) Saldo Final (Total 1ª Parte – Total 2ª Parte)	7.029,92	7.661,63	0,00	0,00
APLICAÇÃO NO IMOBILIZADO SOCIAL – 3ª Parte				
IMOBILIZADO SOCIAL				
(=) Total das Aplicações no Imobilizado Social				

Fonte: Adaptado de Pereira (1993, p.277) e Arrigoni (2000, p.177)

Como se pode observar, a demonstração anterior (quadro 24) mostra o quanto de recursos foi aplicado na área social da cooperativa, subdividido em tipos de recursos e tipos de aplicação, ou seja, o quanto através da RATES e o quanto através de outros recursos, e também se em despesas ou investimentos em ativo imobilizado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Só descobrindo a finalidade do surgimento das cooperativas é que se pode entender que realmente se trata de uma sociedade diferente, verificar o seu funcionamento e observar o erro que se comete junto a elas.

Sabe-se que o seu surgimento não depende da vontade de uma ou duas pessoas, e sim da necessidade de um grupo de pessoas e, o mais importante, geralmente necessidade econômica deste grupo de pessoas, por exemplo: necessidade financeira devido ao desemprego, aquisição de alimentos ou bens de uso a ser adquirido a preço menor, dificuldades de colocação de produtos ou produção no mercado a preços justos, dentre outros.

Se existem necessidades econômicas deste grupo de pessoas, e se a união delas em uma sociedade vem suprimindo estas necessidades, não se pode colocar o produto principal desta união como benefício dessa sociedade, e sim das pessoas que estão satisfazendo suas necessidades.

Desta forma, quando se diz que estão cometendo erros quanto ao tratamento contábil dessas sociedades, trata-se justamente dos registros dos fatos mencionados nos capítulos 4 e 5. O grande problema, como se observou e que inclusive é o ponto principal deste trabalho, está relacionado com a questão das Receitas, Despesas e Custos hoje contabilizados na cooperativa, como se viu, de forma incorreta.

Esta dissertação abordou um problema que tem sido vivido pelas cooperativas no Brasil, principalmente pelas cooperativas de trabalho, que poderia ser resolvido com a correta utilização dos princípios fundamentais de contabilidade.

Apesar de a pesquisa realizada estar limitada, quanto à sua aplicação prática, às cooperativas de trabalho, acredita-se que a solução sugerida possa ser aplicada a outros tipos de cooperativas, dando assim oportunidade para novos estudos a respeito.

Com o intuito de atingir os objetivos deste trabalho, que dizem respeito a discutir e conceituar as Receitas, Despesas e Custos das sociedades cooperativas, de seu tratamento contábil e inclusive propor alterações, apresenta-se, no capítulo 2, uma abordagem do cooperativismo no sentido histórico, doutrinário, tipos e estatísticas de evolução, além de trazer também a apresentação da Cooperativa de Trabalho. Este assunto torna-se importante, tendo em vista que, para realizar o estudo proposto, é imprescindível conhecer as particularidades e o funcionamento deste tipo de sociedade.

Outro tópico importante mencionado naquele capítulo diz respeito ao entendimento dos ATOS COOPERATIVOS e ATOS NÃO COOPERATIVOS das sociedades cooperativas, assunto esse importante para o prosseguimento da pesquisa no capítulo 3, pois não se poderia definir RECEITAS de uma sociedade cooperativa sem o entendimento desses termos.

No capítulo 3, há uma abordagem da contabilidade tanto no aspecto histórico, conceitual e teórico, além de uma retrospectiva de como vem sendo utilizado o sistema contábil neste tipo de sociedade. A finalidade deste capítulo foi trazer o embasamento teórico contábil para as propostas de modificações deste trabalho, e ainda conseguir verificar o tratamento contábil que as sociedades cooperativas vêm recebendo.

O apresentado no capítulo 4, amparado nas teorias dos capítulos 2 e 3, iniciou a etapa em que se procurou atingir os objetivos deste trabalho, ou seja, apresentaram-se, neste capítulo, as definições de Receita, Despesas e Custos das cooperativas, seguidos de algumas propostas de modificação, em conformidade com os fatos que ocorrem nas cooperativas, levando em consideração os aspectos doutrinários e teóricos contábeis.

O importante não foram só as definições apresentadas no parágrafo anterior, mas sim a distinção quanto à parte que pertence à cooperativa realmente com a do cooperado. Pois apenas através destas definições e diferenciações é que se pôde criar realmente as propostas de modificação de procedimentos contábeis e conseqüentemente das estruturas das demonstrações contábeis a ponto de modificar o

entendimento dos usuários das informações contábeis destas sociedades quanto ao seu funcionamento.

As sociedades cooperativas até o momento, inclusive após a aprovação da NBC-T-10.8, que realmente traz algumas alterações para a contabilidade dessas sociedades, continuam apresentando suas informações relativas à contabilidade no mesmo formato das empresas de capital, fato contestado nesta pesquisa, por não achar correto uma sociedade que tem, como via de regra, não ter fins lucrativos e com os objetivos sociais, apresentar seu resultado apurado da mesma forma como se apura o resultado de uma empresa de capital, distinguindo-se somente pelas terminologias próprias.

Mas, com a apresentação deste trabalho, e depois de observadas as aplicações das propostas de modificações de procedimentos e estruturas das demonstrações contábeis contidas no capítulo 5, pode-se considerar que as cooperativas passarão a ter um tratamento contábil próprio, que permite realizar a distribuição correta das receitas, assim como determinar suas despesas e custos com a identificação da parte que cabe aos cooperados.

Com isso, as cooperativas passam a ter os princípios fundamentais de contabilidade aplicados de forma coerente quanto ao seu relacionamento de forma diferenciada com seus cooperados e inclusive tendo agora a possibilidade de apurar o verdadeiro Resultado da cooperativa e dos cooperados em separado, demonstrando-os em seu patrimônio de forma nítida.

7 BIBLIOGRAFIA

ALDIR, Mattei *et al.* As contradições no cooperativismo *Perspectiva Econômica*. São Leopoldo: Unisinos, 1995.

ARRIGONI, Fernando José. *Desclosure das Aplicações Sociais da sociedade cooperativa e sua contribuição à elaboração do Balanço Social*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2000. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

BENATO, João Vitorino. *O ABC do cooperativismo*. São Paulo: OCESP-SESCOOP/SP, 2002.

_____. *Como organizar o quadro Social das Cooperativas*. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2002.

_____. *Administração de Materiais em Cooperativas*. São Paulo: OCESP, 1993.

_____. *Cooperativismo de Trabalho, o gigante acorda*. São Paulo: OCESP, 1997.

_____. *Atos e Fatos Contábeis nas Sociedades Cooperativas*. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2000.

_____. *O Conselho Fiscal e a Auto Gestão (Início, Meio e Fim)*. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2002.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. “A nova empresa cooperativa. Agroanalysis”. *Revista de Economia Agrícola da FGV*. São Paulo, v.18, n.1, p.48, jan 1998.

BRASIL. *Consolidação das Leis do Trabalho*. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva, com colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. 25^a. ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva, com colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. 22^a. ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. *Decreto -lei nº 22.232 de 19 de dezembro de 1932*. In: POLONIO, Wilson Alves. *Manual das Sociedades Cooperativas*. 3^a ed., São Paulo: Atlas, 2001, p.54.

_____. *Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971*. In: OCB - Organização das Cooperativas do Brasil. Pesquisa no site <www.ocb.org.br> efetuada em agosto de 2002.

_____. *Lei 6.404 de 16 de dezembro de 1976*. In: FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, FEA/USP. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (Aplicáveis às demais Sociedades)*. Diretor responsável

Sérgio de Iudícibus, coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2000.

CASTRO, Valdomiro S. B., “A Cooperativa de Trabalho sob uma nova Visão” Artigo, 1998. Visita ao site <www.ideccop.org.br> em 26/10/2002 às 21h36.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. *Conceito, Conteúdo, Estrutura, e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis*. NBC-T- 3. Pesquisa no site <www.cfc.org.br/legislação> em janeiro/2003.

_____. *Da Avaliação Patrimonial*. NBC-T-4. Pesquisa no site <www.cfc.org.br/legislação> em janeiro/2003.

_____. *Da Divulgação das Demonstrações Contábeis*. NBC-T-6. Pesquisa no site <www.cfc.org.br/legislação> em janeiro/2003.

_____. *Entidades Cooperativas*. NBC-T-10.8. Pesquisa no site <www.cfc.org.br/legislação> em janeiro/2003.

_____. *Princípios Fundamentais de Contabilidade*. Resolução CFC nº 750 de 29 de dezembro de 1993.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. *Como organizar e Administrar uma Cooperativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DERKOSKI, João Luiz. *Administração de Cooperativas*. Cuiabá: OCEMAT/DENACOOB, 1998.

FERRARI, Irany. *Cooperativas de Trabalho – Existência Legal*. São Paulo: LTR, 1999.

FETRABALHO RJ – Sindicato das Cooperativas de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro. *Recomendação nº 127 – OIT*. Pesquisa no site <www.fetrabalhorj.org.br> realizada em agosto de 2002.

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, FEA/USP. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (Aplicáveis às demais Sociedades)*. Diretor responsável Sérgio de Iudícibus, coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2000.

FRANCO, Hilário. *Contabilidade Geral*. 23ª ed., São Paulo: Atlas, 1997.

_____. *A evolução dos princípios contábeis no Brasil*. São Paulo, Atlas: 1988.

GOMES, Josir Simeone. *Um Estudo Exploratório sobre Controle Gerencial em Empresas Estatais Brasileiras*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 1983. COPPEAD – Universidade Federal do Rio de Janeiro

HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDÁ, Michael F., *Teoria da Contabilidade*. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Visita ao site: <<http://www.ibge.net/home/presidencia/noticias/21112002pme.shtm>> em 28/02/2003 às 16h54.

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. *Princípios Contábeis*. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 1994.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Manual para Cooperativa de Consumo – Plano de Padronização Contábil para as Cooperativas Brasileiras-Plancoop*. BRASÍLIA-DF, 1973.

IRION, João Eduardo Oliveira. *Cooperativismo e economia social*. São Paulo: Editora STS, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 6ª edição São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos. *Introdução à Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Contabilidade Comercial*. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 1987.

LAIDLAW, A. F. *As cooperativas no ano 2000*: relatório da Aliança Cooperativa Internacional - ACI. 2. ed. S.I. OCEMG, 1980.

LAMBERT, Paul. *La Doutrine Cooperative*. Bruxelas, 1959.

LIMA, Reginaldo Ferreira, *Resumo sobre os aspectos do tratamento tributário da atuação das sociedades cooperativas*. Material de Palestra, Rio de Janeiro, 1999.

MACHADO, Plínio Antonio. *Comentários à Lei do Cooperativismo*. São Paulo: Unidas, 1975.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Básica*. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 1994.

MICHELS, Valdir, *Contabilidade e gestão em cooperativas de produção agrícola*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 1995. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

_____. *Uma Contribuição à Análise dos Princípios de Administração Financeira Aplicados a Sociedades Cooperativas de Produção Agrícola*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2000. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

OCB - Organização das Cooperativas do Brasil. Pesquisa no site <www.ocb.org.br>, em 28/01/2003, às 17h40.

OCB/SESCOOP. *Ofício Circular nº P0002/2002 – Referente divulgação da publicação da Resolução CFC 920/01 com aprovação da NBC-10.8*. Pesquisa feita no site: <www.OCB.org.br>, dia 03/11/2002 às 22h18.

OCEMAT - Organização das Cooperativas do Estado de Mato Grosso. *Manual Interativo para constituição de cooperativas*. Cuiabá, 1998.

OCESC - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. *O cooperativismo ao alcance de todos*. 2ª ed. Florianópolis, 1996.

OCESP - Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo, *A Estrutura do Cooperativismo*. Pesquisa no site <www.ocesp.org.br> em 28/01/2003 às 19h20.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Manual de Gestão das Cooperativas-Uma abordagem prática*. São Paulo: Atlas, 2001.

PADILHA, Draúzio Leme. *Sociedades cooperativas*. São Paulo: Atlas, 1966.

PEREIRA, Anísio Candido, *Contribuição à Análise e Estruturação das Demonstrações Financeiras das Sociedades Cooperativas Brasileiras*. Tese de Doutorado. São Paulo, 1993. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

PEREIRA, Armand F. *Cooperativas: Mudanças, Oportunidades e Desafios*, Artigo, Brasília: Distribuição OIT, 2001.

PERES JÚNIOR, José Hernandez & BEGALLI, Glauco Antonio. *Elaboração das Demonstrações Contábeis*. São Paulo: Atlas, 1999.

PINHEIRO, Fábio Araújo. O postulado do Usuário: Incentivo ao desenvolvimento da Teoria da Contabilidade e do Contabilista, Artigo. *Caderno de Estudos da FIPECAFI*. São Paulo: FIPECAFI, v. 9, nº 16, p. 59-65, 1997.

PINHO, Diva Benevides. *Dicionário de Cooperativismo*. São Paulo: E. Dotto Garcia Ltda. Editores, 1961.

_____. *Que é cooperativismo*. São Paulo: Ed. Buriti, 1966.

_____. *Economia e cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro in: *Manual de Cooperativismo*, vol. 1, São Paulo: CNPq, 1982.

_____. *A empresa Cooperativa: Análise social, financeira e contábil*. São Paulo: Coopercultura, 1986.

PINHO, Diva Benevides, AMARAL, Cicely Moitinho. *Cooperativas brasileiras de trabalho: atividade solidária, criação de emprego e qualidade de vida*. São Paulo: FAPESP/UNIMED do Brasil/IPE/FIPE, 1993.

POLONIO, Wilson Alves. *Manual das Sociedades Cooperativas*. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2001.

QUEIROZ, Carlos Alberto Ramos Soares de. *Manual da Cooperativa de Serviços e Trabalho*. 6ª ed., São Paulo: Editora STS, 2000.

RIBEIRO, Osni Moura. *Contabilidade Básica – Fácil*. 21ª ed., São Paulo: Saraiva, 1997.

RICCIARDI, Luiz, *Cooperativismo: Uma solução para os problemas atuais*. Brasília: OCB, 1990.

ROLLEMBERG, Márcia e outros. *Cooperativismo*. Brasília: OCB, 1996.

SACRAMENTO, Célia Oliveira de Jesus. O Ensino de Teoria da Contabilidade no Brasil. Artigo. *Caderno de Estudos FIECAFI*. São Paulo: FIECAFI, v. 10, nº 18, 1998.

SILVA FILHO, Cícero Virgulino. “*Cooperativa de Trabalho*”. São Paulo: Atlas, 2002.

SMITH, Lynn. *Sociologia de la vida rural*, trad. Esp., 1960.

TESCH, Walter, *Cooperativismo de trabalho como alternativa ao desemprego*. São Paulo: Idecoop, 1996.

ANEXO A Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971

Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971

Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Política Nacional de Cooperativismo

Art. 1º Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma desta Lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

Parágrafo único. A ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas.

CAPÍTULO II

Das Sociedades Cooperativas

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas -partes;

III - limitação do número de quotas -partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inaccessibilidade das quotas -partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

CAPÍTULO III

Do Objetivo e Classificação das Sociedades Cooperativas

Art. 5º As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.

Parágrafo único. É vedado às cooperativas o uso da expressão "Banco".

Art. 6º As sociedades cooperativas são consideradas:

I - singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;⁽¹⁾

II - cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;⁽²⁾

III - confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.⁽³⁾

§ 1º Os associados individuais das cooperativas centrais e federações de cooperativas serão inscritos no Livro de Matrícula da sociedade e classificados em grupos visando à transformação, no futuro, em cooperativas singulares que a elas se filiarão.

§ 2º A exceção estabelecida no item II, in fine, do caput deste artigo não se aplica às centrais e federações que exerçam atividades de crédito.

Art. 7º As cooperativas singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados.

Art. 8º As cooperativas centrais e federações de cooperativas objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

Parágrafo único. Para a prestação de serviços de interesse comum, é permitida a constituição de cooperativas centrais, às quais se associem outras cooperativas de objetivo e finalidades diversas.

Art. 9º As confederações de cooperativas têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações.

Art. 10. As cooperativas se classificam também de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados.

§ 1º Além das modalidades de cooperativas já consagradas, caberá ao respectivo órgão controlador apreciar e caracterizar outras que se apresentem. (não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)

§ 2º Serão consideradas mistas as cooperativas que apresentarem mais de um objeto de atividades.

§ 3º Somente as cooperativas agrícolas mistas poderão criar e manter seção de crédito.

Art. 11. As sociedades cooperativas serão de responsabilidade limitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade se limitar ao valor do capital por ele subscrito.

Art. 12. As sociedades cooperativas serão de responsabilidade ilimitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade for pessoal, solidária e não tiver limite.

Art. 13. A responsabilidade do associado para com terceiros, como membro da sociedade, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da cooperativa.

CAPÍTULO IV

Da Constituição das Sociedades Cooperativas

Art. 14. A sociedade cooperativa constitui-se por deliberação da Assembléia Geral dos fundadores, constantes da respectiva ata ou por instrumento público.

Art. 15. O ato constitutivo, sob pena de nulidade, deverá declarar:

I - a denominação da entidade, sede e objeto de funcionamento;

II - o nome, nacionalidade, idade, estado civil, profissão e residência dos associados, fundadores que o assinaram, bem como o valor e número da quota-parte de cada um;

III - aprovação do estatuto da sociedade;

IV - o nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos associados eleitos para os órgãos de administração, fiscalização e outros.

Art. 16. O ato constitutivo da sociedade e os estatutos, quando não transcritos naquele, serão assinados pelos fundadores.

SEÇÃO I

Da Autorização de Funcionamento

Art. 17. A cooperativa constituída na forma da legislação vigente apresentará ao respectivo órgão executivo federal de controle, no Distrito Federal, Estados ou Territórios, ou ao órgão local para isso credenciado, dentro de 30 (trinta) dias da data da constituição, para fins de autorização, requerimento acompanhado de 4 (quatro) vias do ato constitutivo, estatuto e lista nominativa, além de outros documentos considerados necessários. (não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)

Art. 18. Verificada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrada em seu protocolo, pelo respectivo órgão executivo federal de controle ou órgão local para isso credenciado, a existência de condições de funcionamento da cooperativa em constituição, bem como a regularidade da documentação apresentada, o órgão controlador devolverá, devidamente autenticadas, 2 (duas) vias à cooperativa, acompanhadas de documento dirigido à Junta Comercial do Estado, onde a entidade estiver sediada, comunicando a aprovação do ato constitutivo da requerente.

§ 1º Dentro desse prazo, o órgão controlador, quando julgar conveniente, no interesse do fortalecimento do sistema, poderá ouvir o Conselho Nacional de Cooperativismo, caso em que não se verificará a aprovação automática prevista no parágrafo seguinte.

§ 2º A falta de manifestação do órgão controlador no prazo a que se refere este artigo implicará a aprovação do ato constitutivo e o seu subsequente arquivamento na Junta Comercial respectiva.

§ 3º Se qualquer das condições citadas neste artigo não for atendida satisfatoriamente, o órgão ao qual compete conceder a autorização dará ciência ao requerente, indicando as exigências a serem cumpridas no prazo de 60 (sessenta) dias, findos os quais, se não atendidas, o pedido será automaticamente arquivado.

§ 4º À parte é facultado interpor da decisão proferida pelo órgão controlador, nos Estados, Distrito Federal ou Territórios, recurso para a respectiva administração central, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contado da data do recebimento da comunicação e, em segunda e última instância, ao Conselho Nacional de Cooperativismo, também no prazo de 30 (trinta) dias, exceção feita às cooperativas de crédito, às seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas, e às cooperativas habitacionais, hipótese em que o recurso será apreciado pelo Conselho Monetário Nacional, no tocante às duas primeiras, e pelo Banco Nacional de Habitação em relação às últimas.

§ 5º Cumpridas as exigências, deverá o despacho do deferimento ou indeferimento da autorização ser exarado dentro de 60 (sessenta) dias, findos os quais, na ausência de decisão, o requerimento será considerado deferido. Quando a autorização depender de dois ou mais órgãos do Poder Público, cada um deles terá o prazo de 60 (sessenta) dias para se manifestar. (não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)

§ 6º Arquivados os documentos na Junta Comercial e feita a respectiva publicação, a cooperativa adquire personalidade jurídica, tornando-se apta a funcionar.

§ 7º A autorização caducará, independentemente de qualquer despacho, se a cooperativa não entrar em atividade dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da data em que forem arquivados os documentos na Junta Comercial.

§ 8º Cancelada a autorização, o órgão de controle expedirá comunicação à respectiva Junta Comercial, que dará baixa nos documentos arquivados.

§ 9º A autorização para funcionamento das cooperativas de habitação, das de crédito e das seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas subordina-se ainda, à política dos respectivos órgãos normativos.

§ 10. A criação de seções de crédito nas cooperativas agrícolas mistas será submetida à prévia autorização do Banco Central do Brasil. (não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)

Art. 19. A cooperativa escolar não estará sujeita ao arquivamento dos documentos de constituição, bastando remetê-los ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ou respectivo órgão local de controle, devidamente autenticados pelo diretor do estabelecimento de ensino ou a maior autoridade escolar do município, quando a cooperativa congregar associações de mais de um estabelecimento de ensino. (não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)

Art. 20. A reforma de estatutos obedecerá, no que couber, ao disposto nos artigos anteriores, observadas as prescrições dos órgãos normativos.

SEÇÃO II

Do Estatuto Social

Art. 21. O estatuto da cooperativa, além de atender ao disposto no artigo 4º, deverá indicar:

I - a denominação, sede, prazo de duração, área de ação, objeto da sociedade, fixação do exercício social e da data do levantamento do balanço geral;

II - os direitos e deveres dos associados, natureza de suas responsabilidades e as condições de admissão, demissão, eliminação e exclusão e as normas para sua representação nas assembleias gerais;

III - o capital mínimo, o valor da quota-parte, o mínimo de quotas-partes a ser subscrito pelo associado, o modo de integralização das quotas-partes, bem como as condições de sua retirada nos casos de demissão, eliminação ou de exclusão do associado;

IV - a forma de devolução das sobras registradas aos associados, ou do rateio das perdas apuradas por insuficiência de contribuição para cobertura das despesas da sociedade;

V - o modo de administração e fiscalização, estabelecendo os respectivos órgãos, com definição de suas atribuições, poderes e funcionamento, a representação ativa e passiva da sociedade em juízo ou fora dele, o prazo do mandato, bem como o processo de substituição dos administradores e conselheiros fiscais;

VI - as formalidades de convocação das assembleias gerais e a maioria requerida para a sua instalação e validade de suas deliberações, vedado o direito de voto aos que nelas tiverem interesse particular sem privá-los da participação nos debates;

VII - os casos de dissolução voluntária da sociedade;

VIII - o modo e o processo de alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade;

IX - o modo de reformar o estatuto;⁽⁴⁾

X - o número mínimo de associados.

CAPÍTULO V

Dos Livros

Art. 22. A sociedade cooperativa deverá possuir os seguintes livros:

- I - de Matrícula;
- II - de Atas das Assembléias Gerais;
- III - de Atas dos Órgãos de Administração;
- IV - de Atas do Conselho Fiscal;
- V - de presença dos Associados nas Assembléias Gerais;
- VI - outros, fiscais e contábeis, obrigatórios.

Parágrafo único. É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas.

Art. 23. No Livro de Matrícula, os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- I - o nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;
- II - a data de sua admissão e, quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão;
- III - a conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social.

CAPÍTULO VI

Do Capital Social

Art. 24. O capital social será subdividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário mínimo vigente no País.

§ 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao movimento financeiro do cooperado ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados, ou ainda, em relação à área cultivada ou ao número de plantas e animais em exploração.

§ 2º Não estão sujeitas ao limite estabelecido no parágrafo anterior as pessoas jurídicas de direito público que participem de cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicações.

§ 3º É vedado às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada.⁽⁵⁾

Art. 25. Para a formação do capital social poder-se-á estipular que o pagamento das quotas-partes seja realizado mediante prestações periódicas, independentemente de chamada, por meio de contribuições ou outra forma estabelecida a critério dos respectivos órgãos executivos federais.

Art. 26. A transferência de quotas-partes será averbada no Livro de Matrícula, mediante termo que contere as assinaturas do cedente, do cessionário e do diretor que o estatuto designar.

Art. 27. A integralização das quotas-partes e o aumento do capital social poderão ser feitos com bens avaliados previamente e após homologação em Assembléia Geral ou mediante retenção de determinada porcentagem do valor do movimento financeiro de cada associado.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às cooperativas de crédito, às agrícolas mistas com seção de crédito e às habitacionais.

§ 2º Nas sociedades cooperativas em que a subscrição de capital for diretamente proporcional ao movimento ou à expressão econômica de cada associado, o estatuto deverá prever sua revisão periódica para ajustamento às condições vigentes.

CAPÍTULO VII

Dos Fundos

Art. 28. As cooperativas são obrigadas a constituir:

I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas

atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;

II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

§ 1º Além dos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

§ 2º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

CAPÍTULO VIII

Dos Associados

Art. 29. O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto, ressalvado o disposto no artigo 4º, item I, desta Lei.

§ 1º A admissão dos associados poderá ser restrita, a critério do órgão normativo respectivo, às pessoas que exerçam determinada atividade ou profissão, ou estejam vinculadas a determinada entidade.

§ 2º Poderão ingressar nas cooperativas de pesca e nas constituídas por produtores rurais ou extrativistas, as pessoas jurídicas que pratiquem as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas associadas.

§ 3º Nas cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicações, poderão ingressar as pessoas jurídicas que se localizem na respectiva área de operações.

§ 4º Não poderão ingressar no quadro das cooperativas os agentes de comércio e empresários que operem no mesmo campo econômico da sociedade.

Art. 30. À exceção das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito, a admissão de associados, que se efetive mediante aprovação de seu pedido de ingresso pelo órgão de administração, complementase com a subscrição das quotas-partes de capital social e a sua assinatura no Livro de Matrícula.

Art. 31. O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a cooperativa, perde o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego.

Art. 32. A demissão do associado será unicamente a seu pedido.

Art. 33. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou por fato especial previsto no estatuto, mediante termo firmado por quem de direito no Livro de Matrícula, com os motivos que a determinaram.

Art. 34. A diretoria da cooperativa tem o prazo de 30 (trinta) dias para comunicar ao interessado a sua eliminação.

Parágrafo único. Da eliminação cabe recurso, com efeito suspensivo à primeira Assembléia Geral.

Art. 35. A exclusão do associado será feita:

I - por dissolução da pessoa jurídica;

II - por morte da pessoa física;

III - por incapacidade civil não suprida;

IV - por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa.

Art. 36. A responsabilidade do associado perante terceiros, por compromissos da sociedade, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos até quando aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento.

Parágrafo único. As obrigações dos associados falecidos, contraídas com a sociedade, e as oriundas de sua responsabilidade como associado em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano contado do dia da abertura da sucessão, ressalvados os aspectos peculiares das cooperativas de eletrificação rural e habitacionais.

Art. 37. A cooperativa assegurará a igualdade de direitos dos associados sendo-lhe defeso:

I - remunerar a quem agencie novos associados;

II - cobrar prêmios ou ágio pela entrada de novos associados ainda a título de compensação das reservas;

III - estabelecer restrições de qualquer espécie ao livre exercício dos direitos sociais.

CAPÍTULO IX

Dos Órgãos Sociais

SEÇÃO I

Das Assembléias Gerais

Art. 38. A Assembléia Geral dos associados é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 1º As Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em primeira convocação, mediante editais afixados em locais apropriados das dependências comumente mais freqüentadas pelos associados, publicação em jornal e comunicação aos associados por intermédio de circulares. Não havendo no horário estabelecido, quorum de instalação, as assembléias poderão ser realizadas em segunda ou terceira convocações desde que assim permitam os estatutos e conste do respectivo edital, quando então será observado o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação.

§ 2º A convocação será feita pelo Presidente, ou por qualquer dos órgãos de administração, pelo Conselho Fiscal, ou após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

§ 3º As deliberações nas Assembléias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito de votar.

Art. 39. É da competência das Assembléias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, a destituição dos membros dos órgãos de administração ou fiscalização.

Parágrafo único. Ocorrendo destituição que possa afetar a regularidade da administração ou fiscalização da entidade, poderá a Assembléia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 40. Nas Assembléias Gerais o quorum de instalação será o seguinte:

I - 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;

II - metade mais 1 (um) dos associados em segunda convocação;

III - mínimo de 10 (dez) associados na terceira convocação ressalvado o caso de cooperativas centrais e federações e confederações de cooperativas, que se instalarão com qualquer número.

Art. 41. Nas Assembléias Gerais das cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, a representação será feita por delegados indicados na forma dos seus estatutos e credenciados pela diretoria das respectivas filiadas.⁽⁶⁾

Parágrafo único. Os grupos de associados individuais das cooperativas centrais e federações de cooperativas serão representados por 1 (um) delegado, escolhida entre seus membros e credenciado pela respectiva administração.

Art. 42. Nas cooperativas singulares, cada associado presente não terá direito a mais de 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes. *(Redação dada ao caput e §§ pela Lei nº 6.981, de 30/03/82)*⁽⁷⁾

§ 1º Não será permitida a representação por meio de mandatário.

§ 2º Quando o número de associados, nas cooperativas singulares exceder a 3.000 (três mil), pode o estatuto estabelecer que os mesmos sejam representados nas Assembléias Gerais por delegados que tenham a qualidade de associados no gozo de seus direitos sociais e não exerçam cargos eletivos na sociedade.

§ 3º O estatuto determinará o número de delegados, a época e forma de sua escolha por grupos seccionais de associados de igual número e o tempo de duração da delegação.

§ 4º Admitir-se-á, também, a delegação definida no parágrafo anterior nas cooperativas singulares cujo número de associados seja inferior a 3.000 (três mil), desde que haja filiados residindo a mais de 50 km (cinquenta quilômetros) da sede.

§ 5º Os associados, integrantes de grupos seccionais, que não sejam delegados, poderão comparecer às Assembléias Gerais, privados, contudo, de voz e voto.

§ 6º As Assembléias Gerais compostas por delegados decidem sobre todas as matérias que, nos termos da lei ou dos estatutos, constituem objeto de decisão da assembléia geral dos associados.

Art. 43. Prescreve em 4 (quatro) anos, a ação para anular as deliberações da Assembléia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da lei ou do estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia foi realizada.

SEÇÃO II

Das Assembléias Gerais Ordinárias

Art. 44. A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

I - prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

a) relatório da gestão;

b) balanço;

c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal.

II - destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Obrigatórios;

III - eleição dos componentes dos órgãos de administração, do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso;

IV - quando previsto, a fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e do Conselho Fiscal;

V - quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 46.

§ 1º Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens I e IV deste artigo.

§ 2º À exceção das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito, a aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração, desonera seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como a infração da lei ou do estatuto.

SEÇÃO III

Das Assembléias Gerais Extraordinárias

Art. 45. A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 46. É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

I - reforma do estatuto;

II - fusão, incorporação ou desmembramento;

III - mudança do objeto da sociedade;

IV - dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;

V - contas do liquidante.

Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

SEÇÃO IV

Dos Órgãos de Administração

Art. 47. A sociedade será administrada por uma Diretoria⁽⁸⁾ ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração.⁽⁹⁾

§ 1º O estatuto poderá criar outros órgãos necessários à administração.

§ 2º A posse dos administradores e conselheiros fiscais das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito e habitacionais fica sujeita à prévia homologação dos respectivos órgãos normativos.

Art. 48. Os órgãos de administração podem contratar gerentes técnicos ou comerciais, que não pertençam ao quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e salários.

Art. 49. Ressalvada a legislação específica que rege as cooperativas de crédito, as seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas e as de habitação, os administradores eleitos ou contratados não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se procederem com culpa ou dolo.

Parágrafo único. A sociedade responderá pelos atos a que se refere a última parte deste artigo se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

Art. 50. Os participantes de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 51. São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

Parágrafo único. Não podem compor uma mesma Diretoria ou Conselho de Administração, os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral.

Art. 52. O diretor ou associado que, em qualquer operação, tenha interesse oposto ao da sociedade, não pode participar das deliberações referentes a essa operação, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

Art. 53. Os componentes da Administração e do Conselho fiscal, bem como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

Art. 54. Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.

Art. 55. Os empregados de empresas que sejam eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas, gozarão das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais pelo artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943).

SEÇÃO V

Do Conselho Fiscal

Art. 56. A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no artigo 51, os parentes dos diretores até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º O associado não pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e de fiscalização.

CAPÍTULO X

Fusão, Incorporação e Desmembramento

Art. 57. Pela fusão, duas ou mais cooperativas formam nova sociedade.

§ 1º Deliberada a fusão, cada cooperativa interessada indicará nomes para comporem comissão mista que procederá aos estudos necessários à constituição da nova sociedade, tais como o levantamento patrimonial, balanço geral, plano de distribuição de quotas-partes, destino dos fundos de reserva e outros e o projeto de estatuto.

§ 2º Aprovado o relatório da comissão mista e constituída a nova sociedade em Assembléia Geral conjunta os respectivos documentos serão arquivados, para aquisição de personalidade jurídica, na Junta Comercial competente, e duas vias dos mesmos, com a publicação do arquivamento, serão encaminhadas ao órgão executivo de controle ou ao órgão local credenciado.

§ 3º Exclui-se do disposto no parágrafo anterior a fusão que envolver cooperativas que exerçam atividades de crédito. Nesse caso, aprovado o relatório da comissão mista e constituída a nova sociedade em Assembléia Geral conjunta, a autorização para funcionar e o registro dependerão de prévia anuência do Banco Central do Brasil.

Art. 58. A fusão determina a extinção das sociedades que se unem para formar a nova sociedade que lhe sucederá nos direitos e obrigações.

Art. 59. Pela incorporação, uma sociedade cooperativa absorve o patrimônio, recebe os associados, assume as obrigações e se investe nos direitos de outra ou outras cooperativas.

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, serão obedecidas as mesmas formalidades estabelecidas para a fusão, limitadas as avaliações ao patrimônio da ou das sociedades incorporandas.

Art. 60. As sociedades cooperativas poderão desmembrar-se em tantas quantas forem necessárias para atender aos interesses dos seus associados, podendo uma das novas entidades ser constituída como cooperativa central ou federação de cooperativas, **cujas autorizações de funcionamento e os arquivamentos serão requeridos conforme o disposto nos artigos 17 e seguintes. (Texto não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)**

Art. 61. Deliberado o desmembramento, a Assembléia designará uma comissão para estudar as providências necessárias à efetivação da medida.

§ 1º O relatório apresentado pela comissão, acompanhado dos projetos de estatutos das novas cooperativas, será apreciado em nova Assembléia especialmente convocada para esse fim.

§ 2º O plano de desmembramento preverá o rateio, entre as novas cooperativas, do ativo e passivo da sociedade desmembrada.

§ 3º No rateio previsto no parágrafo anterior, atribuir-se-á a cada nova cooperativa parte do capital social da sociedade desmembrada em quota correspondente à participação dos associados que passam a integrá-la.

§ 4º Quando uma das cooperativas for constituída como cooperativa central ou federação de cooperativas, prever-se-á o montante das quotas -partes que as associadas terão no capital social.

Art. 62. Constituídas as sociedades **e observado o disposto nos artigos 17 e seguintes**, proceder-se-á às transferências contábeis e patrimoniais necessárias à concretização das medidas adotadas. **(redação em conformidade com a Constituição Federal de 1988)**

CAPÍTULO XI

Da Dissolução e Liquidação

Art. 63. As sociedades cooperativas se dissolvem de pleno direito:⁽¹⁰⁾

I - quando assim deliberar a Assembléia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo exigido por esta Lei, não se disponham a assegurar a sua continuidade;

II - pelo decurso do prazo de duração;

III - pela consecução dos objetivos predeterminados;

IV - devido à alteração de sua forma jurídica;

V - pela redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo se, até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;

VI - pelo cancelamento da autorização para funcionar; (não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)

VII - pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. A dissolução da sociedade importará no cancelamento da autorização para funcionar e do registro. *(redação em conformidade com a Constituição Federal de 1988)*

Art. 64. Quando a dissolução da sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas no artigo anterior, a medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer associado **ou por iniciativa do órgão executivo federal. (não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)**

Art. 65. Quando a dissolução for deliberada pela Assembléia Geral, esta nomeará um liquidante ou mais, e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros para proceder à sua liquidação.

§ 1º O processo de liquidação só poderá ser iniciado após a audiência do respectivo órgão executivo federal.

§ 2º A Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando os seus substitutos.

Art. 66. Em todos os atos e operações, os liquidantes deverão usar a denominação da cooperativa, seguida da expressão: "Em liquidação".

Art. 67. Os liquidantes terão todos os poderes normais de administração podendo praticar atos e operações necessários à realização do ativo e pagamento do passivo.

Art. 68. São obrigações dos liquidantes:

I - providenciar o arquivamento, na junta Comercial, da Ata da Assembléia Geral em que foi deliberada a liquidação;

II - comunicar à administração central do respectivo órgão executivo federal e ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., a sua nomeação, fornecendo cópia da Ata da Assembléia Geral que decidiu a matéria; (não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)

III - arrecadar os bens, livros e documentos da sociedade, onde quer que estejam;

IV - convocar os credores e devedores e promover o levantamento dos créditos e débitos da sociedade;

V - proceder nos 15 (quinze) dias seguintes ao de sua investidura e com a assistência, sempre que possível, dos administradores, ao levantamento do inventário e balanço geral do ativo e passivo;

VI - realizar o ativo social para saldar o passivo e reembolsar os associados de suas quotas-partes, destinando o remanescente, inclusive o dos fundos indivisíveis, ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A.;

VII - exigir dos associados a integralização das respectivas quotas-partes do capital social não realizadas, quando o ativo não bastar para solução do passivo;

VIII - fornecer aos credores a relação dos associados, se a sociedade for de responsabilidade ilimitada e se os recursos apurados forem insuficientes para o pagamento das dívidas;

IX - convocar a Assembléia Geral, cada 6 (seis) meses ou sempre que necessário, para apresentar relatório e balanço do estado da liquidação e prestar contas dos atos praticados durante o período anterior;

X - apresentar à Assembléia Geral, finda a liquidação, o respectivo relatório e as contas finais;

XI - averbar, no órgão competente, a Ata da Assembléia Geral que considerar encerrada a liquidação.

Art. 69. As obrigações e as responsabilidades dos liquidantes regem-se pelos preceitos peculiares aos dos administradores da sociedade liquidanda.

Art. 70. Sem autorização da Assembléia não poderá o liquidante gravar de ônus os móveis e imóveis, contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis para o pagamento de obrigações inadiáveis, nem prosseguir, embora para facilitar a liquidação, na atividade social.

Art. 71. Respeitados os direitos dos credores preferenciais, pagará o liquidante as dívidas sociais proporcionalmente e sem distinção entre vencidas ou não.

Art. 72. A Assembléia Geral poderá resolver, antes de ultimada a liquidação, mas depois de pagos os credores, que o liquidante faça rateios por antecipação da partilha, à medida em que se apurem os haveres sociais.

Art. 73. Solucionado o passivo, reembolsados os cooperados até o valor de suas quotas-partes e encaminhado o remanescente conforme o estatuído, convocará o liquidante Assembléia Geral para prestação final de contas.

Art. 74. Aprovadas as contas, encerra-se a liquidação e a sociedade se extingue, devendo a ata da Assembléia ser arquivada na Junta Comercial e publicada.

Parágrafo único. O associado discordante terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da ata, para promover a ação que couber.

Art. 75. A liquidação extrajudicial das cooperativas poderá ser promovida por iniciativa do respectivo órgão executivo federal, que designará o liquidante, e será processada de acordo com a legislação específica e demais disposições regulamentares, desde que a sociedade deixe de oferecer condições operacionais, principalmente por constatada insolvência.⁽¹⁾

§ 1º A liquidação extrajudicial, tanto quanto possível, deverá ser precedida de intervenção na sociedade.

§ 2º Ao interventor, além dos poderes expressamente concedidos no ato de intervenção, são atribuídas funções, prerrogativas e obrigações dos órgãos de administração.

Art. 76. A publicação no Diário Oficial, da ata da Assembléia Geral da sociedade, que deliberou sua liquidação, ou da decisão do órgão executivo federal quando a medida for de sua iniciativa, implicará a sustação de qualquer ação judicial contra a cooperativa, pelo prazo de 1 (um) ano, sem prejuízo, entretanto, da fluência dos juros legais ou pactuados e seus acessórios.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto neste artigo, sem que, por motivo relevante, esteja encerrada a liquidação, poderá ser o mesmo prorrogado, no máximo por mais 1 (um) ano, mediante decisão do órgão citado no artigo, publicada, com os mesmos efeitos, no Diário Oficial.

Art. 77. Na realização do ativo da sociedade, o liquidante devesse:

I - mandar avaliar, por avaliadores judiciais ou de Instituições Financeiras Públicas, os bens de sociedade;

II - proceder à venda dos bens necessários ao pagamento do passivo da sociedade, observadas, no que couber, as normas constantes dos artigos 117 e 118 do Decreto-Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945.*

Art. 78. A liquidação das cooperativas de crédito e da seção de crédito das cooperativas agrícolas mistas rege-se pelas normas próprias legais e regulamentares.

CAPÍTULO XII

Do Sistema Operacional das Cooperativas

SEÇÃO I

Do Ato Cooperativo

Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

SEÇÃO II

Das Distribuições de Despesas

Art. 80. As despesas da sociedade serão cobertas pelos associados mediante rateio na proporção direta da fruição de serviços.

Parágrafo único. A cooperativa poderá, para melhor atender à equanimidade de cobertura das despesas da sociedade, estabelecer:

I - rateio, em partes iguais, das despesas gerais da sociedade entre todos os associados, quer tenham ou não, no ano, usufruído dos serviços por ela prestados, conforme definidas no estatuto;

II - rateio, em razão diretamente proporcional, entre os associados que tenham usufruído dos serviços durante o ano, das sobras líquidas ou dos prejuízos verificados no balanço do exercício, excluídas as despesas gerais já atendidas na forma do item anterior.

Art. 81. A cooperativa que tiver adotado o critério de separar as despesas da sociedade e estabelecido o seu rateio na forma indicada no parágrafo único do artigo anterior deverá levantar separadamente as despesas gerais.

SEÇÃO III

Das Operações da Cooperativa

Art. 82. A cooperativa que se dedicar a vendas em comum poderá registrar-se como armazém geral e, nessa condição, expedir "Conhecimentos de Depósitos" e Warrants para os produtos de seus

associados conservados em seus armazéns, próprios ou arrendados, sem prejuízo da emissão de outros títulos decorrentes de suas atividades normais, aplicando-se, no que couber, a legislação específica.

§ 1º Para efeito deste artigo, os armazéns da cooperativa se equiparam aos "Armazéns Gerais", com as prerrogativas e obrigações destes, ficando os componentes do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva, emitente do título, responsáveis pessoal e solidariamente, pela boa guarda e conservação dos produtos vinculados, respondendo criminal e civilmente pelas declarações constantes do título, como também por qualquer ação ou omissão que acarrete o desvio, deterioração ou perda dos produtos.

§ 2º Observado o disposto no § 1º, as cooperativas poderão operar unidades de armazenagem, embalagem e frigorificação, bem como armazéns gerais alfandegários, nos termos do disposto no Capítulo IV da Lei n. 5.025, de 10 de junho de 1966.

Art. 83. A entrega da produção do associado à sua cooperativa significa a outorga a esta de plenos poderes para a sua livre disposição, inclusive para gravá-la e dá-la em garantia de operações de crédito realizadas pela sociedade, salvo se, tendo em vista os usos e costumes relativos à comercialização de determinados produtos, sendo de interesse do produtor, os estatutos dispuserem de outro modo.

Art. 84. As cooperativas de crédito rural e as seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas só poderão operar com associados, pessoas físicas, que de forma efetiva e predominante:

I - desenvolvam, na área de ação da cooperativa, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas;

II - se dediquem a operações de captura e transformação do pescado.

Parágrafo único. As operações de que trata este artigo só poderão ser praticadas com pessoas jurídicas, associadas, desde que exerçam exclusivamente atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas na área de ação da cooperativa ou atividade de captura ou transformação do pescado.

Art. 85. As cooperativas agropecuárias e de pesca poderão adquirir produtos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuem.⁽¹²⁾

Art. 86. As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei.⁽¹³⁾

Parágrafo único. No caso das cooperativas de crédito e das seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas, o disposto neste artigo só se aplicará com base em regras a serem estabelecidas pelo órgão normativo.

Art. 87. Os resultados das operações das cooperativas com não associados, mencionados nos artigos 85 e 86, serão levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social" e serão contabilizados em separado, de molde a permitir cálculo para incidência de tributos.

Art. 88. Poderão as cooperativas participar de sociedades não cooperativas para melhor atendimento dos próprios objetivos e de outros de caráter acessório ou complementar.*

Parágrafo único. As inversões decorrentes dessa participação serão contabilizadas em títulos específicos e seus eventuais resultados positivos levados ao "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social".

SEÇÃO IV

Dos Prejuízos

Art. 89. Os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do Fundo de Reserva e, se insuficiente este, mediante rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do artigo 80.

SEÇÃO V

Do Sistema Trabalhista

Art. 90. Qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados.

Art. 91. As cooperativas igualam-se às demais empresas em relação aos seus empregados para os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

CAPÍTULO XIII

Da Fiscalização e Controle

Art. 92. A fiscalização e o controle das sociedades cooperativas, nos termos desta lei e dispositivos legais específicos, serão exercidos, de acordo com o objeto de funcionamento, da seguinte forma:

I - as de crédito e as seções de crédito das agrícolas mistas pelo Banco Central do Brasil;

II - as de habitação pelo Banco Nacional de Habitação; (não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)

III - as demais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)

§ 1º Mediante autorização do Conselho Nacional de Cooperativismo, os órgãos controladores federais, poderão solicitar, quando julgarem necessário, a colaboração de outros órgãos administrativos, na execução das atribuições previstas neste artigo. (não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)

§ 2º As sociedades cooperativas permitirão quaisquer verificações determinadas pelos respectivos órgãos de controle, prestando os esclarecimentos que lhes forem solicitados, além de serem obrigadas a remeter-lhes anualmente a relação dos associados admitidos, demitidos, eliminados e excluídos no período, cópias de atas, de balanços e dos relatórios do exercício social e parecer do Conselho Fiscal.⁽¹⁴⁾

Art. 93. O Poder Público, por intermédio da administração central dos órgãos executivos federais competentes, por iniciativa própria ou solicitação da Assembléia Geral ou do Conselho Fiscal, intervirá nas cooperativas quando ocorrer um dos seguintes casos:⁽¹⁴⁾

I - violação contumaz das disposições legais;

II - ameaça de insolvência em virtude de má administração da sociedade;

III - paralisação das atividades sociais por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos;

IV - inobservância do artigo 56, § 2º.

Parágrafo único. Aplica-se, no que couber, às cooperativas habitacionais, o disposto neste artigo. (não recepcionado pela Constituição federal de 1988)

Art. 94. Observar-se-á, no processo de intervenção, a disposição constante do § 2º do artigo 75.

CAPÍTULO XIV

Do Conselho Nacional de Cooperativismo

Art. 95. A orientação geral da política cooperativista nacional caberá ao Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC, que passará a funcionar junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com plena autonomia administrativa e financeira, na forma do artigo 172 do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, sob a presidência do Ministro da Agricultura e composto de 8 (oito) membros indicados pelos seguintes representados:

I - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;

II - Ministério da Fazenda, por intermédio do Banco Central do Brasil;

III - Ministério do Interior, por intermédio do Banco Nacional da Habitação;

IV - Ministério da Agricultura, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A.;

V - Organização das Cooperativas Brasileiras.

Parágrafo único. A entidade referida no inciso V deste artigo contará com 3 (três) elementos para fazer-se representar no Conselho.

Art. 96. O Conselho, que deverá reunir-se ordinariamente uma vez por mês, será presidido pelo Ministro da Agricultura, a quem caberá o voto de qualidade, sendo suas resoluções votadas por maioria simples, com a presença, no mínimo de 3 (três) representantes dos órgãos oficiais mencionados nos itens I a IV do artigo anterior.

Parágrafo único. Nos seus impedimentos eventuais, o substituto do Presidente será o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Art. 97. Ao Conselho Nacional de Cooperativismo compete:

I - editar atos normativos para a atividade cooperativista nacional;

II - baixar normas regulamentadoras, complementares e interpretativas, da legislação cooperativista;

III - organizar e manter atualizado o cadastro geral das cooperativas nacionais;

IV - decidir, em última instância, os recursos originários de decisões do respectivo órgão executivo federal;

V - apreciar os anteprojetos que objetivam a revisão da legislação cooperativista;

VI - estabelecer condições para o exercício de quaisquer cargos eletivos de administração ou fiscalização de cooperativas;

VII - definir as condições de funcionamento do empreendimento cooperativo, a que se refere o artigo 18;

VIII - votar o seu próprio regimento;

IX - autorizar, onde houver condições, a criação de Conselhos Regionais de Cooperativismo, definindo-lhes as atribuições;

X - decidir sobre a aplicação do Fundo Nacional de Cooperativismo, nos termos do artigo 102 desta Lei;

XI - estabelecer em ato normativo ou de caso a caso, conforme julgar necessário, o limite a ser observado nas operações com não associados a que se referem os artigos 85 e 86.

Parágrafo único. As atribuições do Conselho Nacional de Cooperativismo não se estendem às cooperativas de habitação, às de crédito e às seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas, no que forem regidas por legislação própria.

Art. 98. O Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC contará com uma Secretaria Executiva que se incumbirá de seus encargos administrativos, podendo seu Secretário Executivo requisitar funcionários de qualquer órgão da Administração Pública.

§ 1º O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Cooperativismo será o Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, devendo o Departamento referido incumbir-se dos encargos administrativos do Conselho Nacional de Cooperativismo.

§ 2º Para os impedimentos eventuais do Secretário Executivo, este indicará à apreciação do Conselho seu substituto.

Art. 99. Compete ao Presidente do Conselho Nacional de Cooperativismo:

I - presidir as reuniões;

II - convocar as reuniões extraordinárias;

III - proferir o voto de qualidade.

Art. 100. Compete à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Cooperativismo:

I - dar execução às resoluções do Conselho;

II - comunicar as decisões do Conselho ao respectivo órgão executivo federal;

III - manter relações com os órgãos executivos federais, bem assim com quaisquer outros órgãos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, que possam influir no aperfeiçoamento do cooperativismo;

IV - transmitir aos órgãos executivos federais e entidade superior do movimento cooperativista nacional todas as informações relacionadas com a doutrina e práticas cooperativistas de seu interesse;

V - organizar e manter atualizado o cadastro geral das cooperativas nacionais e expedir as respectivas certidões;

VI - apresentar ao Conselho, em tempo hábil, a proposta orçamentária do órgão, bem como o relatório anual de suas atividades;

VII - providenciar todos os meios que assegurem o regular funcionamento do Conselho;

VIII - executar quaisquer outras atividades necessárias ao pleno exercício das atribuições do Conselho.

Art. 101. O Ministério da Agricultura incluirá, em sua proposta orçamentária anual, os recursos financeiros solicitados pelo Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC, para custear seu funcionamento.

Parágrafo único. As contas do Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC, serão prestadas por intermédio do Ministério da Agricultura, observada a legislação específica que regula a matéria.

Art. 102. Fica mantido, junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., o "Fundo Nacional de Cooperativismo", criado pelo Decreto-Lei n. 59, de 21 de novembro de 1966, destinado a prover recursos de apoio ao movimento cooperativista nacional.

§ 1º O Fundo de que trata este artigo será, suprido por:

I - dotação incluída no orçamento do Ministério da Agricultura para o fim específico de incentivos às atividades cooperativas;

II - juros e amortizações dos financiamentos realizados com seus recursos;

III - doações, legados e outras rendas eventuais;

IV - dotações consignadas pelo Fundo Federal Agropecuário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

§ 2º Os recursos do Fundo, deduzido o necessário ao custeio de sua administração, serão aplicados pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., obrigatoriamente, em financiamento de atividades que interessem de maneira relevante o abastecimento das populações, a critério do Conselho Nacional de Cooperativismo.

§ 3º O Conselho Nacional de Cooperativismo poderá, por conta do Fundo, autorizar a concessão de estímulos ou auxílios para execução de atividades que, pela sua relevância sócio-econômica, concorram para o desenvolvimento do sistema cooperativista nacional.

CAPÍTULO XV

Dos Órgãos Governamentais

Art. 103. As cooperativas permanecerão subordinadas, na parte normativa, ao Conselho Nacional de Cooperativismo, com exceção das de crédito, das seções de crédito das agrícolas mistas e das de habitação, cujas normas continuarão a ser baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, relativamente às duas primeiras, e Banco Nacional de Habitação, com relação à última, observado o disposto no artigo 92 desta Lei.

Parágrafo único. Os órgãos executivos federais, visando à execução descentralizada de seus serviços, poderão delegar sua competência, total ou parcialmente, a órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como, excepcionalmente, a outros órgãos e entidades da administração federal.

Art. 104. Os órgãos executivos federais comunicarão todas as alterações havidas nas cooperativas sob a sua jurisdição ao Conselho Nacional de Cooperativismo, para fins de atualização do cadastro geral das cooperativas nacionais. (não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)

CAPÍTULO XVI

Da Representação do Sistema Cooperativista

Art. 105. A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sociedade civil, com sede na Capital Federal, órgão técnico-consultivo do Governo, estruturada nos termos desta Lei, sem finalidade lucrativa, competindo-lhe precipuamente:

- a) manter neutralidade política e indiscriminação racial, religiosa e social;
- b) integrar todos os ramos das atividades cooperativistas;
- c) manter registro de todas as sociedades cooperativas que, para todos os efeitos, integram a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
- d) manter serviços de assistência geral ao sistema cooperativista, seja quanto à estrutura social, seja quanto aos métodos operacionais e orientação jurídica, mediante pareceres e recomendações, sujeitas, quando for o caso, à aprovação do Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC;
- e) denunciar ao Conselho Nacional de Cooperativismo práticas nocivas ao desenvolvimento cooperativista; (não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)**
- f) opinar nos processos que lhe sejam encaminhados pelo Conselho Nacional de Cooperativismo; (não recepcionado pela Constituição Federal de 1988)**
- g) dispor de setores consultivos especializados, de acordo com os ramos de cooperativismo;
- h) fixar a política da organização com base nas proposições emanadas de seus órgãos técnicos;
- i) exercer outras atividades inerentes à sua condição de órgão de representação e defesa do sistema cooperativista;
- j) manter relações de integração com as entidades congêneres do exterior e suas cooperativas.

§ 1º A Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, será constituída de entidades, uma para cada Estado, Território e Distrito Federal, criadas com as mesmas características da organização nacional.

§ 2º As Assembléias Gerais do órgão central serão formadas pelos Representantes credenciados das filiadas, 1 (um) por entidade, admitindo-se proporcionalidade de voto.

§ 3º A proporcionalidade de voto, estabelecida no parágrafo anterior, ficará a critério da OCB, baseando-se no número de associados - pessoas físicas e as exceções previstas nesta Lei - que compõem o quadro das cooperativas filiadas.

§ 4º A composição da Diretoria da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB será estabelecida em seus estatutos sociais.

§ 5º Para o exercício de cargos de Diretoria e Conselho Fiscal, as eleições se processarão por escrutínio secreto, permitida a reeleição para mais um mandato consecutivo.

Art. 106. A atual Organização das Cooperativas Brasileiras e as suas filiadas ficam investidas das atribuições e prerrogativas conferidas nesta Lei, devendo, no prazo de 1 (um) ano, promover a adaptação de seus estatutos e a transferência da sede nacional.

Art. 107. As cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores.

Parágrafo único. Por ocasião do registro, a cooperativa pagará 10% (dez por cento) do maior salário mínimo vigente, se a soma do respectivo capital integralizado e fundos não exceder de 250 (duzentos e cinquenta) salários mínimos, e 50% (cinquenta por cento) se aquele montante for superior.

Art. 108. Fica instituída, além do pagamento previsto no parágrafo único do artigo anterior, a Contribuição Cooperativista, que será recolhida anualmente pela cooperativa após o encerramento de seu exercício social, a favor da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o artigo 105 desta Lei.⁽¹⁵⁾

§ 1º A Contribuição Cooperativista constituir-se-á de importância correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor do capital integralizado e fundos da sociedade cooperativa, no exercício social do ano anterior, sendo o respectivo montante distribuído, por metade, a suas filiadas, quando constituídas.

§ 2º No caso das cooperativas centrais ou federações, a Contribuição de que trata o parágrafo anterior será calculada sobre os fundos e reservas existentes.

§ 3º A Organização das Cooperativas Brasileiras poderá estabelecer um teto à Contribuição Cooperativista, com base em estudos elaborados pelo seu corpo técnico.

CAPÍTULO XVII

Dos Estímulos Creditícios

Art. 109. Caberá ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., estimular e apoiar as cooperativas, mediante concessão de financiamentos necessários ao seu desenvolvimento.

§ 1º Poderá o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., receber depósitos das cooperativas de crédito e das seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas.

§ 2º Poderá o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., operar com pessoas físicas ou jurídicas, estranhas ao quadro social cooperativo, desde que haja benefício para as cooperativas e estas figurem na operação bancária.

§ 3º O Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., manterá linhas de crédito específicas para as cooperativas, de acordo com o objeto e a natureza de suas atividades, a juros módicos e prazos adequados inclusive com sistema de garantias ajustado às peculiaridades das cooperativas a que se destinam.

§ 4º O Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., manterá linha especial de crédito para financiamento de quotas-partes de capital. (O BNCC foi extinto)

Art. 110. Fica extinta a contribuição de que trata o artigo 13 do Decreto-Lei n. 60, de 21 de novembro de 1966, com a redação dada pelo Decreto-Lei n. 668, de 3 de julho de 1969.

CAPÍTULO XVIII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 111. Serão considerados como renda tributável os resultados positivos obtidos pelas cooperativas nas operações de que tratam os artigos 85, 86 e 88 desta Lei.

Art. 112. O Balanço Geral e o Relatório do exercício social que as cooperativas deverão encaminhar anualmente aos órgãos de controle serão acompanhados, a juízo destes, de parecer emitido por um serviço independente de auditoria credenciado pela Organização das Cooperativas Brasileiras.

Parágrafo único. Em casos especiais, tendo em vista a sede da Cooperativa, o volume de suas operações e outras circunstâncias dignas de consideração, a exigência da apresentação do parecer pode ser dispensada.

Art. 113. Atendidas as deduções determinadas pela legislação específica, às sociedades cooperativas ficará assegurada primeira prioridade para o recebimento de seus créditos de pessoas jurídicas que efetuem descontos na folha de pagamento de seus empregados, associados de cooperativas.

Art. 114. Fica estabelecido o prazo de 36 (trinta e seis) meses para que as cooperativas atualmente registradas nos órgãos competentes reformulem os seus estatutos, no que for cabível, adaptando-os ao disposto na presente Lei.

Art. 115. As Cooperativas dos Estados, Territórios ou do Distrito Federal, enquanto não constituírem seus órgãos de representação, serão convocadas às Assembléias da OCB, como vogais, com 60 (sessenta) dias de antecedência, mediante editais publicados 3 (três) vezes em jornal de grande circulação local.

Art. 116. A presente Lei não altera o disposto nos sistemas próprios instituídos para as cooperativas de habitação e cooperativas de crédito, aplicando-se ainda, no que couber, o regime instituído para essas últimas às seções de crédito das agrícolas mistas.

Art. 117. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e especificamente o Decreto-Lei n. 59, de 21 de novembro de 1966, bem como o Decreto n. 60.597, de 19 de abril de 1967.

Brasília, 16 de dezembro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

FONTE: Banco de Dados da OCB/SESCOOP

**ANEXO B Resolução do CFC nº 920, de 19 de dezembro de 2001 –
NBC-T-10.8**

Resolução do CFC nº 920, de 19 de dezembro de 2001 – NBC-T-10.8

**Aprova, da NBC T 10 – dos aspectos
contábeis específicos em entidades
diversas, o item: NBC T 10.8 –
entidades cooperativas**

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas constituem corpo de doutrina contábil que estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observadas quando da realização de trabalhos;

CONSIDERANDO que a forma adotada de fazer uso de trabalhos de instituições com as quais o Conselho Federal de Contabilidade mantém relações regulares e oficiais está de acordo com as diretrizes constantes dessas relações;

CONSIDERANDO o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade, instituído pela Portaria CFC nº 10/01, bem como o intenso auxílio desempenhado pelos profissionais que o compõem representando, além desta Entidade, o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, o Instituto Brasileiro de Contadores, o Instituto Nacional de Seguro Social, o Ministério da Educação, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, a Secretaria Federal de Controle e a Superintendência de Seguros Privados;

CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade elaborou o item 10.8 – Entidades Cooperativas da NBC T 10 – Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas;

CONSIDERANDO a decisão da Câmara Técnica no Relatório nº 58, de 28 de novembro de 2001;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 10.8 – Entidades Cooperativas.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NBC T 10 – DOS ASPECTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS EM ENTIDADES DIVERSAS

NBC T 10.8 – ENTIDADES COOPERATIVAS

10.8.1 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.8.1.1 – Esta norma estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para as Entidades Cooperativas, exceto às que operam Plano Privado de Assistência à Saúde conforme definido em Lei.
- 10.8.1.2 – Entidades Cooperativas são aquelas que exercem as atividades na forma de lei específica, por meio de atos cooperativos, que se traduzem na prestação de serviços diretos aos seus associados, sem objetivo de lucro, para obterem em comum melhores resultados para cada um deles em particular. Identificam-se de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas, ou por seus associados.
- 10.8.1.3 – Aplicam-se às Entidades Cooperativas os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a NBC T 2 e a NBC T 4, com as alterações tratadas nos itens 10.8.5.1, 10.8.6.1 e 10.8.7.1, bem como todas as suas Interpretações e os Comunicados Técnicos editados pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- 10.8.1.4 – A movimentação econômico-financeira decorrente do ato cooperativo, na forma disposta no estatuto social, é definida contabilmente como ingressos e dispêndios (conforme definido em lei). Aquela originada do ato não-cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.
- 10.8.1.4.1 – As receitas e os ganhos, assim definidos no item 3.3.2.1, *a*, da NBC T 3.3, bem como as demais rendas e rendimentos, nesta norma ficam denominados de ingressos.
- 10.8.1.4.2 – Os custos dos produtos ou mercadorias fornecidos (vendidos) e dos serviços prestados, as despesas, os encargos e as perdas, pagos ou incorridos, assim definidos no item 3.3.2.1, *b*, da NBC T 3.3, ficam denominados dispêndios.
- 10.8.1.5 – O exercício social das Entidades Cooperativas é fixado em seus estatutos sociais.
- 10.8.1.6 – O capital social das Entidades Cooperativas é formado por quotas-partes, que devem ser registradas de forma individualizada por se tratar de sociedade de pessoas, segregando o capital subscrito e o capital a integralizar, podendo, para tanto, ser utilizados registros auxiliares.
- 10.8.1.7 – Nas Entidades Cooperativas, a conta Capital Social é movimentada por:
- a) livre adesão do associado, quando de sua admissão, pelo valor das quotas-partes fixado no estatuto social;
 - b) pela subscrição de novas quotas-partes, pela retenção estatutária sobre a produção ou serviço, pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis previstas em lei e aquelas do item 10.8.2.12 desta norma;
 - c) retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão.
- 10.8.1.8 – As sobras do exercício, após as destinações legais e estatutárias, devem ser postas à disposição da Assembléia Geral para deliberação e, da mesma forma, as

perdas líquidas, quando a reserva legal é insuficiente para sua cobertura, serão rateadas entre os associados da forma estabelecida no estatuto social, não devendo haver saldo pendente ou acumulado de exercício anterior.

- 10.8.1.9 – As Entidades Cooperativas devem distribuir as sobras líquidas aos seus associados de acordo com a produção de bens ou serviços por eles entregues, em função do volume de fornecimento de bens de consumo e insumos, dentro do exercício social, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral.
- 10.8.1.10 – A responsabilidade do associado, para fins de rateio dos dispêndios, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos, até quando aprovadas as contas do exercício social em que se deu o desligamento. Em caso de sobras ou perdas, aplicam-se as mesmas condições.
- 10.8.1.11 – Os elementos do patrimônio das Entidades Cooperativas serão atualizados monetariamente na forma prevista na Resolução CFC n.º 900, de 22 de março de 2001, e legislações posteriores.
- 10.8.1.12 – Os fundos previstos na legislação ou nos estatutos sociais, nesta norma, são denominados Reservas.
- 10.8.2 – DO REGISTRO CONTÁBIL
- 10.8.2.1 – A escrituração contábil é obrigatória.
- 10.8.2.2 – Os investimentos em Entidades Cooperativas de qualquer grau devem ser avaliados pelo custo de aquisição.
- 10.8.2.3 – Os investimentos em Entidades não-Cooperativas devem ser avaliados na forma estabelecida pela NBC T 4.
- 10.8.2.4 – O resultado decorrente de investimento relevante em Entidades não-Cooperativa deve ser demonstrado em conta específica.
- 10.8.2.5 – O resultado decorrente de recursos aplicados para complementar as atividades da Entidade Cooperativa deve ser apropriado contabilmente por atividade ou negócio a que estiver relacionado.
- 10.8.2.6 – O resultado líquido decorrente do ato não-cooperativo, quando positivo, deve ser destinado para a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social, não podendo ser objeto de rateio entre os associados. Quando negativo, deve ser levado à Reserva Legal e, se insuficiente sua cobertura, será rateado entre os associados.
- 10.8.2.7 – As perdas apuradas no exercício não-cobertas pela Reserva Legal serão rateadas entre os associados, conforme disposições estatutárias e legais, e registradas individualmente em contas do Ativo, após deliberação da Assembléia Geral.
- 10.8.2.7.1 – Não havendo deliberação da Assembléia Geral pela reposição das perdas apuradas, estas devem ser debitadas no Patrimônio Líquido na conta de Perdas Não Cobertas pelos Cooperados.
- 10.8.2.8 – As despesas de Assistência Técnica Educacional e Social serão registradas em contas de resultados e poderão ser absorvidas pela Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social em cada período de apuração.
- 10.8.2.9 – Os ajustes de exercícios anteriores devem ser apresentados como conta destacada no Patrimônio Líquido, que será submetida à deliberação da Assembléia Geral.
- 10.8.2.10 – As provisões e as contingências serão registradas em conta de resultado e, em contrapartida, no Passivo.

10.8.2.11 – As provisões constituídas por Entidades Cooperativas específicas, destinadas a garantir ativos ou riscos de operações, deverão ser registradas em conta de Passivo.

10.8.2.12 – As Reservas de Incentivos Fiscais e Reavaliação são consideradas indivisíveis.

10.8.3 – DO BALANÇO PATRIMONIAL

10.8.3.1 – O Balanço Patrimonial das Entidades Cooperativas deve evidenciar os componentes patrimoniais, de modo a possibilitar aos seus usuários a adequada interpretação das suas posições patrimonial e financeira, comparativamente com o exercício anterior.

10.8.3.2 – A conta Capital, item 3.2.2.12, *I*, da NBC T 3.2, será denominada Capital Social.

10.8.3.3 – A conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, item 3.2.2.12, *III*, da NBC T 3.2, será denominada Sobras ou Perdas à Disposição da Assembléia Geral.

10.8.4 – DA DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

10.8.4.1 – A denominação da Demonstração do Resultado da NBC T 3.3 é alterada para Demonstração de Sobras ou Perdas, a qual deve evidenciar, separadamente, a composição do resultado de determinado período, considerando os ingressos diminuídos dos dispêndios do ato cooperativo, e das receitas, custos e despesas do ato não-cooperativo, demonstrados segregadamente por produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela Entidade Cooperativa.

10.8.5 – DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.8.5.1 – Na elaboração desta demonstração, serão observadas as disposições da NBC T 3.5 e a terminologia própria aplicável às Entidades Cooperativas, dispensada a elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados – NBC T 3.4.

10.8.6 – DA DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

10.8.6.1 – Na elaboração desta demonstração serão observadas as disposições da NBC T 3.6 e a terminologia própria aplicável às Entidades Cooperativas.

10.8.7 – DA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10.8.7.1 – A divulgação das demonstrações contábeis deve obedecer à NBC T 6 – Da Divulgação das Demonstrações Contábeis.

10.8.7.2 – As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:

- a) contexto operacional da Entidades Cooperativa;
- b) as principais atividades desenvolvidas pela Entidades Cooperativa;
- c) forma de apresentação das demonstrações contábeis;
- d) principais práticas contábeis adotadas;
- e) apresentação analítica dos principais grupos de contas, quando não apresentados no balanço patrimonial;
- f) investimentos relevantes, contendo o nome da entidade investida, número e tipo de ações/quotas, percentual de participação no capital, valor do Patrimônio Líquido, data-base da avaliação, resultado apurado por ela no exercício, provisão para perdas sobre os investimentos e, quando da existência de ágio e/ou deságio, valor envolvido, fundamento e critério de amortização;

- g) saldos (ativos e passivos) e transações (receitas e despesas) com partes relacionadas que não sejam associados, com desdobramento conforme a natureza das operações;
- h) composição do imobilizado e diferido, valores respectivos das depreciações, amortizações e exaustões acumuladas, taxas adotadas e montantes do período;
- i) composição dos tipos de empréstimos, financiamentos, montantes a vencer a longo prazo, taxas, garantias e principais cláusulas contratuais restritivas;
- j) contingências existentes, com especificação de sua natureza, estimativa de valores e situação quanto ao seu possível desfecho;
- k) composição da conta Capital Social, com número de associados existentes na data do encerramento do exercício e valor da quota-parte;
- l) discriminação das reservas, detalhamento suas natureza e finalidade;
- m) mudanças de critérios e práticas contábeis que interfiram na avaliação do patrimônio da Entidade Cooperativa, destacando seus efeitos;
- n) composição, forma e prazo de realização das perdas registradas no Ativo (item 10.8.2.7); e
- o) eventos subsequentes.

José Serafim Abrantes

Presidente

FONTE: - (DOU 09/01/2002)

ANEXO C NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis

NBC T 3.1 – Das Disposições Gerais

3.1.1 – As demonstrações contábeis (*) são as extraídas dos livros, registros e documentos que compõem o sistema contábil de qualquer tipo de Entidade.

3.1.2 – A atribuição e responsabilidade técnica do sistema contábil da Entidade cabem exclusivamente, a contabilista registrado no CRC.

3.1.3 – As demonstrações contábeis observarão os Princípios Fundamentais de Contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

3.1.4 – As demonstrações contábeis devem especificar sua natureza, a data e/ou o período e a Entidade a que se referem.

3.1.5 – O grau de revelação das demonstrações contábeis deve propiciar o suficiente entendimento do que cumpre demonstrar, inclusive com o uso de notas explicativas, que, entretanto, não poderão substituir o que é intrínseco às demonstrações às demonstrações.

3.1.6 – A utilização de procedimentos diversos daqueles estabelecidos nesta Norma, somente será admitida em Entidades públicas e privadas sujeitas a normas contábeis específicas, fato que será mencionado em destaque na demonstração ou em nota explicativa.

3.1.7 – Os efeitos inflacionários são tratados em Norma específica.

(*) Inclusive as denominadas “financeiras” na legislação.

NBC T 3.2 – Do Balanço Patrimonial

3.2.1 – Conceito

3.2.1.1 – O balanço patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, o Patrimônio e o Patrimônio Líquido da Entidade.

3.2.2 – Conteúdo e Estrutura

3.2.2.1 – O balanço patrimonial é constituído pelo ativo, pelo passivo e pelo Patrimônio Líquido.

a) O ativo compreende as aplicações de recursos representadas por bens e direitos;

b) o Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros;

c) o Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da Entidade e seu valor é a diferença entre o valor do Ativo e o valor do Passivo (Ativo menos Passivo). Portanto, o valor do Patrimônio Líquido, pode ser positivo, nulo ou negativo. No caso em que o valor do Patrimônio Líquido é negativo é também denominado de “Passivo a Descoberto”.

3.2.2.2 – As contas do ativo são dispostas em ordem crescente dos prazos esperados de realização, e as contas do passivo são dispostas em ordem crescente dos prazos de exigibilidade, estabelecidos ou esperados, observando-se iguais procedimentos para os grupos e subgrupos.

3.2.2.3 – Os direitos e as obrigações são classificados em grupos do Circulante, desde que os prazos esperados de realização dos direitos e os prazos das obrigações, estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.2.2.4 – Os direitos e as obrigações são classificados, respectivamente, em grupos de Realizável e Exigível a Longo Prazo, desde que os prazos esperados de realização dos direitos e os prazos das obrigações estabelecidas ou esperados, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.2.2.5 – Na Entidade em que o ciclo operacional tiver duração maior que o exercício social, a classificação no Circulante ou Longo Prazo terá por base o prazo desse ciclo.

3.2.2.6 – Os saldos devedores ou credores de todas as contas retificadoras deverão ser apresentados como valores redutores das contas ou grupo de contas que lhes deram origem.

3.2.2.7 – Os valores recebidos como receitas antecipadas por conta de produtos ou serviços a serem concluídos em exercícios futuros, denominados como resultado de exercícios futuros, na legislação, serão demonstrados com a dedução dos valores ativos a eles vinculados, como direitos ou obrigações, dentro do respectivo grupo do ativo ou do passivo.

3.2.2.8 – Os saldos devedores e credores serão demonstrados separadamente, salvo nos casos em que a Entidade tiver direito ou obrigação de compensá-los.

3.2.2.9 – Os elementos da mesma natureza e os pequenos saldos serão agrupados, desde que seja indicada a sua natureza e nunca ultrapassem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas, sendo vedada a utilização de títulos genéricos como **“diversas contas”** ou **“contas-correntes”**.

3.2.2.10 – As contas que compõem o ativo devem ser agrupadas, segundo sua expressão qualitativa, em:

I – Circulante

O Circulante compõe-se de:

a) Disponível

São os recursos financeiros que se encontram à disposição imediata da Entidade, compreendendo os meios de pagamento em moeda e em outras espécies, os depósitos bancários à vista e os títulos de liquidez imediata.

b) Créditos

São os títulos de crédito, quaisquer valores mobiliários e os outros direitos.

c) Estoques

São os valores referentes às existências de produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas, mercadorias, materiais de consumo, serviços em andamento e outros valores relacionados às atividades-fins da Entidade.

d) Despesas Antecipadas

São as aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do balanço patrimonial.

e) Outros Valores e Bens

São os não relacionados às atividades-fins da Entidade.

II – Realizável a Longo Prazo

São os ativos referidos nos itens I b), c), d), e) anteriores, cujos prazos esperados de realização situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

III – Permanente

São os bens e direitos não destinados à transformação direta e meios de pagamento e cuja perspectiva de permanência na Entidade ultrapasse um exercício. É constituído pelos seguintes subgrupos:

a) Investimentos

São as participações em sociedades além dos bens e direitos que não se destinem à manutenção das atividades-fins da Entidade.

b) Imobilizado

São os bens e direitos, tangíveis e intangíveis, utilizados na consecução das atividades-fins da Entidade.

c) Diferido

São as aplicações de recursos em despesa que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.”

3.2.2.11 – As contas que compõem o passivo devem ser agrupadas, segundo sua expressão qualitativa, em:

I – Circulante

São as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

II – Exigível a Longo Prazo

São as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.2.2.12 – As contas que compõem o Patrimônio Líquido devem ser agrupadas, segundo sua expressão qualitativa, em:

I – Capital

São os valores aportados pelos proprietários e os decorrentes de incorporações de reservas de lucros.

II – Reservas

São os valores decorrentes de retenções de lucros, de reavaliação de ativos e de outras circunstâncias.

III – Lucros ou Prejuízos Acumulados

São os lucros retidos ou ainda não destinados e os prejuízos ainda não compensados, estes apresentados como parcela redutora do Patrimônio Líquido.

3.2.2.13 – No caso do patrimônio líquido ser negativo, será demonstrado após o Ativo, e seu valor final denominado de Passivo a Descoberto.”

NBC T 3.3 – Da Demonstração do Resultado

3.3.1 – Conceito

3.3.1.1 – A demonstração do resultado é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da Entidade.

3.3.1.2 – A demonstração do resultado, observado o princípio de competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas.

3.3.2 – Conteúdo e Estrutura

3.3.2.1 – A demonstração do resultado compreenderá:

- a) as receitas e os ganhos do período, independentemente de seu recebimento;
- b) os custos, despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, correspondentes a esses ganhos e receitas.

3.3.2.2 – A compensação de receitas, custos e despesas é vedada.

3.3.2.3 – A demonstração do resultado evidenciará, no mínimo, e de forma ordenada:

- a) as receitas decorrentes da exploração das atividades-fins;
- b) os impostos incidentes sobre as operações, os abatimentos, as devoluções e os cancelamentos;
- c) os custos dos produtos ou mercadorias vendidos e dos serviços prestados;
- d) o resultado bruto do período;
- e) os ganhos e perdas operacionais;
- f) as despesas administrativas, com vendas, financeiras e outras e as receitas financeiras;
- g) o resultado operacional;
- h) as receitas e despesas e os ganhos e perdas não decorrentes das atividades-fins;
- i) o resultado antes das participações e dos impostos;
- j) as provisões para impostos e contribuições sobre o resultado;
- l) as participações no resultado;
- m) o resultado líquido do período.

NBT 3.4 – Da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

3.4.1 - Conceito

3.4.1.1 – A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as mutações nos resultados acumulados da Entidade.

3.4.2 – Conteúdo e Estrutura

3.4.2.1 – A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

- a) o saldo no início do período;
- b) os ajustes de exercícios anteriores;
- c) as reversões de reservas;
- d) a parcela correspondente à realização de reavaliação, líquida do efeito dos impostos correspondentes;
- e) o resultado líquido do período;
- f) as compensações de prejuízos;
- g) as destinações do lucro líquido do período;
- h) os lucros distribuídos;
- i) as parcelas de lucros incorporadas ao capital;
- j) o saldo no final do período.

3.4.2.2 – Os ajustes dos exercícios anteriores são apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

3.4.2.3 – A Entidade que elaborar a demonstração das mutações do patrimônio líquido, nela incluirá a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

NBC T 3.5 – Da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

3.5.1 – Conceito

3.5.1.1 – A demonstração das mutações do patrimônio líquido é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, a movimentação das contas que integram o patrimônio da Entidade.

3.5.2 – Conteúdo e Estrutura

3.5.2.1 – A demonstração das mutações do patrimônio líquido discriminará:

- a) os saldos no início do período;
- b) os ajustes de exercícios anteriores;
- c) as reversões e transferências de reservas e lucros;
- d) os aumentos de capital discriminando sua natureza;
- e) a redução de capital;
- f) as destinações do lucro líquido do período;
- g) as reavaliações de ativos e sua realização, líquida do efeito dos impostos correspondentes;

- h) o resultado líquido do período;
- i) as compensações de prejuízos;
- j) os lucros distribuídos;
- l) os saldos no final do período.

NBC T 3.6 – Da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

3.6.1 – Conceito

3.6.1.1 – A demonstração das origens e aplicações de recursos é a demonstração contábil destinada a evidenciar, um determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da Entidade.

3.6.2 – Conteúdo e Estrutura

3.6.2.1 – A demonstração das origens e aplicações de recursos discriminará:

a) o valor resultante das operações da Entidade, correspondente ao resultado líquido do período, retificado por valores que não geraram movimentação de numerário ou não afetaram o capital circulante, que tanto poderá constituir-se em origens ou em aplicação de recursos;

b) as origens dos recursos, compreendendo:

- 1) os aportes de capital;
- 2) os recursos provenientes da realização de ativos de longo prazo e permanente;
- 3) os recursos provenientes de capital de terceiros de longo prazo.

c) as aplicações dos recursos, compreendendo:

- 1) os recursos destinados ao pagamento das participações nos lucros aos sócios ou acionistas;
- 2) os recursos aplicados na aquisição do permanente e no aumento dos ativos de longo prazo;
- 3) os recursos aplicados na redução de obrigações de longo prazo;
- 4) os reembolsos de capital.

d) a variação do capital circulante líquido, resultante da diferença entre os totais das origens e das aplicações dos recursos.

e) a demonstração da variação do capital circulante líquido, compreendendo os saldos iniciais e finais do ativo e do passivo circulante, e respectivas variações líquidas do período.

ANEXO D NBCT4–Da Avaliação Patrimonial

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NBCT4–DA AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

4.1 – DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1.1 – Esta norma estabelece as regras de avaliação dos componentes do patrimônio de uma entidade com continuidade prevista nas suas atividades.

4.1.2 – Os componentes do Patrimônio são avaliados em moeda corrente nacional.

4.1.3 – Os componentes do patrimônio em moeda estrangeira são convertidos ao valor da moeda corrente nacional, à taxa de câmbio da data da avaliação.

4.1.4 – As parcelas dos encargos financeiros prefixados não incorridas são registradas separadamente e demonstradas como valores redutores das contas ou do grupo de contas que lhes deram origem.

4.1.5 – Os componentes do patrimônio com cláusula de atualização monetária posfixada são atualizados até a data da avaliação.

4.1.6 – Valor de mercado é o preço à vista praticado, deduzido das despesas de realização e da margem de lucro. As avaliações feitas pelo valor de mercado devem ter como base transação mais recente, cotação em bolsa e outras evidências disponíveis e confiáveis.

4.1.7 – Valor presente é aquele que expressa o montante ajustado em função do tempo a transcorrer entre as datas da operação e do vencimento, de crédito ou obrigação de financiamento ou de outra transação usual da entidade, mediante dedução dos encargos financeiros respectivos, com base na taxa contratada ou na taxa média de encargos financeiros praticada no mercado.

4.1.8 – Quando, concretamente, a lei dispuser diferentemente desta norma, o profissional deve observar a ordem legal, em seu trabalho.

4.2 – ATIVO

4.2.1 – Disponível

4.2.1.1 – As disponibilidades em moeda estrangeira são convertidas ao valor da moeda corrente nacional, à taxa de câmbio da data da avaliação.

4.2.1.2 – As aplicações financeiras de liquidez imediata, representadas por títulos negociáveis, são avaliadas pelo custo histórico, ao qual são acrescidos os rendimentos proporcionais auferidos até a data da avaliação.

4.2.1.3 – As aplicações em ouro, como ativo financeiro, são avaliadas pelo valor de mercado.

4.2.2 – Créditos

4.2.2.1 – Os direitos e títulos de crédito, originados das atividades-fim são avaliados pelo valor nominal; aqueles sujeitos a ajustes decorrentes de atualização monetária, variação cambial, encargos financeiros de mercado e outras cláusulas contratuais, têm seus valores ajustados, já excluídos os créditos prescritos.

4.2.2.2 – Os outros créditos para com terceiros e com empresas coligadas, controladas, controladora ou de qualquer forma associadas, são considerados pelo seu valor nominal e ajustados segundo condições estabelecidas ou contratadas.

4.2.2.3 – Os investimentos temporários são avaliados ao custo de aquisição, e, quando aplicável, acrescidos da atualização monetária, dos juros e outros rendimentos auferidos.

4.2.2.4 – Os direitos, títulos de crédito e quaisquer outros créditos mercantis, financeiros e outros prefixados, são ajustados a valor presente.

4.2.2.5 – As provisões para perdas ou riscos de créditos são constituídas com base em estimativas de seus prováveis valores de realizações.

4.2.3 – Estoques.

4.2.3.1 – Os estoques de mercadorias, matérias-primas, outros materiais e componentes são avaliados pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente, ou pelo valor de mercado, quando este for menor.

4.2.3.2 – Os estoques de produtos acabados e em elaboração e os serviços em andamento são avaliados pelo custo de produção, atualizado monetariamente, ou valor de mercado quando este for menor.

4.2.3.3 – Os estoques obsoletos ou inservíveis, são avaliados pelo valor líquido de realização e os estoques invendáveis devem ser baixados.

4.2.3.4 – Os estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos, destinados à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando atendidas as seguintes condições:

- a) que a atividade seja primária;
- b) que o custo de produção seja de difícil determinação;
- c) que haja um efetivo mercado que possibilite a liquidez imediata desse estoque e que valide a formação do seu preço; e
- d) que seja possível estimar o montante das despesas de realização da venda.

4.2.4 – Despesas Antecipadas

4.2.4.1 – As despesas antecipadas são avaliadas pelo valor aplicado, atualizado monetariamente.

4.2.5 – Outros Valores e Bens

4.2.5.1 – Outros valores e bens são avaliados, segundo sua natureza, pelos critérios indicados por esta norma.

4.2.6 – Investimentos Permanentes

4.2.6.1 – Os investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente, ou com base no valor de patrimônio líquido.

4.2.6.2 – São avaliados com base no valor de patrimônio líquido:

- a) o investimento relevante em cada coligada, quando a investidora tenha influência na administração ou quando a porcentagem de participação da investidora representar 20% (vinte por cento) ou mais do capital social da coligada;
- b) os investimentos em cada controlada;
- c) os investimentos em coligadas e/ou controladas, cujo valor contábil seja, em conjunto, igual ou superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da investidora.

Parágrafo único. Os conceitos de empresas coligadas, controladas e de relevância de investimentos são aqueles estabelecidos pela legislação societária.

4.2.6.3 – O custo de aquisição de investimento em coligada e/ou controlada é desdobrado em:

- a) valor de patrimônio líquido baseado em balanço patrimonial levantado no prazo da legislação societária;
- b) ágio e deságio na aquisição, representado pela diferença para mais ou menos, respectivamente, entre o custo de aquisição do investimento e o valor de patrimônio líquido, que serão amortizados com base em sua fundamentação econômica.

4.2.6.4 – As provisões para perdas no valor dos investimentos são constituídas com base em perdas potenciais. (3)

4.2.6.5 – O valor dos investimentos não é modificado em razão do recebimento, sem custo, de ações e quotas bonificadas.

4.2.7 – Imobilizado

4.2.7.1 – Os componentes do ativo imobilizado são avaliados ao custo de aquisição ou construção, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas depreciações, amortizações e exaustões acumuladas, calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.

4.2.7.2 – Os bens e direitos recebidos por doação são registrados pelo valor nominal ou de mercado, o que for mais claramente identificado.

4.2.7.3 – O fundo de comércio e outros valores intangíveis adquiridos são avaliados pelo valor transacionado, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas amortizações, calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.

4.2.8 - Diferido

4.2.8.1 – Os componentes do ativo diferido são avaliados ao custo de aplicação, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas amortizações, calculadas com base no período em que serão auferidos os benefícios deles decorrentes a partir do início da operação normal. A baixa do valor aplicado deve ser registrada quando cessarem os empreendimentos que integravam, ou restar comprovado que estes não produzirão resultados suficientes para amortizá-los.

4.3 – PASSIVO

4.3.1 – As obrigações e encargos, conhecidos ou calculáveis, são computados pelo valor atualizado até a data da avaliação.

4.3.2 – Os passivos contingentes decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, contratuais, operacionais e de pleitos administrativos e judiciais, são provisionados pelo seu valor estimado.

4.3.3 – As obrigações em moeda estrangeira são convertidas ao valor da moeda corrente nacional, à taxa de câmbio da data da avaliação.

4.3.4 – As obrigações de financiamento com valor prefixado, são ajustadas a valor presente.

4.3.5 – As demais obrigações com valor nominalmente fixado e com prazo para pagamento são ajustadas a valor presente.

ANEXO E NBC T 6 – Da Divulgação das Demonstrações Contábeis

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE NBC T 6 – DA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Minuta n.º 6 (20.11.92)

NBC T 6.1 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO

6.1.1 – CONCEITO

6.1.1.1 – A divulgação é o ato de colocar as demonstrações contábeis da Entidade à disposição de seus usuários.

6.1.1.2 – São meios de divulgação:

a) a publicação das demonstrações contábeis na imprensa, oficial ou privada, em qualquer das suas modalidades;

b) a remessa das demonstrações contábeis a titulares do capital, associados, credores, órgãos fiscalizadores ou reguladores, bolsas de valores, associações de classe, entidades de ensino e pesquisa, e outros interessados;

c) a comunicação de que as demonstrações contábeis estão à disposição dos titulares do capital, associados e demais interessados, em local ou locais identificados.

6.1.1.2.1 – Os meios de divulgação referidos nos itens **a**, **b** e **c** podem decorrer tanto de disposições legais, regulamentares ou regimentais, como de iniciativa da própria Entidade.

6.1.1.3 – A forma de apresentação das demonstrações contábeis para divulgação obedecerá aos modelos definidos em interpretações técnicas.

6.1.2 – OBJETIVOS E CONTEÚDO

6.1.2.1 – A divulgação das demonstrações contábeis tem por objetivo fornecer, aos seus usuários, um conjunto mínimo de informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social que lhes possibilitem o conhecimento e a análise da situação da Entidade.

6.1.2.2 – O conteúdo, a forma de apresentação e a divulgação das demonstrações contábeis de Entidades com atividades atípicas ou com regulamentação específica são tratados em normas próprias.

NBC T 6.2 – DO CONTEÚDO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

6.2.1 – DISPOSIÇÕES GERAIS

6.2.1.1 – Esta norma trata das informações mínimas que devem constar das notas explicativas. Informações adicionais poderão ser requeridas em decorrência da legislação e outros dispositivos regulamentares específicos em função das características da Entidade.

6.2.2 – DEFINIÇÃO E CONTEÚDO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

6.2.2.1 – As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6.2.2.2 – As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares e/ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis propriamente dit as.

6.2.2.3 – As notas explicativas incluem informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social, bem como os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis e eventos subsequentes ao balanço.

6.2.3 – ASPECTOS A OBSERVAR NA ELABORAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

6.2.3.1 – Os seguintes aspectos devem ser observados na elaboração das notas explicativas:

- a) as informações devem contemplar os fatores de integridade, autenticidade, precisão, sinceridade e relevância;
- b) os textos devem ser simples, objetivos, claros e concisos;
- c) os assuntos devem ser ordenados obedecendo a ordem observada nas demonstrações contábeis, tanto para os agrupamentos como para as contas que os compõem;
- d) os assuntos relacionados devem ser agrupados segundo seus atributos comuns;
- e) os dados devem permitir comparações com os de datas de períodos anteriores;
- f) as referências a leis, decretos, regulamentos, normas brasileiras de contabilidade e outros atos normativos devem ser fundamentadas e restritas aos casos em que tais citações contribuam para o entendimento do assunto tratado na nota explicativa.

NBC T 6.3 – DAS REPUBLICAÇÕES

6.3.1 – DISPOSIÇÕES GERAIS

6.3.1.1 – A nova divulgação das demonstrações contábeis – nesta norma denominada de republicação – ocorre quando as demonstrações publicadas anteriormente contiverem erros significativos e/ou quando não foram divulgadas informações relevantes para o seu correto entendimento ou que sejam consideradas insuficientes.

6.3.1.2 – A republicação de demonstrações contábeis não deve ser confundida com a publicação de informação tipo “errata”. Esta tem por objetivo corrigir erro na publicação.

6.3.2 – FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA REPUBLICAÇÃO

6.3.2.1 – A republicação de demonstrações contábeis aplica-se quando:

as demonstrações forem elaboradas em desacordo com os princípios fundamentais de contabilidade, ou com infringência de normas de órgãos reguladores; e

a assembléia de sócios ou acionistas, quando for o caso, aprovar a retificação das Demonstrações Contábeis Publicadas.

6.3.2.2 – As demonstrações contábeis quando republicadas devem destacar que se trata de “republicação”, bem como explicitar as razões que a motivaram e a data da primeira publicação.

6.3.2.3 – Não é necessária a republicação de demonstrações contábeis, quando a assembléia de sócios ou acionistas alterar apenas a destinação de resultados proposta pela administração da Entidade.